

88-1013

WILTON TEIXEIRA CUNHA

PARTICIPAÇÃO E/OU PLANEJAMENTO

(Estudo de Caso: Associação Agrícola São Joaquim - 1981/1985)

Dissertação apresentada ao Curso de Me
trado em Sociologia, como parte dos requi
sitos necessários à obtenção do título de
Mestre.

DE
21/10/85
S. J. P.

ORIENTADOR:

CHARLES MICHEL J. M. BEYLIER

FI
01/30/1985
C. M. P.

11 2018 11 11 11



C972p Cunha, Wilton Teixeira.
Participação e/ou planejamento : (estudo de caso :
Associação Agrícola São Joaquim - 1981/1985) / Wilton
Teixeira Cunha. - Campina Grande, 1985.
137 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1985.
"Orientação : Prof. Charles Michel J. M. Beylier".
Referências.

1. Associação Agrícola São Joaquim. 2. Participação
Social. 3. Movimento Social. 4. Dissertação - Sociologia.
I. Beylier, Charles Michel J. M. II. Universidade Federal
da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.324.5(043)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que comigo colaboraram na elaboração deste trabalho na pessoa do Professor Charles Michel J. M. Beylier e Marta Lúcia R. Araújo.

R E S U M O

Este trabalho, trata da análise da Associação Agrícola São Joaquim, enquanto uma experiência em que as ações planejadas do Estado provocam, em seu processo produtivo, mudanças que determinam transformações na evolução do conceito de participação social formado por essa entidade.

Ao discutirmos a participação, entendemos que os movimentos, apenas localizados e voltados à reivindicações específicas, como ao que estamos nos referindo, são um passo importante para trazer ao homem o "espírito coletivo" de solidariedade, contrariamente viabilizados pelas divisões dos processos de trabalhos impostos pela própria natureza do desenvolvimento e da acumulação capitalista.

Contudo, observamos que a limitação da participação colocada pelas reivindicações imediatas pode transformar um movimento que se elevaria a uma compreensão mais globalizante da sociedade, a se integrar às necessidades da reprodução do capital.

Este trabalho busca, enfim, mostrar como um movimento de característica, microparticipativa, como o aqui enfocado, consegue, por influências das atividades governamentais, e, entre estas, o planejamento participativo, se evoluir e se transformar num "novo" movimento, que gera as mesmas condições, isto, de marginalização do homem, sob as quais foram contrariamente erguidas suas "bandeiras" reivindicatórias e organizativas.

Buscamos mostrar todo esse processo de modificação da entidade (movimento social), enfocando-o sob a ótica do contraste colocado pelas funções fundamentais do Estado, ou seja, de sua legitimação e de acumulação do capital.

R É S U M É

Ce travail a pour objet l'analyse de l'Association Agricole São Joaquim. Il S'agit de l'étude d'une expérience dans laquelle l'Etat, en intervenant dans le procès de production, modifie le concept de Participation Social, tel que l'Association le concevait initialement.

En analysant la participation, nous constatons que les mouvements qui avaient comme objectif des revendications spécifiques ont évolué dans le sens d'un "esprit collectif" de solidarité, ce qui était antérieurement rendu impossible à cause des divisions inhérentes au procès de travail et qui étaient imposées par la nature du développement et de l'accumulation du capital.

Toutefois, nous observons qu'une participation strictement limitée aux revendications immédiates peut évoluer vers une compréhension plus globalisante de la société en acceptant de s'intégrer aux nécessités de la reproduction du capital.

Ce travail cherche enfin à montrer comment un mouvement microparticipatif, comme celui considéré ici, arrive à travers les interventions gouvernementales, et plus spécialement à travers la planification participante, à se transformer en un nouveau mouvement qui reproduit les mêmes conditions initiales, à savoir la marginalisation de l'homme, ce qui était précisément le centre des revendications à l'origine.

Nous essaions de montrer tout ce processus de modification de l'Association (Mouvement Social) en focalisant le contraste géré par les fonctions fondamentales de l'Etat, à savoir sa propre légitimation et la nécessité de l'accumulation du capital.

SEÇÃO DE REFERÊNCIA

I N D I C E

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

INDUSTRIALIZAÇÃO, HIDRELETRICIDADE E MÃO-DE-OBRA NO NORDESTE	10
1.1 - Industrialização e Hidreletricidade no Nordeste	11
1.2 - Mão-de-Obra na Barragem e Migração Rural no Nordeste	17

CAPÍTULO II

A HIDRELÉTRICA DE SOBRADINHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS	26
2.1 - Características da Região Antes da Formação do Reservatório .	26
2.1.1 - Aspectos Produtivos	27
2.1.2 - Aspectos Sócio-Econômicos	30
2.1.3 - Aspectos Fundiários e Relações de Produção	32
2.2 - As Características da Área Pós-Formação do Lago e suas Consequências para a População	34
2.2.1 - A Relocação	35
2.2.2 - O Reservatório e os Novos Aspectos Produtivos	39
2.2.2.1 - O Caso Específico da Pesca	41
2.2.3 - O Reservatório e a Nova Estrutura Fundiária	42
2.2.4 - O Surgimento dos Movimentos Sociais	43
2.2.5 - A Nova Ação do Estado em Sobradinho	47

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA VILA SÃO JOAQUIM	51
3.1 - Alguns Antecedentes	53
3.2 - A Crise Econômica e Fixação da Vila São Joaquim	57
3.3 - Aspectos Sócio-Econômicos da Vila São Joaquim	61

3.3.1 - Aspectos Físicos e Urbanísticos	61
3.3.2 - Aspectos de Educação e Saúde Pública	63
3.3.3 - O Comércio e Prestação de Serviços	64
3.3.4 - Aspectos Produtivo	65
3.4 - Aspectos Políticos e o surgimento das Organizações dos Trabalhadores	66

CAPÍTULO IV

A ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM	71
IV.1 - Fase Reivindicatória	72
4.1.1 - As Estratégias da Associação Frente ao Governo	72
4.1.2 - Organização e Desempenho da Associação	76
4.2 - Fase Produtiva da Associação (I) Projeto Tatauí-I	81
4.2.1 - Características Gerais da Área do Tatauí-I	82
4.2.2 - Objetivos e Organização da Produção do Tatauí-I	84
4.2.3 - A Organização Política e Administrativa da Associação	91
4.2.4 - Produção e Comercialização no Tatauí-I	95

CAPÍTULO V

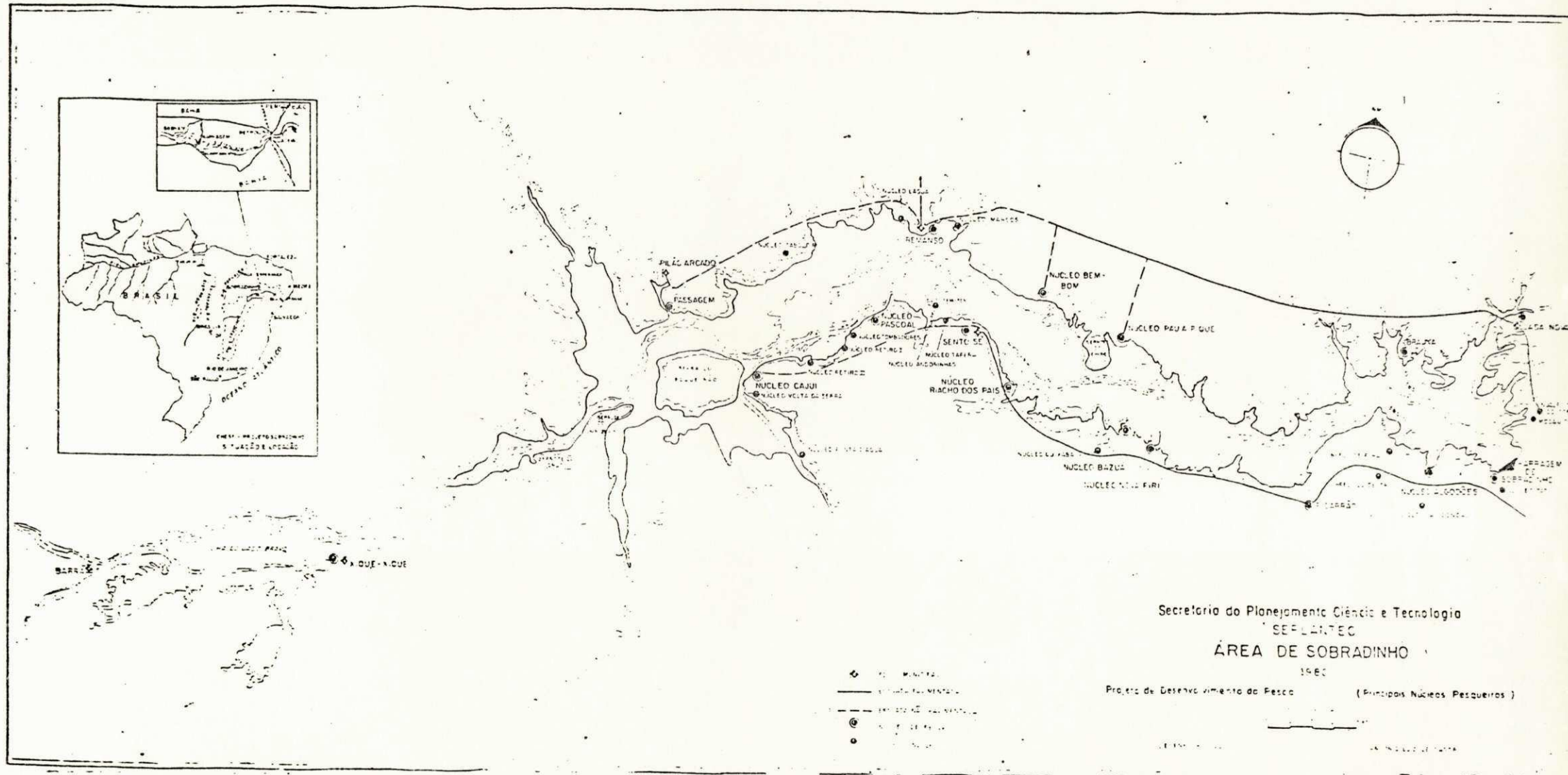
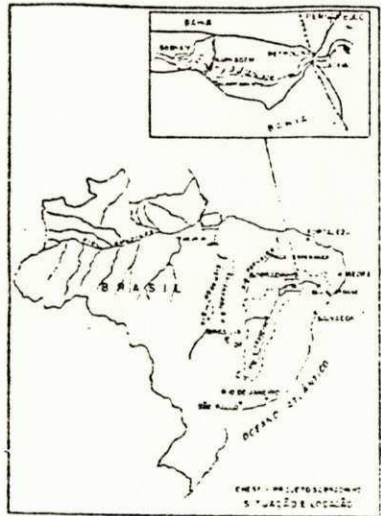
A ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM E SUA MUDANÇA SÓCIO-ECONÔMICA DA REGIÃO	99
5.1 - O Papel da Associação na Estrutura da Vila	99
5.2 - O Papel da Associação na Estrutura da Região	105
5.3 - A Associação e as Conquistas do seu Espaço na Sociedade Civil .	107
5.3.1 - A Associação e a Igreja	108
5.3.2 - A Associação e Sindicato	111
5.3.3 - A Associação e Poder Local	115
5.4 - A Associação e o Estado	118
5.4.1 - O Projeto Tatauí	118
5.4.2 - Associação e a Evolução do Conceito de Participação	121
CONCLUSÃO	124
BIBLIOGRAFIA	128

Q U A D R O S

- Composição das Rendas Internas no País e em Algumas Regiões - Período 1940 - 1968 (Tabela 1).
- Conjunto Geral das Obras CHESF - Barragem de Sobradinho (Mapa).
- Bahia - Micro-Região Homogênea - 133 - Área, Densidade Demográfica e População - período: 1970 (Tabela 2).
- Núcleos e Números de Lotes Agrícolas (Tabela 3).
- Distribuição das Famílias Relocadas Urbanas e Rurais na Área do Lago (Tabela 4).
- Origem da População da Vila São Joaquim (Tabela 5).
- População Total e Empregados nas Obras 1970-1980 (Tabela 6).
- Morada x Local de Trabalho (Tabela 7).
- Quantidade e Distribuição das Edificações (Tabela 8).
- Educação: Escola, Alunos, Salas e Professores (Tabela 9).
- Número de Associados e Grau de Instrução (Tabela 10).
- Atividades Desenvolvidas pelos Sócios (Tabela 11).
- Divisão das Glebas do Tatauí (Tabela 12).
- Custo do Perímetro Irrigado (Tabela 13).
- Organograma original da Associação Agrícola São Joaquim (Quadro 1).
- Organograma anterior da Associação Agrícola São Joaquim (Quadro 2).
- Organograma atual da Associação Agrícola São Joaquim (Quadro 3).

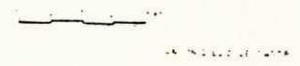
S I G L A S

- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
AASJ - Associação Agrícola São Joaquim
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEPED - Companhia de Pesquisa e Desenvolvimento
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CRA - Companhia de Recursos Ambientais
CECUP - Centro de Educação e Cultura Popular
DRT - Delegacia Regional do Trabalho.
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas do Brasil S/A
EMATER-BA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
da Bahia
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -
EPABA - Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FSESP - Fundação Serviço e Saúde Pública
PT - Partido dos Trabalhadores
PFL - Partido da Frente Liberal
PROTAM - Programa de Tecnologias Ambientais
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PCB - Partido Comunista Brasileiro
SEPLANTEC - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia
SESU - Serviço Sociedade de Estudos Sociais e Urbanísticos
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFBa - Universidade Federal da Bahia



Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia
 SEP/PLANTEC
ÁREA DE SOBRADINHO
 1960
 Projeto de Desenvolvimento da Pesca (Principais Núcleos Pesqueiros)

- ◆ NÚCLEO PESQUEIRO
- LÍNEA DE DELIMITAÇÃO
- LÍNEA DE DELIMITAÇÃO
- NÚCLEO DE PESCA
- NÚCLEO DE PESCA



INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho analisar a Associação Agrícola São Joaquim,¹ objetivando extrair desta experiência alguns subsídios que venham contribuir para a transparência das questões que estão em torno da prática e das discussões do tema participação social² versus planejamento participativo.³ Assim sendo, não é nosso propósito aprofundar nas questões de conteúdo eminentemente teórico que estão vinculados aos debates da validade ou do significado do planejamento participativo, propostas que ficaram muito em voga nos últimos anos dos governos autoritários do período 64 e que continuam presentes

- 1- *A Associação Agrícola São Joaquim está situada no povoado de São Joaquim, numa região denominada Sobradinho, devido as Serras do Sobrado e antigas cachoeiras de Sobradinho, desaparecidas com a formação do Lago, distante de Juazeiro, sede municipal, 54 Km, na direção da estrada BA-210 - Juazeiro Sento Sé no Estado da Bahia. É uma entidade constituída como uma sociedade civil, sem fins lucrativos e com caráter filantrópico. Organizada para prestar serviços de promoção social aos moradores da Vila, que sejam seus sócios. Sua finalidade principal é congregar os associados em torno dos seus problemas, buscando soluções para os mesmos.*
- 2- *Entendemos participação social com o mesmo conteúdo colocado por Fernando Henrique Cardoso "a participação não pode ser concebida como se fosse um Estado, oposto ao de marginalidade, em que todos os atributos são, em princípio, definidos positivamente para toda uma classe ou um grupo: mais salário, mais poder, mais liberdade, mais autonomia. Ao contrário, para que a idéia de participação não se limite a uma vaga afirmação valorativa, deve indicar que grupos, setores ou classes são capazes, num momento dado, de mobilizar e organizar os setores socialmente dominados para que estes tratem de obter seus objetivos sociais. Não se passa de um estado de marginalização a outro de participação, como se fossem dois pólos de um contínuo não contrário. (Cardoso, 1979, p. 183-4), citado por: (MAIA, p. 27-8).*
- 3- *O planejamento participativo é uma estratégia da ação do Estado que tem a função precípua de estender, a esta área, interesses de uma política econômica externa e estranha aos objetivos gerais e específicos da entidade. No caso, torna-se uma ação onde os objetivos gerais e específicos, as estratégias de curto e longo prazos e mais, as diretrizes econômicas e sociais são majoritariamente pré-determinadas. Corroborando com estas afirmações diz Carvalho: "As idéias do planejamento participativo fazem parte da ideologia necessária para o exercício do projeto de direção/dominação da classe dominante. A participação aí proposta tende para perspectiva de legitimação do poder político vigente". (Carvalho, 1982, p. 3).*

nos atuais governos da chamada "Nova República".⁴ A nossa preocupação, com o estudo histórico-analítico da trajetória desta entidade, reside no resgate, a partir de uma realidade concreta, dos principais elementos que nos levem a uma percepção clara do nosso objetivo. Desta maneira, a contribuição central deste estudo está na compreensão de como a Associação Agrícola São Joaquim, enquanto uma entidade de pequenos produtores rurais, construída sob o "signo" da luta reivindicatória, consegue exprimir, por um lado, as necessidades do processo de intensificação da expansão do capital, ligado ao planejamento do Estado, e por outro, continuar representando os interesses e as aspirações da sua base social, condição para que haja participação. Portanto, recai no entendimento da prática "ambígua" desta entidade toda a importância deste estudo.

Tomamos a Associação Agrícola São Joaquim como base exploratória para nossas investigações, em primeiro lugar, porque a história vivida por esta entidade nos apresenta com um grande número de elementos que configuram com a problemática posta. E em segundo lugar, porque, tendo convivido com os movimentos que deram origem a esta organização, refletí-los representa, para nós, uma valiosa autocrítica da nossa participação nesse processo. Vê-se, pois, tratar-se de um "estudo de caso" que, dados suas especificidades e principalmente as várias limitações do seu autor, reserva-se a conclusões não abrangentes.

Atentamos para o fato de que toda a existência da

4- Para um melhor entendimento desta questão, ver Elimar Nascimento, 1985, in *Participação Entre o Democrático e o Autoritário*. (mimeo).

Associação Agrícola São Joaquim é marcada, desde a sua origem, direta ou indiretamente por intervenções do Estado. Assim, para este estudo, impõe-se a necessidade de um breve histórico sobre processo de intensificação da expansão do capital no Nordeste e especificamente na região do Lago de Sobradinho.⁵ E, vendo desta maneira, as maiores referências à ação do Estado, nesta área, são o Complexo Hidrelétrico de Sobradinho⁶ e o Programa Especial de Desenvolvimento do Lago.⁷

A construção do Complexo Hidrelétrico tem como consequência imediata a formação do reservatório. A associação desta a um plano de realocação⁸ onde a ausência de medidas de promoção humana é notadamente visível, vieram acarretar para toda a população ribeirinha⁹ profundas mudanças em seus modos de vida. A desestruturação da vazante, sua principal base produtiva, a transferência compulsória de aproximadamente 12.000

5- Região do Lago de Sobradinho é considerada toda a área inundada pelo Lago. Abrange pois, partes dos municípios de Xique Xique, Sento-Sê, Juazeiro, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado, são 421 Km² de espelho de água, com uma extensão de 350 Km.

6- Complexo Hidrelétrico de Sobradinho - Complexo vinculado a ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S/A) - Projeto executado e operado pela CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco). Esta usina teve como data que decidiu sua construção julho de 1971 e término de zembro de 1981. Porém, para efeito deste trabalho considero como datas fundamentais setembro de 1972, início das obras e 02 de julho de 1978, época em que o reservatório pela primeira vez alcança seu nível máximo normal, ou seja, a cota 392,50 metros. Isto, em função de que as maiores mudanças na área ocorreram neste período.

7- Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago Sobradinho vinculado SEPLANTEC (Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia) e coordenado pela CAR (Companhia de Desenvolvimento de Ação Regional) Órgão da administração indireta do Governo, e executado por diversas empresas ligadas ao Serviço Público Estadual.

8- Referimo-nos ao Plano de Relocação para a população instalada na área do futuro reservatório de Sobradinho, elaborado pela CHESF (Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco), 1976.

9- Ribeirinhos ou lavradores no Rio São Francisco são os pequenos agricultores que habitam suas margens, proprietários ou ocupantes das unidades produtivas, cujas explorações se caracterizam pelo uso intensivo da força de trabalho familiar, baixa tecnologia e produtividade, e de produção quase que exclusivamente voltada para subsistência.

(doze mil) famílias (8.000 rurais e 4.000 urbanas) isto em torno de 60.000 (sessenta mil) pessoas, dos seus locais de origem para diferentes destinos, como veremos no texto, e mais a liberação de um contingente de 15.000 (quinze mil) pessoas, entre operários e seus familiares, desempregados com a conclusão das obras da barragem, são os exemplos mais contundentes das consequências ocasionadas na região, por uma ação do governo que visa exclusivamente a produção de energia em benefício do grande capital, industrial e financeiro.

Neste processo surgiu a Vila São Joaquim, como um aglomerado de trabalhadores acampados com seus familiares. O agravamento da situação acima descrita, impulsionou os ex-ribeirinhos, agora habitantes da borda do lago, cerca de 4.500 famílias, e os moradores da Vila São Joaquim (ex-operários e ex-pequenos produtores rurais a se organizarem na busca de soluções para seus problemas. Com o apoio de alguns segmentos da sociedade civil como a Igreja, Federação dos Trabalhadores Rurais, Parlamentares e etc., foram surgindo várias organizações a exemplo do revigoramento dos diversos Sindicatos Rurais, Criação das Comunidades de Base, vinculados ao trabalho da Diocese e mais recentemente as Associações,¹⁰ inclusive a São Joaquim.

X Por outro lado, a grande massa d'água represada, com fins de gerar energia, fez com que se desenvolvesse de maneira acelerada a psicossidade no lago, ao mesmo tempo, que possibilita a implantação de uma agricultura em bases irrigadas. X
A oportunidade de explorar estas alternativas de produção ensejou ao Estado, através do Governo da Bahia, a elaborar e im

10- 30 Associações em toda borda do Lago (ver anexo I).

plantar o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago Sobradinho. Com esta ação, o governo tenta integrar a economia desta área à dinâmica desenvolvimentista experimentada pelo restante do Estado, nos últimos anos.

Para que um novo relacionamento fosse possível entre Estado e trabalhadores, alguns cuidados foram previamente tomados. Num primeiro momento, o governo, com a finalidade de atrair trabalhadores e suas entidades para o seu projeto de dominação sócio-econômico, utilizou-se de uma prática aparentemente democrática, instituída através da metodologia do planejamento participativo, que na realidade não passa de um mecanismo ideológico a serviço da legitimação do Estado e do seu modelo de desenvolvimento produtivo.

Utilizando-se deste instrumental, técnicos e burocratas da estrutura do poder público, abriram-se a auscultar os problemas dos trabalhadores e da área. Com esta estratégia, o governo consegue reaproximar-se das organizações de trabalhadores, o que vai permitir mudanças em suas características de origem, especificamente a Associação Agrícola São Joaquim, que perde parcialmente o seu perfil reivindicatório para assumir, na condição de proprietária de terras, características eminentemente produtivas.

Com a implantação do Projeto Tatauí-I,¹¹ a Associação Agrícola São Joaquim se transformou num modelo de organização da produção mais próximo dos objetivos do Estado, o que pode ser comprovado pelos discursos (anexos II, III e IV) do

11- *O Projeto Tatauí-I representa a ação planejada do Estado junto a Associação (Anexos V e VI). Fruto de um convênio celebrado entre o governo e a entidade, o Projeto visa irrigar 300 (trezentos) ha de uma agricultura voltada para o comércio.*

Presidente da República José Sarney, e do Governador da Bahia José Durval.

Por entendermos que as expressões singulares de uma dada realidade é também reflexo de um processo mais amplo das políticas do desenvolvimento sócio-econômico de uma determinada época, propomos para estrutura deste trabalho a sua divisão em cinco capítulos, como veremos a seguir.

Procuramos preceder as análises dos capítulos centrais deste estudo, retomando alguns aspectos da intervenção do Estado no Nordeste. Neste sentido, tratamos com a primeira parte do capítulo I, industrialização e hidreletricidade, demonstrar em primeiro lugar que a industrialização do Nordeste é uma exigência do processo de acumulação de capitais, e que portanto, as políticas que orientam o aumento da produção de energia nesta região está em função desses mesmos fins. Assim, o Projeto Hidrelétrico de Sobradinho deverá ser entendido como parte deste mesmo plano de expansão do capital.

Com a segunda parte do capítulo, mão-de-obra na barragem e migração rural no Nordeste, evidenciamos que a industrialização constante da agricultura, aliada à conservação das estruturas fundiárias, tem propiciado o aumento da migração rural. Por conseguinte, os reflexos desse processo sobre os trabalhadores rurais têm sido no sentido de expulsá-los das suas origens, transformando-os em proletários ou marginais nos grandes centros urbanos, nas grandes obras ou mesmo em outras áreas rurais. Objetivamos compreender, com esta análise, as razões da forte composição de ex-trabalhadores rurais, tanto na mão-de-obra "pesada" da barragem, como, posteriormente, fazendo parte da população da Vila.

Consequência desse "progresso" rápido, o "Nordeste exigiu medidas proativas que viabilizam o aumento da produção de energia, como há pouco. Assim, o Projeto Hidrelétrico de Sobradinho, de responsabilidade da ELETROBRÁS, executado pela CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco - foi implantado com este objetivo. Fruto de uma exigência específica, qual seja: a de fornecer energia para os principais pólos industriais do Nordeste, o projeto energético de Sobradinho trouxe à região e a sua população de trabalhadores profundos problemas, destruindo todo seu passado cultura, histórico, político e sócio-econômico.

A destruição das suas tradicionais bases produtivas deu-se com a formação do reservatório, que por não estar acompanhada de um adequado plano de realocação das populações, não permitiu que essas passagens para um estágio de desenvolvimento produtivo nem mesmo equivalente ao anterior. Desse modo, a transferência compulsória de aproximadamente 4,5 mil famílias de ribeirinhos para a caatinga, representou para estas um choque cultural, pois passariam a depender exclusivamente da produção do sequeiro ou de uma agricultura irrigada pouco conhecida pelos mesmos. Como nenhuma das alternativas foram suficientes para que os agricultores superassem seus problemas de subsistência, em diversos pontos do lago, foram surgindo movimentos que demonstravam o descontentamento da população à sua situação atual. Com esta perspectiva, trabalhamos no capítulo II as consequências da ação do Estado na área.

Com a conclusão das obras, os trabalhadores são vítimas da crise econômica que atinge o país desde 1979. Os ex-barrageiros foram obrigados a se fixarem na Vila São Joa

quim, visto que os novos projetos que seguiriam Sobradinho foram adiados e desativados. Com o capítulo III, analisamos a Vila São Joaquim, por considerar alguns dos seus elementos como fundamentais para a formação da Associação Agrícola.

Nas condições acima descritas, a São Joaquim passa a abrigar os trabalhadores, que sem alternativas promissoras de subsistência, buscam no acesso a terra a saída para os seus problemas. Mobilizados com este propósito, os trabalhadores criam a Associação Agrícola São Joaquim, que tem como reivindicação principal: "Terra e condição para plantar". Surge desse modo uma organização de características reivindicatórias, expressão da resistência e da perseverança da maioria dos trabalhadores ao processo de expropriação e exploração que os atinge.

Nos primórdios do movimento, a Associação Agrícola representou um espaço democrático de estímulo à participação, às discussões e às decisões dos trabalhadores. No entanto, alguns desdobramentos, principalmente a consecução de terras, fizeram com que essa entidade se aproximasse paulatinamente das estruturas do poder público, o que veio influenciar sobre maneira para as mudanças do seu perfil. Todo esse processo é por nós descrito no capítulo IV.

Estruturada e desenvolvendo-se sobre um modelo produtivo tecnologicamente moderno e voltado para uma produção de mercado, a Associação redefine seus objetivos e cria uma nova identidade. Assim determinada pela conquista do seu espaço na sociedade civil regional, a Associação passa a influenciar decisivamente para as mudanças sociais e econômicas da área, como veremos no capítulo V.

Concluindo, procuramos mostrar que as mudanças ocorridas não devem ser entendidas como resultados de um processo de simples "cooptação" da entidade pelo Estado, muito pelo contrário, a própria Associação, ao adquirir a propriedade das terras e torná-las produtivas, apesar da participação do Estado, cria o seu modelo produtivo, o que lhe impõe uma nova forma de inserção na sociedade. A não superação dos problemas básicos dos trabalhadores fazem com que, apesar da fase produtiva, a fase reivindicatória reapareça na atualidade, superposta à primeira.

O período principal para o enfoque das questões centrais totalizam 4 anos (1981-1985), contudo, relatamos abreviadamente o período (1973-1981) época da construção da barragem de Sobradinho, por considerarmos alguns de seus elementos indispensáveis à compreensão do nosso objetivo. Para o resgate de todo o período, empregamos técnicas diferenciadas.

Para a época antecedente, lançamos mão dos documentos oficiais sobre o projeto da barragem, recortes de jornais, revistas e boletins de diversas organizações de trabalhadores e da Igreja, fizemos algumas anotações e entrevistas com autoridades, trabalhadores e funcionários na área. Para o período (1981-1985) utilizamos a técnica observação participante, durante o tempo que aí trabalhamos. Ainda realizamos algumas pesquisas sócio-econômicas, tanto para o governo como para a própria Associação, das quais lançamos mão. Formamos um acervo de fitas, fotos, filmes e documentos sobre a área que também nos serve como fonte de informação para esse trabalho.

C A P Í T U L O I

INDUSTRIALIZAÇÃO, HIDRELETRICIDADE E MÃO DE OBRA NO NORDESTE

Pretendemos, com este capítulo, resgatar alguns fatos que, ao nosso ver, acabaram por proporcionar o surgimento e a formação da Associação Agrícola São Joaquim. Para tanto, buscamos no atual quadro do desenvolvimento do Nordeste, principalmente nos processos de modernização da sua agricultura e da sua indústria, os elementos que nos possibilitam esta compreensão. Assim sendo, a própria concepção e execução do Complexo Hidrelétrico de Sobradinho, patrocinada pela ação do Estado, via ELETROBRÁS,¹² deverão ser entendidas como uma intervenção orientada pela política econômica do governo e alinhada aos interesses da expansão e do desenvolvimento do grande capital industrial e financeiro, ora em implantação no Norte e Nordeste do Brasil.

Para um melhor enfoque desta problemática, subdividimos este capítulo em dois grandes itens. O primeiro, tratando do crescimento industrial e da sua relação com o aumento da demanda por energia elétrica no Nordeste; e o segundo, devido ao forte contingente de operários das obras de construção da barragem ter origem no campo, trata de evidenciar as mudanças ocorridas na agricultura nordestina, mostrando suas influências na migração rural desta área.

12- ELETROBRÁS - Centrais Elétricas do Brasil S/A, empresa vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

1.1 - Industrialização e Hidreletricidade no Nordeste

Industrialização e Hidreletricidade no Nordeste têm o objetivo específico de demonstrar que a política energética, viabilizada pelo governo para o aumento da produção deste insumo, está exclusivamente voltada para atender às necessidades do processo desenvolvimentista desencadeado, nos últimos tempos, nesta região.

Tanto o Estado como alguns autores, ao discutirem o aumento da produção de energia elétrica, afirmam que quaisquer medidas que venham neste sentido, simplesmente pelo fato de serem adotadas, estariam necessariamente contribuindo para o crescimento social e econômico do país. Estes são os casos de M. Brasil, 1972, ao elogiar o programa energético brasileiro, "a economia nacional será beneficiada: 28 grandes usinas hidrelétricas (a maioria hidráulicas e algumas térmicas) estão em projetos de ampliação ou construção até 1980. É um esforço que faz parte da política energética do Brasil"¹³ e da própria CHESF,¹⁴ ao justificar a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho "o crescimento da demanda de Energia Elétrica no Nordeste determina a necessidade de medidas proativas, a fim de assegurar a disponibilidade efetiva desse insumo".¹⁵

Colocações desta natureza tem o objetivo único de

13- Afirma: C. F. G. Galache-M. André, *Brasil, processo e integração - Estudos de Problemas Brasileiros*, São Paulo, Loyola, 1972; sobretudo cap. 33, pp. 374-395. Citada por: Neto, Joviniano Soares de Carvalho - *Reservatório de Sobradinho O Mar Virando Sertão? Caderno de CEAS*, nº 30, Edições Loyola, março/abril, 1974.

14- CHESF - *Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - empresa vinculada a ELETROBRÁS.*

15- ANCARBA - 1974 - *Reservatório de Sobradinho - Anteprojeto Alternativo de Produção - Fixação de População na Borda do Reservatório de Sobradinho - convênio CHESF/ANCARBA.*

esconder os reais interesses de tais medidas. Por discordar mos destes métodos de análise, optamos por discutí-las, ince rindo-os no contexto do desenvolvimento do capital no Nordeste.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, desde o Governo de Juscelino Kubitschek (1956), é fortemente marcado por planos que orientam os seus diversos setores produtivos, es pecificamente, a agricultura e a indústria para uma moderniza ção.¹⁶ No entanto, a implantação de tais políticas não se deu de uma forma homogênea em todas as regiões e, nem tão pouco, em todos os setores da economia, razão pela qual o país passou a ter uma nova e diferenciada divisão regional do trabalho.¹⁷

Tomando por base as análises de Francisco Oliveira, 1977, dados na tabela nº 1, poderemos ter uma idéia do significado dessa redivisão do trabalho, comparando dados da produção agrícola e industrial na composição da renda interna do país no período 1947-1968, vendo a participação de algumas de suas regiões.

TABELA 1 - Composição das Rendas Internas no País e em algumas Regiões.¹⁸
Período 1947/1968

PAÍS E REGIÕES	1 9 4 7		1 9 6 8	
	Agríc.	Ind.	Agríc.	Ind.
Brasil	31,7	16	22,7	24,5
Sudeste	51,7	74,6	37,9	80,9
Nordeste	19	10,3	24	6,7

FONTE: Centro de Contas Nacionais, extraído de Oliveira, Fran cisco, 1977, quadro; elaboração própria.

- 16- Para uma melhor visão deste tema ver: Ianni, Otávio, *Estado e Plane jamento Econômico (1930-1970)*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
- 17- Ver análise de Oliveira, Francisco. *Economia da Dependência Imperfei ta*, 3a. edição, Graal, 1977, sobretudo o capítulo II.
- 18- FONTE: Centro de Contas Nacionais - IBGE-FGV, *Conjuntura Econômica nº 9*, citado por Oliveira, Francisco in *A Economia da Dependência Im perfeita*, 1977, p. 39 e seguinte.

Vemos que, neste período, houve um crescimento da participação da indústria no total da renda interna do país de 8,5 pontos percentuais e que, na agricultura, houve uma perda de 9,0 pontos percentuais. Vemos também, que o SUDESTE detém quase que a totalidade da industrialização, possuindo, também, grande participação na agricultura, apesar de apresentar no todo um certo decréscimo. Quanto ao NORDESTE, a sua participação nas rendas do país através da agricultura apresenta um certo crescimento, enquanto que com a indústria perde alguns pontos. Contudo, ressalta-se que, na composição da renda interna da própria região, as percentagens de participação para agricultura e indústria são mantidas, o que leva a crer, que apesar do aumento dos índices de participação da agricultura no total da renda do país, esta internamente cai, isto é perde alguns pontos. Desse modo, fica claro que o processo de capital industrialização do país apresentou nos últimos 30 anos um crescimento bastante considerável. Atualmente podemos dizer que é o "carro chefe" da economia.

Consolidada, pois, no SUDESTE e desenvolvendo-se em patamares tecnológicos modernos, portanto, bem mais produtivos, a indústria passa a exigir a abertura de novos mercados. Desse modo, o NORDESTE, que se manteve industrialmente aquém da realidade tecnológica experimentada pelo SUDESTE, passou a ser visto como um espaço de valorização para o capital monopolista.

Assim, para que os objetivos do capital fossem concretizados no Nordeste, o governo, a nível central, tomou previamente algumas medidas. Inicialmente, criou, o Grupo de

Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste,¹⁹ em cujas funções estava a de realizar estudos que, ao mesmo tempo em que identificasse as causas do subdesenvolvimento nordestino, emittisse parecer sobre suas possíveis soluções.

Realizados os estudos, e de posse desses, o governo, como primeira medida, cria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste²⁰ como uma agência de planejamento regional e competente para encaminhar os resultados anteriormente diagnosticados e prognosticados.

Entre as sugestões apontadas pelos estudos realizados no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, estava a necessidade do Estado intensificar os investimentos na agricultura e na indústria, promovendo uma verdadeira transformação nas bases produtivas dessa região. Atualmente, podemos afirmar que no período 1960-1980, as gestões da SUDENE foram importantíssimas para que estas recomendações se materializassem, unificando o mercado nacional, o qual resultou do crescente comércio entre as diversas regiões. Corroborando com esta afirmação, expressa Francisco Brito, 1985 "A SUDENE, enquanto organismo de planejamento regional, desempenha um papel muito importante no sentido de possibilitar a integração da Região Nordeste no Mercado Nacional Unificado, sob a hegemonia burguesa de Centro-Sul".²¹ Desse modo, e através dos incentivos promovidos pelos 34/18,²² instalaram-se, aqui, grupos

19- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, GTDN, criado em 1956, pelo Governo Federal.

20- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, lei nº 3962 de 15 de dezembro de 1959.

21- Brito, Francisco, Emanuel Matos, in Sapezinho, Laboratório de uma Experiência, 1985, Tese de Mestrado, UFPb, Campina Grande.

22- Artigos decretados pelo Governo com fins de incentivar a industrialização no Nordeste.

como "Plubum, Five-livres, Firestone, Goodyear, Coca-Cola, Phillippes, Ford e outros."²³

O favorecimento de grandes grupos empresariais, tanto nacional como estrangeiros e associados, principalmente com o beneplácito dos Governos dos Estados, contribuíram para a concretização da "articulação de todos os espaços produtivos,"²⁴ num movimento que resulta numa nova divisão interna do trabalho, com o surgimento de pólos industriais; Metal-Mecânico e Petroquímico na Bahia, Álcool - químico em Alagoas e ampliação do Parque Industrial de Pernambuco, reforçando as grandes estruturas capitalistas da cidade e do campo".²⁵ Confirmando esta tendência nos últimos tempos, a "economia do Nordeste cresceu, em média, apesar da ocorrência de secas, 7,2% ao ano, uma taxa significativa por ser equivalente a do país como um todo (7,3%). Apenas na década de 1970, o montante de investimento da economia triplicou. E esse dinamismo privilegiou a economia urbana. O setor industrial expandiu-se 8,9% ao ano, no período 1965/1975, e o Nordeste quadruplicou sua produção industrial em 20 anos. O pessoal ocupado na indústria dobrou entre 1965 e 1980, tendo quintuplicado na indústria de bens

23- Ver Retrato do Brasil nº 35, op. cit.

24- Para uma melhor análise desta questão ver este trecho da obra de Oliveira, Francisco, 1977, "Os resultados do programa de industrialização, sob a égide do 34/18, tão fartamente conhecidos no campo da transferência da hegemonia internacional - associada do Centro-Sul para o Nordeste. Os principais grupos econômicos do Centro-Sul transferiram-se para o Nordeste, implantando fábricas e unidades produtivas que em alguns casos, mesmo quando aparecem em capacidade ociosa, mesmo quando representa duplicação de produções que, numa visão marginalista, poderiam ser mais econômicas no Centro-Sul, asseguram a homogenização monopolista do espaço econômico nacional. Ainda quando os resultados do programa de industrialização deixam a desejar em termos de criação de empregos, ou que se afastem do padrão "Labour intensive" que preconize a SUDENE nos seus primórdios, é inegável que a economia do Nordeste integrou-se completamente à economia nacional". Oliveira, Francisco, 1977, em Elegia para um Re(li)gião, 1977, p. 125.

25- Oliveira, Nelson, A falácia dos números e realidade social no Brasil dos últimos 20 anos, em Caderno do CEAS, nº 24, nº especial, Bahia, novembro/dezembro, 1984.

de capital e de consumo durável. A parcela da população economicamente ativa, empregada nas indústrias, quase dobrou, passando de 7,8%, em 1960, a 14,9%, vinte anos depois quando menos da metade 49,1% permanecia no antes dominante setor primário.²⁶

É neste contexto de desenvolvimento empreendido pela expansão do capital no Nordeste que compreendo o aumento da demanda por energia elétrica nesta região. Assim, a visão geo-econômica colocada pela CHESF para justificar a construção de Sobradinho não reflete em profundidade as causas, nem tão pouco as consequências do significado dessa intervenção. Por outro lado, sobre a colocação de M. Brasil, anteriormente citada, podemos observar que não foi a economia nacional, como um todo, que se beneficiou, e sim, alguns dos seus setores, que bem o diga, por um lado, os detentores das diferentes formas do capital no Nordeste, e por outro, os trabalhadores rurais e ex-moradores das margens do Rio São Francisco, relocados com a formação do reservatório.

Reafirmando, compreendo que o crescimento acelerado do consumo de energia no Nordeste está intimamente ligado ao desenvolvimento do setor industrial que, somado à crise do petróleo, do início da década, fez com que o Governo optasse pelo incentivo a outras fontes de energia, e dentre esta, a rápida instalação de centrais hidro-elétricas, a exemplo, do Complexo - Sobradinho.

26- Retrato do Brasil, nº 35, op. cit.

1.2 - Mão-de-Obra na Barragem e Migração Rural no Nordeste

Mão-de-obra na barragem e migração rural no Nordeste aparecem como uma discussão necessária para este trabalho, por tentar compreender as razões do porquê do grande contingente operário ocupado, principalmente nas obras de construção civil da barragem, ser formado por ex-trabalhadores do campo, especificamente daqueles vinculados à pequena produção agrícola de subsistência. O entendimento desta questão é fundamental para discutirmos o início do movimento que originou a Associação Agrícola São Joaquim, ou seja, a volta desses trabalhadores a terra.

Por não entendermos migração como um simples vai e vem de pessoas, e isso fica muito claro nestas declarações de José Balbino: "Quem fez a Associação Agrícola São Joaquim gerar aqui o lado da barragem foi forçado pelas necessidades dos próprios produtores, que se deslocaram da sua própria região, com a construção da barragem. Essa construção da barragem representava emprego pra dez anos, em proposta dita pelos financiadores que saíam daqui do canteiro de obras para Paraíba, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Piauí e pra onde ele fosse. Então eram pessoas preparadas no seu papo, na sua palestra, que chegava na nossa região convencendo os pequenos produtores que vivia lá, sacrificado, na região, por falta de chuva, também, por falta de terra, porque a falta de terra, hoje no Nordeste, ela corre em geral, o produtor vendo aquela promessa, se dirigiam diretamente à construção da barragem de Sobradinho, que dentro de uma vez, que eles se deslocavam sem pagar transporte; com a certeza que alimentação e alojamento

aqui na construção da barragem",²⁷ buscamos compreender este processo, discutindo as causas da expulsão do homem rural da sua origem a partir do significado que tem a agricultura para o Nordeste, neste recente período de sua modernização. Particularmente, chamo a atenção para o desempenho do Estado, via SUDENE e CODEVASF,²⁸ nestas mudanças ou intervenções.

As características que marcam o campo brasileiro da colônia aos dias atuais pautam-se no latifúndio quase sempre produtivo e improdutivo e na produção com destino a abastecer mercados externos. Assim foi com a extração do pau-brasil, passando à exploração agrícola com a cana-de-açúcar, com o algodão, com o café e mais recentemente com a soja. Por outro lado, as produções de alimentos básicos, voltadas à população, nunca são prioridades de nenhum dos nossos governos, muito pelo contrário, estas sempre estão vinculadas as produções agrícolas de subsistência e que, em geral, sempre estão marginais às políticas agrícolas e agrárias no Brasil.

No atual quadro do desenvolvimento agrícola brasileiro, estas características persistem, ou melhor, se remontam e, segundo Graziano,²⁹ 1982, este fato deve à industrialização de países como o Brasil ocorrerem tardiamente e sob a hegemonia do capital monopolista. Realidade que necessariamente não exige um processo revolucionário das relações de produção até então existentes. Neste campo, a agricultura no Brasil vem se modificando, passando, pelo que o autor conside

27- Em entrevista ao autor.

28- CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, criada em 1975 para atuar na política de água e irrigação.

29- Análises aprofundadas dessa questão, ver: Silva, José Graziano da, *A Modernização Dolorosa*, Zahar, Rio de Janeiro, 1982, sobretudo capítulo VII.

ra, de uma "modernização conservadora", onde convivem os interesses de diferentes formas do capital, desde a do velho capital comercial, até a do moderno capital financeiro.

Como consequência dessa estrutura conservadora do campo brasileiro, observa-se, nos tempos atuais, que não só se tem aumentado a concentração das propriedades fundiárias,³⁰ inclusive com o objetivo único da especulação financeira, como também, tem sido possível a reprodução das relações não capitalistas de produção. Estas condições da nossa realidade, têm levado, a cada dia, a "pequena produção de subsistência"³¹ a reduzir sua área produtiva, renascendo em áreas de fronteiras agrícola longínqua, inclusive do mercado e em condições de solos, às vezes, completamente adversas. No Nordeste, especialmente, somam-se a estas condições as características edafo-climáticas da região, o que torna esta realidade circunstancialmente muito mais difícil. Ao homem rural, pequeno agricultor, dominado por estas condições de vida e trabalho, a migração para outras áreas do campo, para grandes obras como Sobradinho, Itaipu, Tucuruí, etc., e, na maioria das vezes, para as grandes cidades, tem sido a solução encontrada.

A SUDENE, tendo por base os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, previu no seu I Plano Diretor 1961, políticas que passavam, também, pelo equacionamento da problemática atualmente posta. Assim,

30- Para uma melhor visão dos aspectos da concentração fundiária no Brasil ver o encarte de Retratos do Brasil - número 11.

31- Pequena produção agrícola têm suas características principais marcadas pelo uso intensivo do trabalho familiar, eventualmente assalariada baixa produtividade em função do não uso de tecnologia, ausência de assistência técnica, falta de insumos, etc.. A produção é basicamente voltada para a subsistência (feijão, milho, mandioca e outras).

os propósitos governamentais para aumento e produção de alimentos depositavam na agricultura de subsistência alguns requisitos, tais como: o de fixar o trabalhador rural no próprio campo e, em aumentando a produção mesma de alimentos básicos, forneceria estes produtos aos centros urbanos industriais a custos bem mais baratos. Para tanto, foram previstos redirecionamentos dos processos produtivos de várias áreas nordestinas, com o objetivo de:

- produzir alimentos na zona úmida do Nordeste;
- desenvolver no semi-árido uma agricultura resistente aos efeitos da seca;
- colonizar áreas no Maranhão;
- desenvolver a irrigação no vale do rio São Francisco.

Antes mesmo de entrarmos no detalhamento destes itens, podemos adiantar que com o advento do golpe militar de 1964, que inclusive se sustentou no Nordeste nas forças reacionárias das oligarquias rurais, estes objetivos foram completamente desviados dos seus propósitos, e hoje podemos afirmar que as condições da pequena agricultura de subsistência é tão crítica quanto naqueles anos.

Produzir alimentos na zona úmida do Nordeste, tinha necessariamente, para a SUDENE, que passar pelo aumento da produtividade das áreas ocupadas com o plantio de cana-de-açúcar. E para que isso fosse possível, tinha o governo que investir na modernização tecnológica dos complexos agroindustriais, que em contrapartida liberariam áreas para o cultivo de alimentos. É desnecessário dizer que a oligarquia açucareira não concordou com a implantação deste programa, no que a SUDENE, frágil para sustentar a proposta, recuou em busca de novas al

ternativas. Uma destas foi a fertilização das encostas entre a Bahia e o Ceará, mais ou menos 3 milhões de ha, cujas áreas até então não eram exploradas com o plantio comercial.

Com relação a isto, foram realizados estudos e elaborados projetos, sendo a SUDENE, mais uma vez, impotente, frente aos poderes dos políticos regionais, não implementando-os, e hoje estas áreas estão ocupadas com cana-de-açúcar, em função do PRÓ-ÁLCOOL.

Quanto a região semi-árida, 2/3 da região Nordeste e com 20 milhões de habitantes, onde se vive a "indústria da seca" a SUDENE preconizava uma ação concentrada, onde os recursos financeiros coordenados pela própria SUDENE seriam direcionados para obras que resultassem no melhor aproveitamento dos recursos naturais. Dessa forma, queria-se evitar a possibilidade de influências políticas partidárias, as quais sempre dirigiam as mesmas para propriedades de interesses privados. Seriam executadas obras nos setores agropecuários e de infra-estrutura de resistência à seca. Com o golpe, os militares impediram a implantação deste programa e as obras previstas só foram implantadas nas áreas onde favorecessem aos políticos e proprietários de terras que estivessem em consonância com o regime vigente.

O chamado programa de colonização do Maranhão teve sua origem nas correntes migratórias do sertão nordestino para esse Estado. Com o advento da abertura da estrada BR-116, ligando o Nordeste a Amazônia, muitas famílias, em média 5.000 (cinco mil) por ano, se deslocavam para estas áreas a procura de emprego e terra. Quando este processo atingiu uma grande dimensão, o Governo do Maranhão, em 1961, através de lei, co

locou as terras entre os rios Pindaré e Turiacu, ao longo da BR, à disposição da SUDENE para organizar a colonização dessa área. Contudo, após ter uma proposta de ocupação dessas terras, em 1965, portanto período militarizado da nossa história, a própria SUDENE e o Banco Mundial redefinem a ocupação dessa área para a exploração com a pecuária, eliminando o programa anterior e favorecendo aos grandes fazendeiros, pecuarista e latifundiários.

A esta altura, a SUDENE tornara-se impotente para tocar à frente o seu projeto inicial. As dificuldades foram-se remontando, a ponto do Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco para a produção de alimentos ter que ser reavaliado. Por volta de 1974, sob os interesses dos políticos regionais identificados com os militares, é criada a CODEVASF com as funções de administrar a política de irrigação e águas no Vale do São Francisco.

✕ Ainda sob a orientação da SUDENE, em 1968, é realizada a primeira experiência irrigada com o Projeto Bebedouro, nos municípios de Juazeiro na Bahia e Petrolina em Pernambuco. Já para a implantação desse projeto, a SUDENE contou com recursos técnicos e financeiros da FAO, sem os quais não seria possível.

✕ A partir daí, com a CODEVASF,³² a irrigação toma outra direção, abandona o sentido de produzir, com colonos, alimentos, e passa a trabalhar preferencialmente em grandes projetos empresariais, a exemplo da CICA-NORTE 500 ha, AGROVALE 7.000 ha, ALFANOR 4.000 ha, etc.. Até os dias atuais foram

32- Para melhor perceber a atuação da CODEVASF ver, Andrade, Manoel Correia de, in *Tradição e Mudança*, 1983, Zahar, Rio de Janeiro, sobretudo do capítulo VII.

implantados sete projetos, Bebedouro (1965), Mandacarú (1972), Maniçoba (1975), Tourão (1976), Curaçã (1981) e Petrolândia (1982), e em vias de implantação o Projeto Senador Nilo Coêlho (O Massangano), contabilizando uma área que atinge 39.898 ha. Desse total 42,3% são voltadas para o assentamento de colonos e 57,7% para serem exploradas por empresas. Como poucos são os colonos assentados, estes terminaram por ficar subordinados aos interesses dos grupos empresariais.

Mais recente, em pleno regime militar, a pequena produção de subsistência é novamente alvo da ação governamental com o aparecimento dos famosos, mais ineficientes, Programas de Desenvolvimento Rural Integrado. Diferentemente da concepção da SUDENE, os programas integrados têm por objetivo criar polos de desenvolvimento em diversas áreas do Nordeste, visando resolver o problema da migração e do abastecimento alimentar nos grandes centros. Contudo, sua estratégia de desenvolvimento é alimentada por técnicas modernizantes e de efeito contrário aos seus propósitos; com a não geração de empregos relativos à população atraída pelo pólo; com a valorização das áreas em função do seu beneficiamento, o que os torna de difícil acesso; etc.

Desse modo, o desenvolvimento preconizado pela SUDENE no início da década de 1960 e posteriormente modificado pelos governos do período 64, não conduziram o Nordeste para o equacionamento dos seus problemas sociais e econômicos. Muito ao contrário disto, a modernização tecnológica da sua indústria e da sua agricultura terminaram por agravar as condições de vida e trabalho na maioria da sua população, principalmente, da população rural. Como resultante da associação

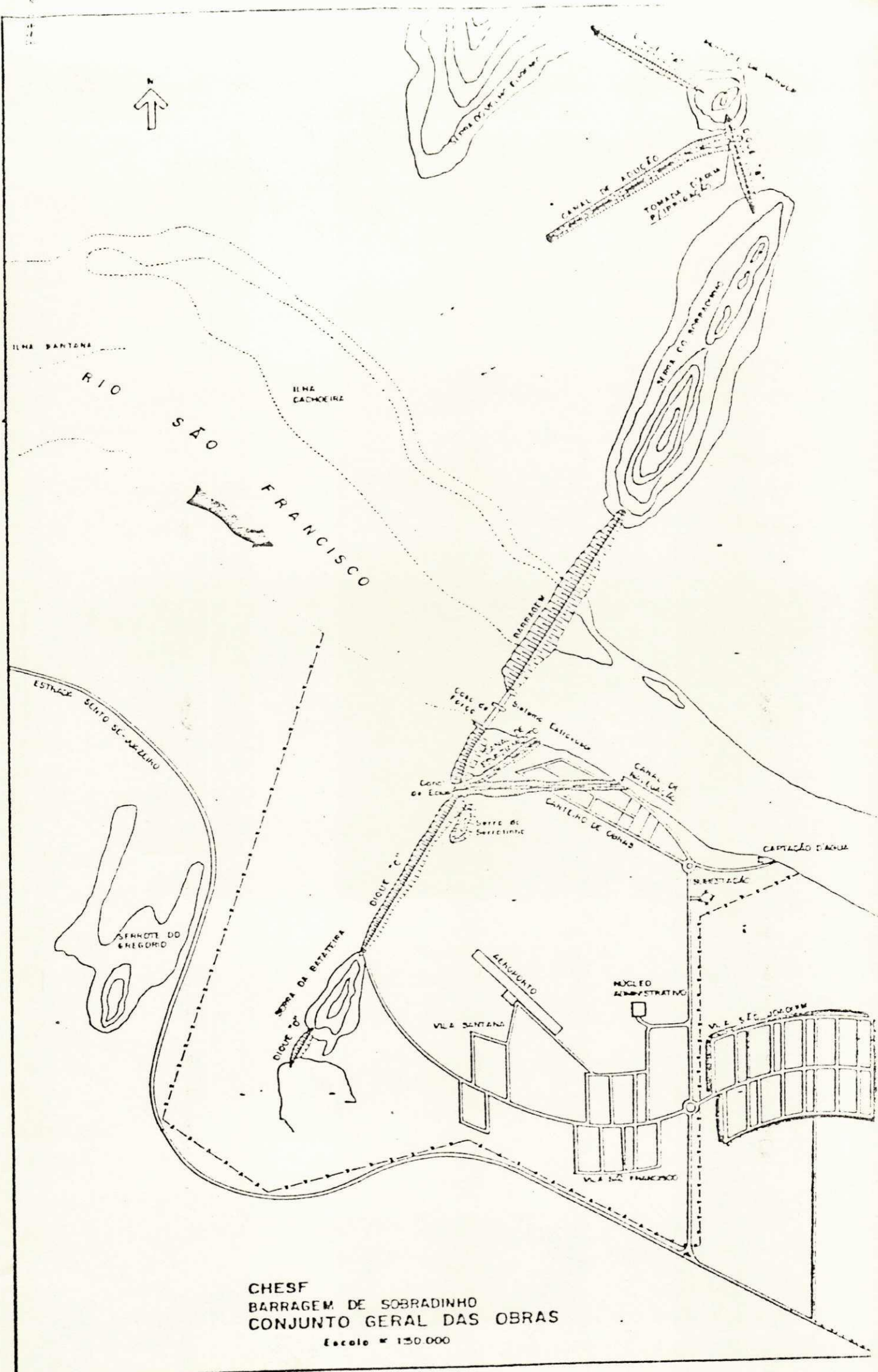
de todas as políticas aqui implantadas tem-se que, 34 milhões de pessoas migraram da região nos últimos 20 anos, as populações dos grandes centros duplicaram chegando, em alguns casos, como o de Fortaleza, a triplicar, os índices de empregos são relativamente menores que no passado, e se tem por aqui um dos maiores índices de custo de vida do país.³³

Podemos afirmar, para efeito de conclusão, que as políticas orientadoras do desenvolvimento atual do Nordeste estão a serviço, como vimos anteriormente, dos interesses da expansão do grande capital na região, sendo, por isso mesmo, incapazes para a superação dos problemas básicos vivenciados por sua população. Conseqüentemente, a política para a produção de energia, como vimos na primeira parte, não perde esta perspectiva, e neste sentido, afirma Dom José³⁴ "Não seria mais racional que ao invés da construção de obras faraônicas, fossem construídas pequenas barragens que produzissem energia sem causar transtornos tão sérios à população?"³⁵. Pelo mesmo modo, mostra Manuel Correia de Andrade em, *Tradição e Mudança*, 1983, que a política de produção de energia tem determinado, nas diversas realidades regionais, profundas transformações nos seus aspectos econômicos, sociais, políticas e culturais. Entender, pois, o significado dessas mudanças, no caso Sobradinho, é de fundamental importância para compreendermos os desdobramentos que permitiram a gênese da Associação Agrícola São Joaquim.

33- Informações extraídas de *Retratos do Brasil* nº 35.

34- Bispo da Diocese de Juazeiro.

35- Citado por Manuel Correia de Andrade em *Tradição e Mudanças*, 1983, São Paulo, Zahar.



CHESF
BARRAGEM DE SOBRADINHO
CONJUNTO GERAL DAS OBRAS
 Escala = 1:50.000

CAPÍTULO II

A HIDRELÉTRICA DE SOBRADINHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS

Vimos, com o capítulo anterior, que a atuação do Estado para viabilizar as políticas de modernização do Nordeste, inclusive a da produção de energia, têm estado a serviço de interesses restritos de determinados setores da sociedade. No caso da construção da Hidrelétrica de Sobradinho, esta causou profundas mudanças a toda a região, acarretando como consequências drásticas prejuízos para o conjunto das suas populações. Para discutirmos estas consequências e dizermos da sua importância para o surgimento da Associação Agrícola São Joaquim, é que propomos o capítulo II.

2.1 - Características da Região antes da Formação do Reservatório

A descrição e a análise das características gerais da região, antes da formação do lago, é de fundamental importância para entendermos as razões que levaram os vários segmentos sociais a se manifestarem, tão logo houve a sua destruturação.

A área ocupada com a formação do reservatório está situada no Oeste da Bahia, na micro-região homogênea 133, cha

mada de Baixo-Médio São Francisco. Sua extensão territorial é uma das maiores da Bahia, 74.873 Km², sua densidade demográfica, em 1970, chegava a 2,9 habs./Km², tida como uma das mais baixas em todo o Estado, quando sua população se aproximava dos 220.000 habitantes. ✕

TABELA 2 - Bahia - Micro-Região Homogênea 133
Área, Densidade Demográfica e População
Período - 1970

BAHIA E MRH 133	ÁREA Km ²	Densidade Demográfica habs/Km ²	P O P U L A Ç Ã O		
			TOTAL	Urbana	Rural
Bahia	559.951	13,8	7.493.470	3.085.983	4.407.987
MRH	74.873	2,9	220.000	53.271	165.649

FONTE: FIBGE - Centro Demográfico do Estado da Bahia - 1970.

Com relação aos recursos naturais, o clima é semi-árido quente ou de estepe tropical, que se caracteriza por alta evaporação, períodos secos no inverno e chuvas escassas nas demais estações. A vegetação é xerófila e os solos são em geral arenosos. ³⁶ ✕

2.1.1 - Aspectos Produtivos

✕ Quanto aos aspectos produtivos, nos deteremos na agropecuária, por ser esta a principal ocupação da população,

36- Alguns dados são do FIBGE, Centro Demográfico do Estado da Bahia de 1970 e citados no relatório da Sociedade de Estudos, Econômicos, Sociais e Urbanísticos, sobre Sobradinhos, outubro, 1979.

podendo ser observada nos seguintes dados: em 1970, 75% do total da população residia no campo e 88,6% da população economicamente ativa estava envolvida com atividades neste setor. De um modo geral a agropecuária era praticada combinando os plantios das vazantes do rio com os produtos das roças do sequeiro e do pastoril de um exíguo rebanho na caatinga, além da pesca.³⁷

A agricultura de vazante³⁸ se desenvolvia no período de baixa do rio, julho-novembro, numa faixa não superior a 100 metros de largura e nas ilhas. As condições para o cultivo eram extremamente facilitadas, pois a vazante é um depósito de lama e areia, aluvião, que dispensa o preparo anterior dos solos. A fertilidade é natural, o que proporciona uma alta produtividade em relação ao sequeiro. O plantio era simples: abria-se um buraco no solo com um pau ou com outro instrumento qualquer de trabalho, colocava-se a semente não sele

37- Sobre o assunto ver este brioso resumo de, Duqué, 1983: "Tratava-se de uma população de pequenos produtores, vivendo numa economia essencialmente de subsistência, com fracas relações com o mercado (ou seja, comercializando nas feiras locais um modesto "excedente" que servia apenas para comprar artigos de primeira necessidade que eles mesmos não podiam produzir). Esses pequenos produtores conseguiam manter suas famílias, combinando as atividades agrícolas nas terras de vazantes e de sequeiro (aproveitando a estiagem para os primeiros e o "inverno" para as segundas), a pesca e os cuidados de peixe no criatório. Inútil dizer que todos os membros da família participavam dessas atividades, cada um segundo sua força física ou seu ajuste com os afazeres domésticos, comprovando um nível bastante minucioso de organização de trabalho. Algumas conseguiam completar a modesta renda familiar com atividades artesanais feminino extrativos e tarefas eventuais assalariados. Os pequenos comerciantes faziam figuras de ricos. A vida era marcada pelo trabalho intenso e a austeridade, porém essa população aí encontrava pelo menos sua subsistência, por limitadas que fosse. Uma longa experiência lhe tinha ensinado manejar da melhor maneira os fracos recursos a seu alcance". Ququé, Ghislaine, A Experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens, Revista Ciência e Cultura, nº 35, 1983, p. 1.054 - 1.055.

38- "A enorme maioria dos habitantes da margem do rio praticavam o regime de vazante, em forma exclusiva ou sua combinação com o regime de sequeiro (95% segundo as estimativas da HIDROSEVICE). A prática exclusiva do regime de sequeiro limita-se, em consequência, a uma fraca minoria: Citada por SESU, Plano de Desenvolvimento da Região do Lago.

cionada e cobria-se com o pé. O uso de fertilizantes e defensivos era zero, os tratamentos culturais eram bastante rudimentares, assim como as técnicas de produção. O trabalho com plantio, colheita e beneficiamento da produção (descasca e debulha) era quase que totalmente manual, e as áreas cultivadas dependiam fundamentalmente da molhação deixada com a vazão do rio.

Normalmente cada família cultivava de 0,6 a 4 ha, com culturas de ciclo curto como a batata doce, forrageiras, arroz, feijão de corda, milho e mandioca. Nas fazendas cultivava-se até 25 ha de forragens artificiais, destinadas sempre ao pastoreio.

O sequeiro era praticado nas áreas de caatinga, situadas não mais que 5 Km das margens do rio. Esse tipo de exploração agrícola exige atividades de preparo dos solos, como o desmate e o revolvimento do solo para facilitar a umidade. A molhação depende exclusivamente das chuvas, o que designa a produção características aleatórias.

Os cultivos eram de mandioca, milho, feijão, abóbora, melancia e gergilim, e sempre destinados à subsistência. As roças não passavam de 15 ha e se caracterizam por uma baixa produtividade, baixo rendimento e uso de técnicas rudimentares.

X Quanto a pecuária e a indústria, estas não se modificaram substancialmente, se compararmos aos tempos atuais. "Na pecuária, a predominância é de rebanho de caprinos, que juntamente com os ovinos são destinados ao consumo local. As aves e os suínos são criados nos "quintais" das casas e constituem uma pequena parcela da economia popular. Esses reba

nhos, na sua maior parte, são destinados ao consumo local, e o excedente, vendido em feiras. O gado bovino é criado quase exclusivamente para venda, sendo que o sistema de criação é a pecuária extensiva. Não existe nenhuma preocupação com reserva de pasto para as estações de seca, havendo por isso grande variação dos animais, já que eles dependem exclusivamente dos pastos nativos. Tampouco há preocupação com a assistência sanitária ou veterinária, inexistentes cercas, o que provoca grandes números de cruzamentos, e, consequentemente, gerando rebanho de baixa qualidade e raça indefinida".³⁹

A maior parte da produção agrícola e pecuária era destinada ao consumo das famílias, e o pouco excedente era comercializado ou nas feiras livres ou com os intermediários, mas sempre tinha o objetivo de completar as necessidades básicas das famílias.

Quanto à indústria, esta foi e continua quase artesanal, com técnicas rudimentares e consumo destinado a própria região e municípios vizinhos como Juazeiro e Petrolina. Produz-se farinha de mandioca, rapadura, corda, rede de pesca e de dormir; existem também pequenos curtumes de couro.⁴⁰

2.1.2 - Aspectos Sócio-Econômicos

Determinado por essas condições, o modo de vida nesta área foi sempre levado a ser simples, pacato e harmônico.

39- Centro de Estatísticas e Informações, 1984, vinculada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, do Governo do Estado da Bahia, Aspectos Demográficos Regionais, SSA, 1984.

40- Centro de Estatística e Informações, 1984. Op. cit.

Os povoados quase sempre eram formados por duas fileiras de casas rudimentares e de taipa. As casas de alvenaria, muito raras, tinham como proprietários os pequenos comerciantes locais ou agricultores que conseguiram abastarem-se neste meio.

Assistência institucional, de responsabilidade dos governos municipal, estadual e federal, jamais existiu, os serviços de infra-estrutura física como saneamento, pavimentação, água, etc., eram inexistentes. Quanto a saúde, a população se valia da "medicina popular", usando chás, rezas, curandeiras e parteiras. A educação escolar fazia-se através dos professores leigos, que em sua própria residência, ministravam aulas para alfabetizar jovens e adultos. E eram remunerados pela própria população.

A liderança do povoado era basicamente exercida por algum comerciante. Explica-se pelo fato deste sempre ter que colocar-se até a sede do município, onde amplia seus contatos e conhecimentos. Também, nestas oportunidades, fazia-se representar perante as autoridades (prefeitos, vereadores, delegados de polícia, etc.) levando os problemas da sua comunidade. Este tipo de relação acabava sempre por fazer da liderança um "cabo eleitoral" de algum político local.

O regime de trabalho tinha como reguladores as condições climáticas e as necessidades básicas das famílias. Assim, trabalhava-se muito mais nos períodos chuvosos, aproveitando as áreas de sequeiro e não se observava domingos, feriados e o lazer. Nos períodos secos, aproveitavam-se as vazantes do rio para o plantio, e a divisão das tarefas eram baseadas no sexo. Os homens se ocupavam no cotidiano produtivo das roças e da pesca, e, as mulheres, na rotina doméstica da casa

e no cuidado com as crianças, além de possuírem tarefas na produção nas épocas de plantio e colheita.

Estas comunidades eram bastante religiosas e faziam devoção em diversas datas do ano, na data principal, a devoção era dedicada aos padroeiros locais.

Apesar de todo o primarismo desse modo de produzir a vida nesses povoados, o grau de parentesco era muito desenvolvido, explicando daí a forte solidariedade que existia entre as pessoas e o seu próprio meio, que para eles representavam a segurança de que poderiam continuar reproduzindo a vida.

2.1.3 - Aspectos Fundiários e Relações de Produção

Quanto aos aspectos fundiários, pode-se dizer que em toda a região, somente os "grandes fazendeiros", donos de imensos latifúndios, possuíam documentos de titulação das suas propriedades. Quanto aos pequenos proprietários, somente 331 destes possuíam títulos.

A ocupação das margens do Rio São Francisco em toda a região se dava por permissão dos proprietários das grandes fazendas de pecuária intensiva, cujo objetivo era manter uma mão-de-obra disponível e barata sempre que houvesse necessidade. Por outro lado, como os fazendeiros eram "chefes políticos", estes ocupantes faziam parte também dos seus currais e leitorais.

Com o tempo ocupante, realizava algumas benfeitorias em suas áreas, o que lhes garantiam uma permanência por maior

tempo e mais segura, e pelas vastas extensões territoriais das fazendas (latifúndios) não chegavam a criar maiores conflitos com seus proprietários legais.

As ilhas formadas pelo rio eram de propriedade das prefeituras. Estas a depender do ocupante, se partidário não pagava ônus por suas explorações. No geral, as ilhas eram ocupadas com a pecuária de propriedades dos próprios mandatários locais.

Quanto ao sequeiro, a posse nestas áreas não apresentavam nenhum problema maior e era considerada como um patrimônio da família do pequeno agricultor, podendo inclusive ser negociada ou herdada.

Para uma idéia de significado da concentração das terras nestas regiões, basta observarmos os seguintes dados do IBGE, 1975, dos 1.161.974 ha da área dos estabelecimentos, apenas 100.411 ha eram cultivados o que representa 8,7% do seu total. Destes 98,4% com lavouras temporárias e 1,6% com lavouras permanentes. 77% dos estabelecimentos alcançavam áreas de no máximo 10 ha, enquanto que 0,4% dos estabelecimentos ocupavam mais de 50% do total da área. Nestas, grande parte era dedicada a improdutividade, e a outra, a pecuária extensiva.

Quanto a mão-de-obra, se utilizava nas plantações de vazante de até 4 ha, a força de trabalho exclusivamente familiar, em áreas superiores, mas muito raro, aparecia a figura do diarista e por determinadas fases do processo. No sequeiro a mão-de-obra era invariavelmente familiar.

Na pecuária e nas fazendas aparecia o assalariado, o diarista, mas muito comum era a figura do encarregado que

tomava conta do rebanho, tendo direito a uma cria a cada quatro nascidas.

Desse modo, as relações sociais de produção características da área se expressam, como o diz o relatório do SESU, dentro do quadro da "pequena produção agrícola familiar".

2.2 - As Características da Área Pós-Formação do Lago e suas Consequências para a População

No ítem imediatamente anterior, tratamos de explicar o modo de vida da população no período pré-formação do Lago, mostrando que mesmo e apesar de pacato, este apresentava uma organização estrutural adquirida nos muitos anos de história dessas comunidades rurais. Com a formação do reservatório, toda essa organização desaparece, dando lugar a uma completa desestruturação das bases sociais, econômicas, políticas e culturais da região. Como esse processo ocorreu e quais suas consequências para a população é o que pretendemos discutir neste ítem.

Para a construção do Complexo Hidrelétrico de Sobradinho, primeiramente foi desocupada uma área de 4.250 Km² pertencente a seis municípios⁴¹ e que posteriormente foi inundada, dando origem, em 1977, ao maior lago artificial do mundo,⁴² com 320 Km de extensão; 10 Km de largura e acumulando, em média, 3,4 bilhões de metros cúbicos de água. Toda essa "monstruosi

41- Municípios de Sento-Sé, Juazeiro, Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Xique-Xique.

42- Os dados foram extraídos do Projeto de Organização da Produção Agropecuária na Borda do Lago Sobradinho, maio, 1981, da SEPLANTEC.

dade" tem por finalidade regular a vazão do Rio São Francisco em $2.060 \text{ m}^3/\text{s}$ d'água que é para permitir o ótimo funcionamento das turbinas de Moxotó e Paulo Afonso, além de produzir 1 milhão de KW de energia.

2.2.1 - A Relocação

A ausência de propostas democráticas para a relocação das comunidades transformou este processo numa experiência bastante violenta para toda a população, pois representou para esta o afastamento compulsório com suas tradições.

Na época, o contingente da população rural a ser transferido chegava a 8.000 famílias, tendo cada uma, em média, 5 (cinco) dependentes. A partir de estudos realizados, o governo apresentou a este público as seguintes alternativas: a) número de famílias a permanecer na borda do lago, 1.500; b) número de famílias a ser relocado para o Projeto de Colonização Serra do Ramalho e de propriedade do INCRA, 4.000; e c) migrar 2.500.

Por outro lado, esses mesmos estudos demonstravam que o desejo da população era de 50% permanecer na borda do lago, 02% desejava viver em melhores condições de vida e 30% migrar. Aqui fica patenteado que entre as soluções apresentadas pelos órgãos oficiais e os resultados da consulta à população, havia profundas divergências. Assim, o desejo de ficar na borda do lago era superior e mais forte que qualquer outra solução apresentada pelo governo. Isso demonstra a forte presença cultural da agricultura de vazante na formação

desses trabalhadores e que não poderia ser imediatamente substituída por quaisquer propostas de projeto irrigado, a exemplo da Serra do Ramalho.

A partir desta constatação, a CHESF, questionada pela igreja, sindicatos e pelos políticos locais, resolve envolver o governo nos estudos da transferência das populações. Assim, os órgãos do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - e o INTERBA - Instituto de Terras da Bahia, após novos estudos, confirmam os resultados já obtidos, mas desaconselham a colonização nas margens do lago, justificando a falta de recursos naturais dos solos.

Em 1975, a HIDROSERVICE, em mais uma pesquisa, volta a confirmar esses resultados, o que, de certa forma, fortalece a tendência de relocação das populações para a Serra do Ramalho.⁴³

43- "O programa da Serra do Ramalho foi planejado para reassentamento de 4.000 famílias deslocadas pelo enchimento do Reservatório. No entanto, até hoje somente 1.026 famílias de Sobradinho optaram por esta alternativa que foi a única propriamente planejada. De fato, o projeto de colonização do INCRA está situado em terras férteis e de índices pluviométricos razoáveis, além disso, cada lote, 20 ha, dispõe de uma casa construída pelo INCRA, 2 ha de terra desmatados, cercas e enquadramento rigoroso quanto a assistência técnica.

Existe financiamento para o plantio e facilidade para a comercialização aos produtos. As famílias contam também com uma infra-estrutura social que lhes garantem escola e saúde, com médicos residentes na área do projeto. O custo deste lote para a família era parcelado em 20 anos a juros negativos e a escritura definitiva da casa é passada depois de 5 anos de residência. É interessante notar que, segundo pesquisas do SESU na área do projeto, somente 40% dos colonos oriundos de Sobradinho conseguiram efetivamente adaptar-se a uma produção agrícola de mercado capitalista. Estes desmataram os restantes 18ha de seus lotes e estão cultivando produtos principalmente para comercializar, a exemplo do melão, melancia, algodão e mamona. Eles mesmos já se consideram "fazendeiros". Os outros 60% não conseguem dar este salto e reproduzem o modo de vida de subsistência da beira do rio. Plantam (somente nos 2 ha já desmatados) produtos como feijão, o milho e a mandioca, para a sua subsistência, apesar de toda extensão rural existente.

Não cabe fazer aqui uma avaliação do processo de relocação para a Serra do Ramalho. Pode-se, no entanto, apontar alguns fatores que são considerados importantes para explicar o insucesso do projeto: a pressão por parte da igreja e dos políticos para que a população dos quatro municípios não migrasse massivamente, esvaziando a região, com panhas de motivação para o projeto da Serra do Ramalho mal sucedida e as resistências culturais dos relocados. Informações extraídas do relatório SESU, 1979.

Na prática, a população confirma a tendência de re sistência demonstrada nas pesquisas e não se transfere para PECSR,⁴⁴ este sentimento de resistência é decorrente da insegurança antes as possibilidades de sobrevivência em um meio desconhecido. Para os pequenos produtores que sempre operaram na vazante, transferir-se para uma área irrigada, seja quais forem suas vantagens, não deixa de representar uma incerteza.

Impelida ante a resistência da população, passando pelos desgastes das denúncias e dos protestos da igreja e dos Sindicatos, que viam nessa transferência o deslocamento cultural e histórico do povo de suas raízes e dos políticos ligados ao poder local e que temiam o esvaziamento de suas bases eleitorais, a CHESF, sem apoio da HIDROSERVICE e das instituições INCRA e INTERBA, resolve, de maneira não planejada e paternal, assentar a população às margens do lago. Assim, a previsão dos doze núcleos⁴⁵ referentes ao assentamento de 1.500 famílias é ampliada para 26 núcleos, TABELA 3, e com previsão para 4.500 famílias.

Finda a relocação, estavam todas assentadas em seus novos e diferenciados núcleos.⁴⁶ Contudo, a nova realidade, a da caatinga, às margens do lago, colocava para esta população

44- PECSR - Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho.

45- Núcleos - referências aos povoados construídos pela CHESF.

46- Para efeito de definir a infra-estrutura necessária aos núcleos, foram observados os seguintes critérios: - Núcleo com até setenta famílias - tipo 2, - núcleo com até 120 famílias - tipo 2, - núcleos com até 200 famílias - tipo 3, - núcleo com mais de 200 famílias - tipo 4. Todos eles teriam os seguintes serviços, considerados prioritários pela população: Escola e cemitério. A partir dessa definição foram indicados: Tipo 1: a) centro comunitário para atendimento da escola; b) cemitério cercado de arame. Tipo 2: a) prédio escolar com 2 salas de aula; b) capela; c) cemitério com muro de alvenaria. Tipo 3: a) prédio escolar com 3 salas de aula; b) capela; c) posto de saúde; d) cemitério com muro de alvenaria. Tipo 4: a) prédio escolar com 4 salas de aula; b) capela; c) posto de saúde; d) mercado/açougue; e) delegacia e cadeia; f) cemitério murado; g) sub-prefeitura (quando era o caso de reposição); h) posto de ECT (quando era o caso de reposição); i) instalação de infra-estrutura de água e iluminação pública nos casos de reposição.

TABELA 3 - Núcleos e Número de Lotes Agrícola

NÚCLEOS	NÚMERO DE LOTES	ÁREA TOTAL NÚCLEO (Ha)	MUNICÍPIO
Taboleiro	138	2480	P. Arcade
Marcos	117	2380	Remanso
Pau-a-Pigue	325	3080	Casa Nova
Bem-Bom	249	2400	Casa Nova
Santana	279	580	Casa Nova
Mosquito	70	700	Casa Nova
Algodões (2)	-	-	Sento-Sé
São Gonçalo (2)	99	490	Sento-Sé
Brejo de Fora	-	-	Sento-Sé
Piçarrão	63	315	Sento-Sé
Brejo de Dentro (2)	-	-	Sento-Sé
Piri	126	-	Sento-Sé
Bazuã	130	7300	Sento-Sé
Quixaba	231	-	Sento-Sé
Riacho do Paes	374	3000	Sento-Sé
Itapera	218	2044	Sento-Sé
Pascoal/Aldeia/Limoeiro	234	-	Sento-Sé
Andorinhas (ilha) (2)	-	-	Sento-Sé
Tombador	76	-	Sento-Sé
Retiro de Baixo	67	2400	Sento-Sé
Retiro de Cima	92	1400	Sento-Sé
Cajuí (3)	-	-	Sento-Sé
Volta da Serra	235	2350	Sento-Sé
Ponta d'Água	80	1000	Sento-Sé
TOTAL	3.202⁽⁴⁾	31.869	

DADOS CHEST,

(1) Área aproximada

(2) Loteamento disperso

(3) loteamento conjunto com o de Volta da Serra

(4) Outras famílias foram relocadas posteriormente

um novo desafio, o de produzir em bases irrigadas. Esta nova e concreta realidade trouxe para muitas famílias o desespero e a necessidade de abrir mão de seus lotes de terras recebidos com a relocação, pois desconheciam as técnicas para produzir e, sob tais condições e sem assistência devida, muitos migraram. Assim, a relocação não acompanhada de uma política de assistência que fixasse o homem em seu novo habitat, trouxe para o Estado, pelo menos a lição do que não se deve repetir nas novas barragens a serem construídas.

2.2.2 - O Reservatório e os Novos Aspectos Produtivos

Como vimos, fínda a relocação, começaram a surgir os primeiros problemas para os habitantes dos núcleos: estruturar uma nova organização produtiva, a partir, principalmente, da agricultura irrigada, pois a vazante já não existe e o sequeiro é muito incerto.

Era de se esperar que junto ao processo de transferência das populações, os órgãos públicos programassem planos de apoio e assistência aos núcleos, pelo menos para o período considerado de pós assentamento. Na realidade, nada disso ocorreu. Assim, a agricultura de sequeiro continua a ser explorada nos mesmos moldes do passado, sendo os principais cultivos de feijão, milho, mandioca, gergelim, abóbora e melancia.

Quanto a tentativa de estender aos ex-ribeirinhos as técnicas de uma agricultura irrigada, a CHESF empresa ligada à produção de energia, tentou instalar vários campos de treinamento na região, tudo em vão, treinados os agricultores,

estes não receberam o menor apoio do governo, e o que se tem visto é a venda ou o arrendamento dos lotes a fazendeiros capitalizados da região ou recém-chegados para explorá-los com a pecuária ou com o cultivo da cebola irrigada. A propósito, com técnicas extramamente prejudiciais ao solo. Quando a uma agricultura de vazante, esta só é possível quando as águas estão abaixo da cota, 392,5m.⁴⁷ Contudo, o aproveitamento dessas áreas, 1.500 ha, por pequenos agricultores, tem sido problemática. Como a barragem foi construída para garantir uma vazão constante do Rio São Francisco em benefícios de outras usinas, a agricultura não tem certeza de por quanto tempo o lago permanece em baixa. Assim, a vazante do rio que tinha o controle da natureza permitia ao ribeirinho a certeza de uma boa colheita, como a vazante do lago tem um controle artificial, isto é, do homem, a incerteza para o plantio é bem maior. Na realidade, a questão não está bem colocada. O que se precisa é estabelecer um programa de múltiplo uso para as águas do lago, pois estas nunca estiveram a serviço exclusivo da CHESF. Por outro lado, quando por um motivo ou por outro, surge a vazante muitos agricultores que possuíam lotes nas margens do lago e que venderam, indo para a caatinga, são impedidos pelos novos proprietários de ocupar o espaço deixado pelo lago. Desse modo, toda resistência movida pela população para permanecer na borda do lago, na esperança de ser reconstruída a antiga estrutura produtiva, é, hoje, causa para os primeiros conflitos de terra surgidos na área, tendo como exemplo, Remanso, em 1984.⁴⁸

47- 392,5 metros é a cota normal de funcionamento do lago para a produção de energia.

48- Quanto a vazão do lago em 1984, onde a cota chegou a 386,5 metros houve neste município vários conflitos para a ocupação da vazante entre grandes fazendeiros pecuaristas e agricultores da caatinga que se deslocaram para as margens do lago.

Quanto a pecuária, esta continua sendo explorada ex tensivamente pelos grandes fazendeiros, sem nenhuma assistên cia técnica - veterinária. É uma atividade pouco absorvedora de mão-de-obra.

A comercialização da produção agrícola é realizada nas feiras livres ou com os intermediários, que agora chegam por via fluvial ou terrestre. A pecuária é repassada do pe queno e grande pecuarista e deste ao mercado especializado.

A indústria não se modificou das condições do passa do, continua merecendo destaque o fabrico de farinha, o curtu me, em menor escala a produção de rapadura em pequenos enge nhos, aproveitamento do caroa⁴⁹ para confecção de cordas e re des de pesca e de uso doméstico.

2.2.2.1 - O Caso Específico da Pesca

Quando os ribeirinhos habitavam os seus locais de origem, a pesca era tida como uma atividade complementar na economia do pequeno produtor. Com a formação do reservatório, dadas todas as condições anteriormente mencionadas, a pesca passou a ser a principal atividade econômica de 50% das famí lias de relocados rurais.

Devido as condições de formação do reservatório, ex tensão e profundidade, criou-se um meio altamente beneficiado

49- "S. m. (Bras.)" *Planta da família das Bromeliáceas, cujas fibras fazem redes, chapéus, esteiras, etc.*, in Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 11a. e dição, *Civilização Brasileira*.

para a produção dos peixes, haja visto que, atualmente, a pesca decuplicou em relação aos níveis anteriores verificados na região. Os documentos oficiais têm colocado em estimativa que esta atividade, em futuro próximo, passará a ser a base econômica da beira do lago que atualmente produz 20.000 t" a.a..⁵⁰

No que pese essas possibilidades, nos programas de relocação, não foram previstos nenhum aproveitamento desses recursos em função do assentamento da população. Desse modo, a pesca desenvolveu-se sem organização que pudesse proporcionar aos pescadores a apropriação dos frutos do seu trabalho.

Atualmente pescam no lago 5.706⁵¹ pescadores, entre profissionais; os que vivem exclusivamente da pesca, com instrumentos mais modernos e eficientes, vindo de outras regiões do país; e os artesanais que não têm na pesca sua principal atividade econômica, mas que, combinada com a agricultura, forma a sua subsistência. Possuem apetrechos extramamente rudimentares e pouco produtivos, são basicamente os relocados.

2.2.3 - O Reservatório, a Nova Estrutura Fundiária e as relações de Produção

Muito antes de ser iniciada a relocação propriamente dita, ocorreu o processo de idenização às famílias da área a ser inundada.

Para a população rural que se estabeleceu às margens do lago, nos núcleos construídos pela CHESF, estas rece

50- Dados fornecidos pelo PROTAM, Programa de Controle de Desembarque, 1984.

51- Dados da Coordenação de Recursos Ambientais, responsável pelo Cadastro de Pescadores.

beram, como parte das negociações, lotes rurais que variavam de 5 a 30 ha, conforme sua situação anterior, isto é, a de ribeirinho.

Dada as condições de produção, descrita por nós a pouco, a nova situação dos pequenos produtores, passando de ocupantes a proprietário de suas terras, em nada contribuiu para que um nível de vida melhorasse, pelo contrário, as condições atuais estavam impondo, devido a distribuição das terras não ser precedida por uma redistribuição das rendas na área, que estes vendessem ou arrendassem seus lotes aos novos ou mesmo aos antigos fazendeiros, pecuaristas ou ceboleiros chegados à área, esta nova situação tem permitido um aumento considerável do número de diaristas, até mesmo de assalariados.

Por outro lado, os jovens, dada a incerteza da produção em seus lotes e as péssimas condições de trabalho e sobrvivência nas áreas de assalariamento, estes têm provocado na região uma grande migração para outros centros como Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, ou mesmo para grandes obras como Itaipú, e Tucuruí, duas novas hidrelétricas em construção aqui no Norte-Nordeste.

Contudo, ressaltamos que ainda as relações de produção que se insere no âmbito da "pequena produção agrícola, família" são dominantes nesta região.

2.2.4 - O Surgimento dos Movimentos Sociais

Retratamos com os íntens 2.1 e 2.2 duas realidades distintas de uma mesma região. A primeira, marcada pela força

te presença do capital agrário, conservava os traços primários de um desenvolvimento sócio-econômico integrado à vida de sua população. A segunda, construída necessariamente a partir dos interesses do moderno capital, marca a região por traços mistos de progresso e miséria.

É frente a segunda realidade onde toda a organização dessa sociedade regional foi violentamente destruída, pela formação do reservatório, que surge os primeiros movimentos sociais de reação às mudanças e com o sentido de preservar interesses mais localizados.

Para os objetivos deste trabalho daremos maior ênfase aos movimentos organizativos pelos pequenos agricultores.

Vimos anteriormente que as obras da barragem tiveram seu princípio lá pelo início da década de 1970, e que, o lago só veio a se formar em 1977, isto é, 7 anos depois. Pois bem, todo este tempo foi gasto com estudos e mais estudos, com os quais pretendiam uma ótima retirada da população, sem maiores traumas. Contudo, não foi isso que ocorreu, e a relocação teve seu momento de pique quando as águas já invadiam algumas propriedades. E o que é mais lamentável nisso tudo, é que os órgãos dos Governos Federal e Estadual não se mobilizaram para um atendimento planejado das populações no período pós-mudança, no que pese todo o esforço da CHESF.

É diante desse quadro de profundo descaso do poder público que surge, primeiramente, a Igreja e, depois, os Sindicatos Rurais, como canais que exprimiram as reivindicações dos relocados.

O impacto mais que repentino numa região com a MRH - 133 de características anteriormente analisadas, causada pe

la ação de um grande projeto, como o Sobradinho, deixou, de início, toda a população acostumada a uma vida pacata, bem como os seus frágeis canais de representação "de pés e mãos atadas", termo usado nesta região.

É neste contexto que aparece a Igreja como porta-voz das denúncias das injustiças causadas ao povo deslocado. "A Igreja, desde o começo dos primeiros trabalhos da barragem de Sobradinho, assumiu uma corajosa posição em defesa das populações afetadas pela construção da barragem e, posteriormente, pelo enchimento do reservatório. Sem o que, o processo de desorganização e desestruturação porque passaram as populações locais certamente teriam tido consequências e efeitos ainda mais desastrosos".⁵² A Igreja nesse papel de denunciar as injustiças prestou uma grande e valorosa colaboração aos trabalhadores, principalmente, a aqueles de níveis de consciência e de organização ainda incipientes.

Os Sindicatos Rurais, todos fundados no início de 1979, por iniciativa da Federal dos Trabalhadores na Agricultura-Bahia-FETAG, não tiveram inicialmente uma atuação firme frente a esta situação. Suas atividades estavam voltadas para a assistência médica e previdenciária. Isto fica evidenciado na entrevista do Sr. Eugácio: "existia Sindicato, mas naquela época, o Sindicato e os sócios só sabiam que existia o Sindicato prá extrair um dente e pegar consulta médica".⁵³

Nos meados de 1978, com o agravamento da situação levado a cabo pelas injustiças das indenizações e pelo próprio

52 - ELETROBRÁS, 1979, *Relatório SESU*.

53 - Eugácio, *Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso, em entrevista ao autor*.

processo de relocação, os Sindicatos, assessorados pela ação da Igreja, passaram a prestar também assistência jurídica e a defender interesses dos seus filiados. Diante dessa nova postura dos Sindicatos, os seus quadros de sócios crescem significativamente, a exemplo de Remanso que possuía 3.700 inscritos, com 3.000 regularizados, e Sento-Sé 2.620, todos regularizados.

Como se não bastasse todo esse quadro de penúria vivenciado pela população de trabalhadores rurais das margens do lado, o início do término das obras de construção das barragens coincide com os problemas econômicos e financeiros enfrentados pelo país, em função da sua política de pagamento da dívida externa. Este fato originou o colapso das grandes obras que seguiram Sobradinho, a exemplo de Xingó e Itaparica, que por certo absorveria toda a mão-de-obra liberada com a sua conclusão. Com isto, todos os ex-trabalhadores da barragem, mais os relocados que preferiram trabalhar na construção civil, passaram a ocupar espaços e fixar morada na Vila São Joaquim, Vila que também é consequência desta intervenção. Da situação, os ex-operários da construção civil foram obrigados a incorporarem-se ao movimento geral dos relocados e junto buscarem possíveis soluções para os seus problemas.

Assessorados pela Igreja e pelos Sindicatos dos trabalhadores, foram surgindo na área diversas formas de organização: as comunidades de base, os grupos informais, que, via sindicato, exigiram uma melhor indenização para os seus bens, e as colônias de pescadores. Mais recentemente, como desdobramento de toda movimentação, surgem as associações de moradores, agricultores e pescadores com reivindicações mais amplas, de assistência no campo econômico e social.

Diante de todas as pressões sociais e políticas da região, e visualizando as novas possibilidades produtivas surgidas com a formação do lago, o Estado propõe uma nova intervenção em Sobradinho, com o sentido de reestruturar e reorganizar suas bases econômicas.

2.2.5 - A Nova Ação do Estado em Sobradinho

O agravamento das condições de vida e trabalho da população da região de Sobradinho ganhou números a partir dum planejamento que, por não contemplar os diversos interesses sociais e econômicos duma população, modificou todo o seu espaço. Nisto o governo é consciente quando chega a afirmar: "a construção da hidrelétrica de Sobradinho engendrou profundas alterações na base produtiva da região, trazendo consigo consequências negativas para a população aí residente, uma vez que a quebra do seu modo de vida de subsistência não deu passagem para um estágio de desenvolvimento produtivo que permitisse a geração de um excedente agrícola, tampouco que possibilitasse alcançar um nível de reprodução próximo ao modo de vida anterior".⁵⁴

A partir desse reconhecimento e contando com as possibilidades de exploração dos diversos recursos surgidos com a formação do reservatório, além de sofrer pressões de vários segmentos sociais, o Estado resolve atender, ainda que de forma pouco convincente aos reclamos da população. Desse modo, estabelece o Plano de Desenvolvimento da Região do Lago de

54 - Bahia, Síntese do Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago Sobradinho, 1981, SEPLANTEC.

Sobradinho que num breve espaço de tempo obteve o seu malogro, em função de não contar com recursos a altura das suas demandas.

Contudo, nos ídos de 1981, contando com recursos do Tesouro do Estado da Bahia, o governo baiano, impelido pelas perspectivas da pesca e da agricultura irrigada, resolve implementar um novo projeto, desta vez, Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago Sobradinho, ou seja, mais uma ação do Estado para criar as condições necessárias para a reprodução do capital.

Desse modo, com o "Projeto Sobradinho", como é mais conhecido o PEDRLS, o governo objetiva:

- "reorganizar a base produtiva agropecuária da borda do lago de Sobradinho, enfatizando o uso de pequena e média irrigação, com vistas a fortalecer o pequeno produtor no que concerne a combinação dos seus meios produtivos e sua vinculação com o mercado";
- promover os meios necessários para que o pequeno produtor incorpore e potencialize o uso de uma base técnica mais capitalizada, mediante o estabelecimento e/ou extensão de uma infra-estrutura de apoio institucional, financeira e técnica, que possibilite a organização efetiva da produção;
- viabilizar a implantação de unidades de beneficiamento da produção da Área do Projeto, levando em consideração o seu aproveitamento agroindustrial e as condições de competição do mercado, visando propiciar uma maior capitalização do setor agrícola;
- estabelecer mecanismo de integração efetiva entre as ativ

dades agrícolas e pesqueiras, objetivando maximizar o uso da infra-estrutura física e de apoio a ser criado, bem como da organização produtiva dos núcleos;

- estender as ações de assistência técnica à agricultura de sequeiro, com o objetivo de introduzir e difundir tecnologias adequadas às limitações edafo-climáticas existentes e/ou estudar a alternativa de relocação dos pequenos produtores aí localizados para área disponível e com potencialidade para a irrigação em pequena e média escala;
- oferecer alternativas técnicas e econômicas ao público beneficiário, no sentido de que o mesmo possa orientar sua opção pelos tipos de unidades produtivas e inversões fixas que permitam maximizar o uso dos meios de produção".⁵⁵

Por outro lado, considerando as perspectivas empresariais privadas da área e rebuscando sua credibilidade junto aos trabalhadores, tão desgastada nos últimos tempos, como diz Celito,⁵⁶ o governo utilizou uma linguagem progressista, a ponto de considerar, pelo menos a nível do discurso, "a organização dos pequenos produtores como o instrumento central que permeará todas as ações de reorganização do espaço econômico, a ação do programa dar-se-á preferencialmente a nível grupal ou coletivo, visando facilitar o atendimento das demandas comunitárias de maneira compatível com sua dimensão econômica e social".⁵⁷

Desta forma, reestruturar as bases econômicas des

55- Bahia, SEPLANTEC, 1981, op. cit.

56- Celito Kesting - *Pároco leigo de Sobradinho*.

57- Bahia, SEPLANTEC, 1981, op. cit.

ta região, assentado todo processo na organização de pequenos produtores rurais, o Estado não apenas tenta se recompor frente aos trabalhadores, criando os espaços necessários a sua legitimação, mas também cria as condições necessárias para a expansão do capital na área.

Hoje, 4 anos passados desde a implantação dos projetos, Estado e pequenos produtores rurais estão envolvidos em um novo relacionamento. Mais adiante com o IV e V capítulos aprofundaremos discussões sobre o significado e a importância dessa recente experiência.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA VILA SÃO JOAQUIM

Vimos que a política de desenvolvimento adotada pelo modelo brasileiro dos últimos anos, evidencia a subordinação de todos os setores produtivos do país a um processo de industrialização sem precedentes em nossa história. Assim, o plano para a produção de energia, expresso nos diversos programas energéticos brasileiros, também ahca-se submetido às prioridades e às necessidades desse processo. O Projeto Hidrelétrico de Sobradinho, enquanto etapa integrante desses programas, não foge à regra e, assim, para a sua execução, todos os recursos físicos, materiais e humanos dessa área foram requisitados em função da produção deste insumo.

Por não possuir características democráticas e globalizantes, o Projeto do Complexo Hidrelétrico de Sobradinho acarretou, como vimos, para esta região, inúmeras consequências, e a Vila São Joaquim é o testemunho vivo de um planejamento econômico-social que abrange interesses restritos, cujas estratégias e decisões são previamente tomadas, sendo seus objetivos dirigidos a atender exclusivamente a determinados setores da sociedade e, especificamente, às exigências e às conveniências da acumulação de capitais.

Com este capítulo pretendemos retratar a Vila São

Joaquim, levantando alguns dos seus aspectos mais importantes e fundamentais para a compreensão da origem e do desenvolvimento da Associação Agrícola. Poderíamos, de um certo modo, resumir esta discussão a itens contidos nos II e IV capítulos. Porém, dada a complexa realidade que integra a Associação e Vila, optamos por este procedimento.

A nenhum ser humano, que chegue hoje a Vila São Joaquim, é dada a faculdade de pensar que este povoado, num passado muito próximo 1972-1980, foi aqui erguido exatamente por estar numa área onde a mão-de-obra era intensamente demandada. Seus habitantes e os diversos órgãos públicos das estruturas do governo federal, estadual ou municipal jamais pensaram ou não quiseram pensar na sobrevivência da Vila São Joaquim no período pós-barragem. Não contavam, pois, com a crise econômica pela qual atravessava o país desde 1979, e que obrigou o adiamento de diversos projetos que seguiriam Sobradinho.

Todos tinham a Vila como algo que se tem provisório, como um acampamento, que tão logo findasse as construções da barragem, estaria também tendo o seu final. Porém, a realidade é bem outra. Se no passado todos aqui vieram em busca de emprego, hoje, aqui permanecem por não possuírem as mínimas condições de daqui saírem, e, ao contrário dos tempos passados, nesses arredores, crescem a miséria e a desolação.

Para termos uma idéia do significado da Vila São Joaquim, tanto no passado como no presente, basta observar esta falação de Khoury, ex-secretário do município de Juazeiro: "Esta Vila foi um orgulho para o município, pois representava uma gigantesca concentração operária, a maior da região, sem nenhum custo ou ônus para os cofres públicos municipais .

Contudo, com o final das obras e com a retirada das empreiteiras, a CHESF foi abandonando a Vila, e esta foi caindo dia após dia no isolamento. Hoje, está entregue as baratas e é para o município um grande problema".⁵⁸

3.1 - Alguns Antecedentes

Iniciamos este ítem, relembando alguns antecedentes que nos parecem fundamentais.

Os estudos desenvolvidos pela ELETROBRÁS mostraram a necessidade do aumento da produção de energia elétrica no Nordeste. A CHESF, com bases nestas conclusões, optou primeiramente pela construção da barragem, localizada na região do Baixo Médio São Francisco, com a finalidade de regularizar a vazão d'água do rio em $2.060 \text{ m}^3/\text{seg.}$, o que permitiria o ótimo aproveitamento das turbinas de Paulo Afonso e Moxotó, visto que estas não dispõem de capacidade para armazenamento de água, principalmente, no período das secas. Mais tarde, "O Projeto Sobradinho" veio constar também de uma hidrelétrica, operando com 6 (seis) turbinas e produzindo 1.050 MW.

As obras de construção civil iniciaram em 1972 e findaram em 1981, representando um custo total de US\$ $1.015,00 \times 10^6$ a preço de junho de 1981.⁵⁹ A formação do reservatório implicou na inundação de 4.200 Km^2 , incluindo vilas, povoados e as sedes dos municípios de Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova,

58- John Khoury - foi secretário do Desenvolvimento e Atividades Econômicas do Município de Juazeiro, atualmente é Gerente Regional do Projeto Sobradinho, em Sobradinho; em entrevista ao autor.

59- Dados extraídos de prospectos da CHESF.

Sento-Sê, Xique-Xique e parte do distrito de Junco em Juazeiro. Esta ação representou a transferência de 12.400 (doze mil e quatrocentas) famílias (60 mil pessoas, aproximadamente) das quais 74% da zona rural e 27% da zona urbana.

TABELA 4 - Distribuição das Famílias Relocadas,
Urbanas e Rurais na Área do Lago

ÁREA DO LAGO	FAMÍLIAS				TOTAL GERAL	
	URBANA		RURAL		nº	%
	nº	%	nº	%		
	3.359	27	9.121	73	12.840	100

FONTE: CHESF - ELETROBRÁS, 1979.

Se por um lado a construção da hidrelétrica com a formação do lago já havia trazido transtornos à vida de um número de habitantes da região, expulsando-os das áreas, por outro, atraiu para as obras uma grande quantidade de trabalhadores das mais diferentes categorias e especializações, fazendo concentrar, ao lado da barragem, a maior população operária do Oeste baiano. Estes foram os empregados e os prestadores de serviço desta obra, que, possivelmente, seguiriam o destino dos barrageiros,⁶⁰ não fosse a crise econômica do país, a qual já nos referimos.

Para a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho foram requisitados técnicos profissionais nas mais diversas áreas de especialização, como, de nível superior ou universitário (engenheiros, economistas, advogados, sociólogos,

60- *Barrageiros - nome dado a "peões", trabalhadores que se empregam em obras de construção de barragem.*

assistentes sociais, etc.), técnicos de nível médio, chamados tecnólogos, e a mão-de-obra pesada, formada pelos operários da construção civil, aqui conhecidos como "peões".

Para os técnicos de formação universitária, a CHESF se preocupou em construir uma Vila especial, a Santana. Tida como definitiva a "famosa" Vila Santana, em seus primeiros tempos, foi habitada por trabalhadores graduados ou por trabalhadores que executavam funções equivalentes. Este núcleo conta com 171 casas, igreja, cinema, clube social e recreativo, escolinha, restaurante e hotel com 20 apartamentos, tudo bem acabado. Quanto a parte de infra-estrutura física, esta é saneada, possui abastecimento d'água, luz elétrica, jardins, ruas pavimentadas, transportes coletivos e serviço de coleta de lixo. Todos estes serviços são custeados pela CHESF.

Para os trabalhadores semi-qualificados, a CHESF se preocupou em construir uma Vila, tida como transitória, a São Francisco. Nesta área, também se instalou o centro comercial que serve aos moradores das duas Vilas.

A Vila São Francisco, por seu caráter transitório, segundo a CHESF, foi construída com um material de qualidade bem inferior ao da Vila Santana. São 1.579 casas, uma população de aproximadamente 5.000 pessoas, igreja, clube, centro comercial, restaurante, escola de 1º grau e estação rodoviária. A mesma possui idênticos serviços da Vila nobre, e suas despesas também são custeadas pela CHESF.

Quanto a terceira Vila "não oficial", esta surge com o conhecimento e com o consentimento das autoridades, pois se assim não o fosse, não seriam suas ruas totalmente planejadas.

das e sua área loteada. Assim, a Vila São Joaquim "nasceu da consciência de que um contingente de pessoas se estabeleceria junto às obras, oferecendo mão-de-obra não especializada e serviços diversos, a partir da demanda criada pela própria circulação do dinheiro, resultante dos salários de milhares de empregados".⁶¹

A Vila São Joaquim foi surgindo a partir de 1972, com pessoas de outros Estados ou dali mesmo, (ver Tabela 5). A CHESF foi cedendo os lotes para a construção das casas, estipulando prazos de 30 (trinta) dias para início dos alicerces, como forma de fixar os trabalhadores ali, bem próximo às obras, facilitando assim, a disponibilidade e o barateamento da força de trabalho. Neste mesmo sentido, diz Celito: "junto a estas duas vilas cercadas de arame farpado, com guaritas, onde os guardas se mantinham a postos, baixando as correntes

TABELA 5 - Origem da População da Vila São Joaquim

E S T A D O	P O P U L A Ç Ã O	%
Pernambuco	1.060	36,5
Bahia	875	29,5
Ceará	412	14,2
Piauí	254	8,8
Paraíba	181	6,3
Diversos	136	4,7

FONTE: CHESF, 1980. Amostras com 2.898 pais de famílias.

61- ELETROBRÁS - Plano de Desenvolvimento para a Região do Lago Sobradinho, 1979.

para os carros entrarem e saírem do acampamento CHESF, os peões, vindo de todos os estados do Nordeste, construíram seus barracos. Nascia assim a filha abortiva da CHESF, a Vila São Joaquim".⁶²

Vemos que a Vila São Joaquim com as suas características de transitoriedade nasceu à margem do planejamento governamental, sem no entanto, estar no desconhecimento deste. Por outro lado, da mesma forma que a Vila Santana, a Vila São Francisco e a própria barragem são tidas como facetas do progresso, a Vila São Joaquim também o é, só que representa, na realidade, o retrato dos explorados, dos que, com o chamado desenvolvimento e em seu nome, ficam à margem dos ganhos sociais e econômicos.

3.2 - A Crise Econômica e a Fixação da Vila São Joaquim

Notamos que a Vila deve seu início exclusivamente à construção da barragem. Desse modo, na medida que aumentava a demanda por mão-de-obra, a sua população crescia e, em 7 (sete) anos, esta triplicou, tendo seus índices mais elevados nos momentos de pique da construção, como demonstra a Tabela 6.

As análises evidenciam que nos últimos cinco anos, quando a oferta de emprego começa a decrescer em índices bastante elevados, a população quase que permanece estável, com exceção do ano de 1980, que muitas famílias, aproveitando os

62- *Kostering, Dulcilene e Celito, 1984 - Em Caminhar Juntos, boletim bimensal da Diocese de Juazeiro.*

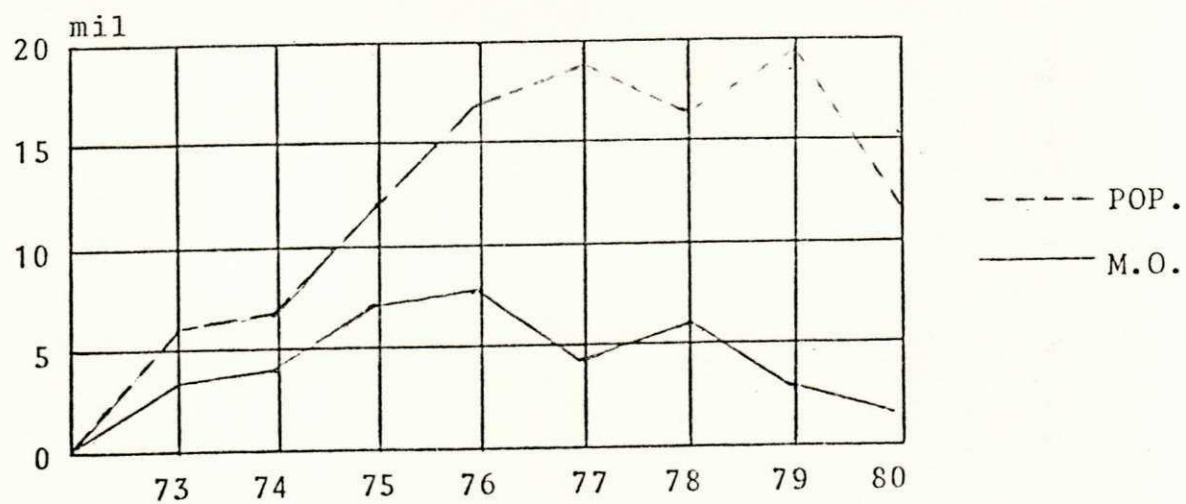
TABELA 6

População Total e Número de Empregados nas Obras - 1973 - 1980

ANO	POPULAÇÃO	EMPREGADOS	
		Nº	%
1973	5.827	3.272	56,2
1974	6.650	3.731	56,1
1975	12.101	6.911	57,1
1976	17.011	7.735	45,5
1977	17.898	4.418	24,7
1978	16.498	5.859	35,5
1979	18.512	2.739	14,8
1980	12.240	1.272	8,2

Fonte: CHESF

MÃO-DE-OBRA X PRODUÇÃO - 1973/1980



recursos ainda disponíveis, migraram da região. Fazemos uma observação para o ano de 1978, quando incrementou-se as obras de conclusão da barragem, para que ocorresse antes do final do governo Geisel, o que voltou a determinar um aumento na oferta de emprego e que vai refletir, em 1979, num aumento de população.

1981 foi o ano que, definitivamente, se encerrou todas as obras de construção da barragem e que, coincidindo com um dos períodos mais graves da crise econômica brasileira, trouxe para a população de trabalhadores algumas consequências graves:

- a primeira, foi com a CHESF que, em vista da crise, foi obrigada a adiar ou desacelerar diversos grandes projetos que seguiriam Sobradinho; e a segunda, como consequência da primeira, obriga a população, que se deslocaria com estes mesmos projetos, a permanecer em Sobradinho, sem nenhuma perspectiva promissora de vida.

Já em 1980, quando era grande o desemprego, a população de São Joaquim, segundo levantamento da própria CHESF, numa amostra com 2.613 "chefes de famílias",⁶³ procurou diversas alternativas para a sua sobrevivência em mais de um setor e que não se situava nas imediações do povoado, ver Tabela 7.

63- 2.163 "chefes de famílias" representa nesta região aproximadamente 13.065 pessoas.

TABELA 7 - Morada x Local de Trabalho

NO LOCAL DE RESIDÊNCIA	NÚMERO	%
Reside e trabalha em Sobradinho	-	-
- construção civil	432	16,5
- pesca	284	10,9
- agricultura	211	8,1
- trabalhador autônomo	137	5,2
- comércio	108	4,2
- aposentados	69	2,6
- segurados INPS	53	2,0
Residem em Sobradinho e Trabalham em outro local	-	-
- localidades próximas	143	5,5
- localidades distantes	634	24,5
- desempregados	542	20,7
TOTAL	2.613	100,0

FONTE: CHESF, 1980.

Vemos que a construção civil, em função das obras finalísticas da barragem, ainda absorvia um contingente considerável de trabalhadores. Observamos que, nesta época, 30,5% dos moradores já trabalhavam nas imediações ou fora de Sobradinho. Por outro lado, os índices acusados para a pesca e para a agropecuária são demasiados pequenos para uma área rural, onde estas são as suas principais atividades econômicas. A prestação dos serviços, em função do desaquecimento da economia local, que tinha por base as obras de construção civil, tornou-se débil e, nos dias atuais, com a barragem totalmen

te concluída, e não havendo nenhuma nova alternativa que ab sorva mão-de-obra, o desemprego torna-se alarmante.

Assim, a Vila São Joaquim, que nasce "marginal" aos planos oficiais do governo que viabilizou a acumulação do ca pital, fixa-se em função desses mesmos planos, isto é, do seu replanejamento.

3.3 - Aspectos Sócio-Econômicos da Vila São Joaquim

3.3.1 - Aspectos físicos e urbanísticos

Como vimos anteriormente, a Vila São Joaquim, com as suas características transitórias, foi "planejada" e lo teada para alojar os "peões" da construção civil. Sua situa ção fundiária urbana encontra-se até os dias de hoje por re solver, pois as declarações dadas pela CHESF, apenas garantem aos moradores o uso do solo. Assim, os terrenos são de utili dade pública e pertencentes ao patrimônio do Estado da Bahia. Nesta condição, a Vila está com 3.904 (três mil, novecentos e quatro) edificações (ver Tabela 8), a maioria de alvenaria, o que demonstra as condições de emprego no passado, sendo ape nas 12,1% de taipa e construídas recentemente pelos habitan tes recém-chegados da zona rural. Desta totalidade, 23,7% es tão em completa deterioração e desocupadas, demonstrando um certo êxodo dos seus moradores.

TABELA 8 - Quantidade e Distribuição das Edificações

EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE
- residências	3.592
- comerciais	289
- equipamentos comunitários	04
- templos	07
- outros	12
TOTAL	3.904

FONTE: CHESF, 1980

De um modo geral, a Vila encontra-se num estado de completa precariedade: ruas não pavimentadas, inexistem redes coletivas e coletoras de esgotos, o que vem possibilitando o aumento de algumas doenças e parasitoses. Não existe coleta de lixo, e cada recanto do povoado é um depósito (15 m³ diários) que as crianças e os animais cuidam em espalhar, permitindo um aspecto desagradável e anti-sanitário às vias públicas. O abastecimento d'água é feito por chafarizes, 41 (quarenta e um) no total, o que não atende a demanda da população, e junto a estas fontes, as condições de higiene deixam a desejar. A iluminação pública e arborização só atingem a parte central da Vila.

Quanto ao lazer, a população pratica o futebol, o banho no rio e passeio às ilhas e municípios vizinhos.

Esta situação em que se encontra a Vila não passa despercebida por sua população que reivindica melhorias aos poderes públicos, as quais são negadas e justificadas pela

falta de recursos, o que só reafirma a condição de abandono em que vivem as classes trabalhadoras num país planejado para servir ao capital e as classes que dele se beneficiam.

3.3.2 - Aspectos da Educação e da Saúde Pública

O índice de escolaridade da Vila denota-se bastante primário, o analfabetismo atinge a mais de 50% da população e a frequência de crianças e adultos nas escolas é pequena, devido às condições de pobreza em que se acham submetidas, ver Tabela 9.

TABELA 9 - Educação: Escola, Alunos, Salas e Professores

ESCOLA	ALUNOS	SALAS	PROFESSORES
Pré-primário	200	4	4
Nível I	2.627	16	64
Nível II	621	9	17
Educação Integrada	315	8	8
Mobral	300	5	10

FONTE: CAR, 1981.

Atualmente, existem três prédios escolares, funcionando com cursos que abrange do pré-primário ao segundo grau, incluindo educação integrada. Em idade escolar, existem 995 crianças que não frequentam a escola por falta de vagas.

Por outro lado, a curto e médio prazos, não há

perspectivas para resolução destes problemas, pelo menos que venha do poder público.

Na área de saúde, as carências apresentadas também são muitas, sendo que as condições de pobreza e educação da população contribuem muito para a incidência de diversas moléstias. A desnutrição é bastante, o que dá as pessoas, quase que "desdentadas", aspectos cadavéricos.

As condições climáticas da área são favoráveis a não incidência de doenças viróticas e bacteriológicas, e desse modo, as doenças têm sua origem quase sempre da nutrição. As moléstias mais comuns são verminoses; sarampo; varíola; desidratação, constante nas crianças; dores de cabeça, dores de coluna e fígado; e tuberculose. A hanseníase existem em alguns casos e sem nenhuma assistência.

Atualmente, a Vila conta com um posto médico com 2 médicos, 2 enfermeiras e 1 odontólogo, que atendem a 20 pessoas, diariamente.

Dadas a estas condições de desemprego e sub-emprego e inserida numa área de poucas possibilidades produtivas, o aspecto geral da população é doentio, aliás como o é na maior parte do país, e o que é pior, sem planos ou projetos dos governantes que preocupe esta situação.

3.3.3 - O Comércio e Prestação de Serviços

A Vila possui um pequeno comércio composto por oficinas, feira livre, casas de revenda de móveis, eletrodomésticos, tecidos, confecções e sapatos, além de armazéns, supermercados

mercados (um mercadinho) e um banco, o Banco do Estado da Bahia. Ressaltamos que o número de empregos gerados nesse setor é muito diminuto e quase sempre é ocupado por parentes dos seus proprietários, a exceção do banco e do terminal pequeiro, empresa do governo ligada ao comércio de peixes, que tem seus quadros funcionais indicados por "políticos".

Os órgãos de estrutura do governo como a CHESF, SEPLANTEC, CAR, EMATER-BA, CEPED, PROTAM, etc., têm absorvido um reduzido número de trabalhadores, mas no geral, estes órgãos requerem uma mão-de-obra especializada e que vem de fora.

O grosso da mão-de-obra feminina está envolvida com os serviços domésticos nas vilas, como lavagem de roupas, cozinha, copa e "babás". Como a produção na Vila se apresenta com poucas possibilidades, a área de compra de serviços gira em torno das demandas geradas pelos trabalhos e serviços dedenvolvidos pelos órgãos do governo e por demanda de seus funcionários.

3.3.4 - Aspectos Produtivos

A Vila São Joaquim está situada a jusante da barragem, na margem direita do Rio São Francisco. Talvez por ser concebida, por muito tempo, como um povoado de vida efêmera, a Vila não possui área rural. Sua pequena área agrícola, em 1981, estava, parte, como propriedade da CHESF, e parte, como propriedade privada. Quanto aos recursos naturais de solo e clima, estes têm as mesmas características descritas para a região, sendo que as áreas situadas às margens do rio são con

sideradas vazantes e são ocupadas por antigos moradores. Isto posto, fica dispensável afirmar que, neste setor, a Vila não apresenta as mínimas condições para a absorção da mão-de-obra, ora em disponibilidade.

Quanto à pesca, com a barragem, esta área do rio ficou não apropriada para a desova dos peixes, devido não mais possibilitar a piracema,⁶⁴ o que diminui o esforço de pesca. Nestas circunstâncias, os pescadores moradores da Vila têm se deslocado para pontos piscosos do lago, onde passam a produzir (pescar) e comercializar. E, em muitas das vezes, fixam-se numa nova moradia.

Toda esta situação de baixa produção na Vila é discutida por seus trabalhadores desempregados ou sub-empregados e que vêm buscando, em suas próprias organizações, saídas para sua sobrevivência.

3.4 - Aspectos Políticos e Surgimento das Organizações dos Trabalhadores

Com o intuito de reafirmar tudo o que escrevemos até então neste capítulo, e afirmar a ausência de um plano diretor municipal que objetivasse implantar as mínimas condições para que permitisse o crescimento sócio-econômico e urbanístico da Vila, tomo a seguinte citação, que também caracteriza descaso dos poderes públicos aos problemas da Vila: "Sem estrutura político-administrativa, capaz de atender às reais necessidades de seus habitantes, a Vila São Joaquim, carente de

64- Piracema - subida dos peixes em direção as nascentes do rio, em época de desova.

recursos, apresenta um conjunto de problemas urbanos, cujas soluções são de competência do poder público".⁶⁵

Toda essa situação fica evidenciada nos resultados de uma pesquisa realizada em 1980, onde as principais aspirações do povo podia ser resumida: a) obtenção de terras e condições necessárias para explorá-las; b) abastecimento d'água; c) coleta do lixo; d) moradia. Contudo, a esperança da população na solução destes problemas parece diminutas, pois 87%,⁶⁶ dos pesquisados demonstram o desejo de não mais permanecer na Vila.

Ante a perpetuação destes problemas, a população da Vila buscou, desde muito cedo, as soluções para os mesmos. Ainda nos tempos da Aliança Renovadora Nacional, ARENA, esse partido elegeu, na Vila, como Vereador, Geraldo Silva,⁶⁷ legítimo representante do povoado na "Câmara Municipal de Juazeiro". Em 1982, com a reforma eleitoral, instalou-se em Sobradinho o Partido Social Democrático, PDS, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB e o Partido dos Trabalhadores, PT. Nas eleições deste mesmo ano todos os participantes apre

65- Silva, Geraldo F. *Vila São Joaquim; uma questão de sobrevivência*, 1980.

66- Informações extraídas de Geraldo F. Silva, *op. cit.* 1980.

67- Geraldo Silva é vereador por Sobradinho, eleito pela segunda vez consecutiva, a primeira pela ARENA, a segunda pelo PDS, atualmente em contra-se filiado ao PFL. Pertence a corrente política do ex-Governador e atual Ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães, político que, durante o período de 64, foi Prefeito de Salvador, Governador do Estado por duas vezes e Presidente da ELETROBRÁS. Em 1984 e 1985, apoiou a candidatura indireta, via Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves, à Presidência da República. Silva é um ex-funcionário da CHESF, aposentado. Quando na ativa, criou suas bases na Vila a custo do clientelismo "Chesfiniano", pois fazia a distribuição de lotes urbanos da Vila aos seus futuros moradores, documentava-os e prestava-lhes outros serviços. Com este trabalho característico das "benevolências sociais", os Silva escondiam o lado autoritário do Estado, materializado pela CHESF em sua ação em Sobradinho.

sentaram candidatos natos de Sobradinho. O PDS teve como candidato a vereador e se elegeu Geraldo Silva, o PMDB teve como candidato a vereador José Campos.⁶⁸ Atualmente suplente de vereador na Comarca de Juazeiro. Quanto ao PT apresentou duas candidaturas, não elegendo nenhuma. Para Prefeito, Eliodório dos Santos e para Vereador, João Avelino Sobrinho, ambos vinculados ao movimento de formação da associação da Vila.

A atuação dos partidos, enquanto estruturas partidárias na São Joaquim, é muito débil e, desse modo, as presenças dos partidos no cotidiano do povoado não é notada.

Nos últimos meses foi instalada na Vila uma espécie de posto avançado da Prefeitura de Juazeiro, com o intuito de "administrar" os grandes problemas daqui, e "nestes tempos de 1986" foram iluminadas as ruas centrais da Vila, o lixo é esporadicamente recolhido, foi inaugurada uma creche pública e sempre aparece um emprego, tipo salário mínimo, para pais eternamente desempregados.

Toda essa movimentação não tem sido suficiente para resolver o problema da Vila, e assim, sua população, através da ação da paróquia local, tem se organizado em grupos, o que, nos últimos tempos, propiciou a instalação da Delegacia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a retomada dos trabalhadores da Colônia de Pescadores e a formação de várias Associações, a exemplo, da Associação da Chapadinha, da Associação Agrícola São Joaquim, Associação do Alagadiço, Associação dos Estudantes, etc., todos com a função de lutar por terras

68- José Campos é um pequeno comerciante, pequeno agricultor, que teve sua candidatura apoiada por Fernando Santana, hoje no PCB e por funcionários da CHESF.

e pela sobrevivência dos seus associados. A Associação dos Estudantes conseguiu com muita luta que se instalasse um curso do 2º Grau. As demais têm conseguido, além das terras, as condições para que os trabalhadores possam explorá-las.

Neste sentido, a Igreja reconhece essa caminhada organizada do povo trabalhador da Vila São Joaquim: "A CHESF fez argamassa de areia, cimento, água e sangue humano para construir uma barragem, que produz energia elétrica para as capitais, deixando seus escravos na miséria e na fome. Este povo escravizado da Vila São Joaquim, porém, organiza-se em "Associações" para buscar a terra prometida da liberdade e de vida melhor para os seus".⁶⁹

Ultimamente, por meio das Associações, os moradores da Vila vêm discutindo a necessidade da emancipação do povoado, como a solução dos seus problemas. A discussão entre os moradores encontra-se a nível da divulgação da idéia, e para tanto, vêm realizando nas quadras residenciais diversas reuniões que definem o significado e o conteúdo desta bandeira. Por outro lado, os políticos, sabedores desta aspiração popular, e à margem do processo organizativo, encaminham, junto aos órgãos do Legislativo e do Executivo, a parte burocrática, com o intuito de buscar para o movimento sua "paternidade".

Resultante de um processo de "planejamento autoritário discriminatório", a São Joaquim resistiu a ações "intempestivas" do capital, isto é, as classes trabalhadoras resis

69- Kesting, Ducilene e Celito. *Sobradinho e a luta pela libertação em Caminhar Juntos*, boletim nº 91, maio de 1984, Juazeiro-Bahia.

tiram, e, à sua maneira, estão buscando as alternativas que superem seus problemas.

No capítulo que segue, debateremos concretamente uma dessas alternativas: a Associação Agrícola São Joaquim.

CAPÍTULO IV

A ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM

A Vila São Joaquim tem, para os pequenos produtores rurais, a mesma representação que têm as grandes favelas das capitais e dos grandes centros urbanos brasileiros para as classes trabalhadoras, ou seja, é um local que abriga todos aqueles que, em função da expansão do modo de produção capitalista no Nordeste, foram expropriados, ou como diz Graziano; 1982, "lumpenizados". Na verdade, foram transformados em "desempregados, marginais, prostitutas e trombadinhas".⁷⁰

A Vila São Joaquim é, pois, um povoado formado por uma população de semi-proletários e lumpens, resultante dos efeitos da política de produção de energia, em cujo projeto se materializou a construção do complexo hidroelétrico de Sobradinho. Exatamente por abrigar uma população despossuída de recursos e poder, para a Vila, são convergidos os elementos que estão em contradição ao processo de expansão do capital na área, daí o surgimento das várias organizações.

Pretendemos com este capítulo analisar a formação e o desenvolvimento da Associação Agrícola São Joaquim, além de refletir sobre suas mudanças e transformações. Para um me

70- *Silva, José Graziano da. A Modernização Dolorosa, 1982, Rio de Janeiro, Zahar.*

lhor enfoque desta problemática, resolvemos dividir este capítulo em duas partes. A primeira trata de discutir o início do movimento, quando a entidade ainda se posicionava na defesa dos interesses dos trabalhadores, a qual chamamos de fase reivindicatória. A segunda se caracteriza por uma redefinição dos seus objetivos e funções que passam a ser repensados a nível de uma organização voltada para aspectos meramente produtivos.

4.1 - Fase Reivindicatória da Associação

Chamamos de fase reivindicatória da Associação o período em que esta entidade busca responsabilizar o Estado e o governo pelas consequências de suas intervenções na área, ao mesmo tempo que reivindica, destes, soluções para os seus problemas.

4.1.1 - As Estratégias da Associação Frente ao Governo

Dada às condições de vida e trabalho na Vila São Joaquim, a sua população, desde muito cedo, procurou várias alternativas para organizar-se. Já em 1981, sob a coordenação da Diocese Juazeirense, foi realizado um encontro de trabalhadores de toda a borda do lago, com o objetivo de discutir os diferentes problemas aí vivenciados. Deste encontro participaram diversas lideranças de povoados, a convite da paróquia de Sobradinho, cinco dos seus moradores, entre eles, o Sr. José Balbino de Souza, do qual falamos anteriormente.

A partir desse encontro, auxiliados pela própria Igreja em Sobradinho, seus moradores puseram-se ao diálogo, discutindo suas posturas e os encaminhamentos cabíveis. O movimento cresceu e, em julho de 1981, somando as novas adesões, encaminhou um abaixo assinado, com mais de três mil assinaturas, a doze autoridades do país, inclusive ao próprio Presidente da República.

O documento muito apropriadamente intitulou-se "O Grito do Povo da Vila São Joaquim, nº 1", que, segundo Balbino, na época liderança do movimento, "o documento viajou e nenhuma resposta veio, mas o grupo continuou a caminhar".⁷¹ O certo é que, após várias reuniões, formou-se a Associação que inicialmente chamar-se-ia Associação de Moradores, não fosse a impossibilidade de seu registro em cartório, devido a existência, na Vila, do Conselho de Moradores,⁷² formado por comerciantes. Desse modo, a entidade teve seu nome trocado para Associação Agrícola São Joaquim, isto em função dos seus associados, na maioria, terem origem no campo, e a sua reivindicação principal, naquele momento, recair sobre a necessidade da terra para o trabalho.

Paralelo à luta dos trabalhadores, o governo da Bahia, no início do 4º trimestre do ano de 1981, como vimos anteriormente, dava início à implantação do Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago de Sobradinho. Os téc

71- José Balbino em entrevista gravada ao autor.

72- O Conselho de Moradores formado basicamente por comerciantes e pelo que chamaríamos de "classe média-alta" da Vila tem a função de defender os interesses dos mais aquinhoados do povoado. Identifica-se com as diretrizes governamentais e está sempre em oposição ao movimento dos trabalhadores.

nicos deste projeto achavam-se em fase de treinamento, quando uma comissão de representantes da Vila os procurou. Nessa mesma data, estava presente em Sobradinho o Coordenador Estadual do referido programa,⁷³ que recebeu a comissão e desta ouviu suas reivindicações. Quando usou da palavra, fez ver à comissão que a área de atuação do projeto não contempla a Vila, mas que de qualquer forma, discutiria o assunto em Salvador, com as autoridades competentes.

No encerramento deste encontro foi salientado pelos trabalhadores, que o Governo da Bahia teria acusado o recebimento do abaixo assinado, em telegrama à Associação, mas que até aquele momento nenhuma providência concreta teria chegado aos reivindicados. Contudo, ao iniciar o ano de 1982, o movimento tomará novas dimensões, já se fazia ouvir em outros centros, e, várias vezes, suas comissões de representantes haviam ido ao governo obter respostas para suas reivindicações. Porém, ao se aproximar o final do primeiro trimestre de 1982,⁷⁴ o governo acena para a Associação com uma frente de trabalho. A entidade aceita, e apesar da situação que atravessava seus sócios, impõe uma condição: os recursos para pagamento dos frentistas seriam repassados aos trabalhadores pela própria entidade, ao invés, como era de costume, pelas Prefeituras, vereadores e "Cabos Eleitorais". Assim, a Associação fez valer sua representatividade, os seus interesses e dos seus sócios. Esta primeira conquista fez crescer o movimento e a entidade, que ainda assessorada pela Igreja, fez aprovar seus

73- Miguel Espinheim.

74- Chamo a atenção para o ano de 1982, por ser este um ano eleitoral.

estatuso e eleger sua primeira diretoria, organizando sua base a partir dos núcleos de quadra.⁷⁵

Lembrando que 1982 foi um ano de eleições e que, por isso mesmo, a Secretaria do Planejamento, que tinha no seu secretário um candidato à Câmara Federal, apresentava uma certa disposição em atender as reivindicações dos associados, começa a modificar sua postura frente à entidade, que de certa forma é também correspondida por esta, o que pode ser observado, comparando os documentos "Grito do Povo da Vila São Joaquim, nº II (em anexo 1). Abre-se, daí, um novo relacionamento entre a Associação e o Estado, diferenciado daquele do início de sua criação. Desse modo, para que novas reivindicações viessem a ser atendidas, o Governo passou a exigir da entidade sua formalização e legalização, que acontece a 7 de abril de 1982, no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Juazeiro-Bahia.

Esta mudança de atitude da Associação é entendida pela Igreja como um recuo desnecessário dado ao movimento, visto que a postura de alguns agentes do governo, naquele momento, tinha, além de interesses exclusivamente pessoais, a intenção de retardar a mobilização dos trabalhadores, dada a importância das eleições. A partir daí, surgem, no interior da entidade, divergências que culminam com o afastamento completo da Diocese, bem como, de outros associados que chegam a fundar novas associações.⁷⁶

Daí por diante, a entidade passou a se aproximar ca

75- Núcleo de quadra são organismos informais que os trabalhadores contam para viabilizar discussões no local de moradia.

76- Associação da Chapadinha, Lagoa Seca, Alagadiço, ACOPLACE, etc.

da vez mais das estruturas e dos órgãos do governo, o que, de certa forma, facilitou o atendimento de algumas de suas reivindicações, tais como: abertura de nova frente de trabalho para 1.200 (hum mil e duzentos) trabalhadores, cercamento e desmatamento de uma área de 3.600 ha, também conseguida a partir desta aproximação. Paralelo a essas ações menores, a SUDENE, a pedido do Governo da Bahia, realizava estudos nos 3.600 ha, com o objetivo de detectar manchas de solos propícios a irrigação.

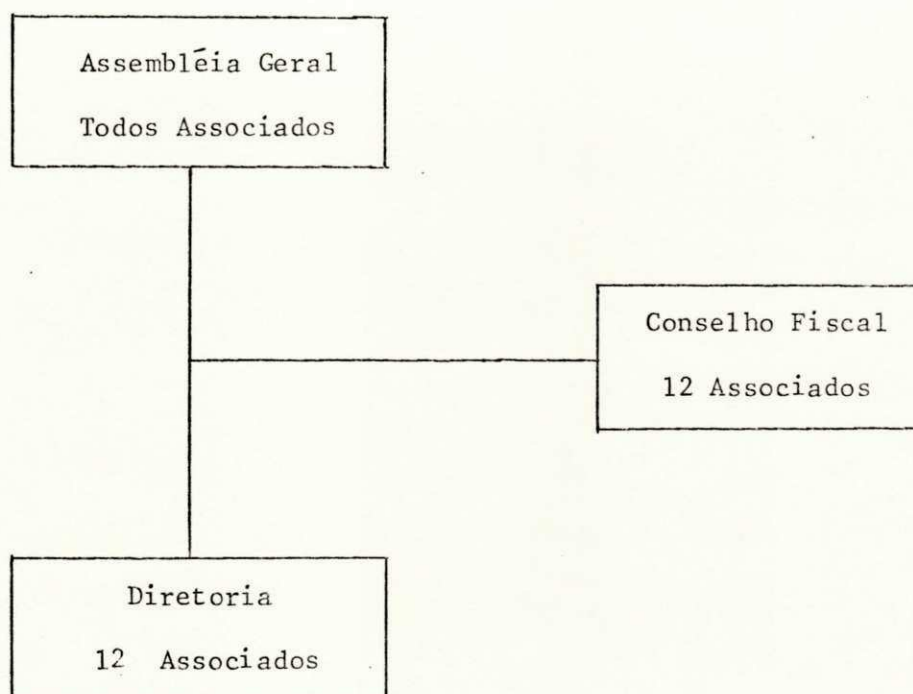
O alinhamento da Associação aos objetivos da ação do Governo na área será por nós aprofundado quando analisarmos a fase produtiva, no entanto, este processo inicial de aproximação da Associação ao Governo demonstra o completo envolvimento dos trabalhadores as suas questões imediatas, o que, de certa forma, denota a despolíticação desse movimento.

4.1.2 - Organização e desempenho da Associação

A concepção de um modelo de organização administrativa como quer os estatutos da Associação, em anexo, talvez pareça ser um exagero. Observando alguns dos seus artigos, notamos claramente que o principal propósito da entidade é reunir a população da Vila São Joaquim em torno dos seus problemas, buscando soluções para os mesmos. Apesar do movimento ter tido a sensibilidade de traduzir essa aspiração, numa reivindicação básica de acesso a terra, não fez acompanhar, desta, uma posição mais definida para o seu modelo de exploração. Simplesmente colocava a necessidade do assentamento de todos os pequenos produtores às margens do Riacho Tatauí, o

que não passa de um sonho destes em voltar as suas condições de ribeirinhos. Talvez por isso, a entidade, neste momento apenas refletindo essa realidade, tinha um modelos simples, como demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 1 - Organograma Original da Associação Agrícola São Joaquim



A divisão das instâncias nunca foi, na realidade, exercida, e assim, as discussões e decisões sempre aconteceram em grandes reuniões e/ou assembléias. A Diretoria Executiva só se fazia representar em encontros com autoridades, e o Conselho Fiscal, em função das atividades executadas nesse momento pela entidade, jamais funcionou como tal.

Esta realidade administrativa, ao contrário de representar uma irresponsabilidade dos seus dirigentes, representava o nível de mobilização e participação dos trabalhadores no próprio movimento e em sua entidade.

Quanto ao desempenho da entidade, esta fez diversas conquistas, sendo a principal, o repasse de 3.600 ha de terras transferidas à Associação por ação do Estado. A possibilidade do acesso dos trabalhadores a terra foi fundamental para que a entidade continuasse com movimento reivindicatório na Vila, haja visto, que muitos dos que nela viviam, por absoluta falta de condições de sobrevivência, já haviam desistido de continuar. Assim, de posse das terras, a Associação fez chegar a cada sócio 5 ha de terra na área do sequeiro e que, com muitas dificuldades, foram cultivados com algumas culturas de subsistência, como feijão, milho, mandioca, etc.

Concomitantemente a estas atividades foram realizadas outras, como o desmate, a destoca e o cercamento de toda área. Também foi instalada uma pequena caprinocultura, a qual ainda se encontra em fase de implementação.

Podemos afirmar que toda a produção deste período destinava-se a auto-alimentação, e a parte comercializável era bastante diminuta, o que não chega a ser representativa.

Os arquivos da entidade registram, para o seu quadro social, 650 sócios, entretanto, numa pesquisa recente, a CAR registrou que, destes, apenas 454 estão em atividade.

A partir dos resultados da pesquisa, tomamos os seguintes dados, que denotam as características do seu quadro social: 30% dos sócios são do sexo feminino; 90%, pais de famílias, com 5 dependentes cada e a faixa etária dos sócios estão variando entre 2 a 50 anos.

Quanto ao grau de instrução, a maioria é analfabeta e apenas 1% tem o 1º grau completo. Com relação aos depen

dentes, a grande maioria frequenta a escola, ver tabela 10.

TABELA 10 - Número de Associados e Grau de Instrução

GRAU DE INSTRUÇÃO	Nº DE ASSOCIADOS	%
Analfabeto	30	11
Assina o nome	199	44
Lê e escreve	139	31
1º grau incompleto	59	13
1º grau completo	6	1
2º grau incompleto	-	-
2º grau completo	1	-

FONTE: SEPLANTEC/CAR, 1985 - Projeto Tatauí - I.

Com referência à saúde dos associados, o quadro é o seguinte: a desnutrição é bastante aparente, refletindo o nível de renda destas pessoas; as doenças mais comuns são: verminose, sarampo, varíola, cólera e doenças hepáticas, no que se assemelha em demasia com as condições da Vila.

Quanto a ocupação dos sócios, muitos têm buscado trabalho em outros setores produtivos da região, como demonstra a tabela 11, em função da própria Associação ainda não estar desenvolvendo atividades na área de produção.

A importância desta fase reserva-se às práticas democráticas desenvolvidas neste período. Assim, a expressão popular "a união faz a força", quando dita por um trabalhador, é entendida por nós, como um seu aprendizado participativo. Nesta fase, também se aprendeu que as discussões e as deci

sões tomadas em grupo servem para dividir responsabilidades e formar laços de solidariedade.

TABELA 11 - Atividades Desenvolvidas pelos sócios

OCUPAÇÃO	NÚMERO	%
Agricultura	243	53
Doméstica	49	11
Carpinteiro	12	3
Pedreiro	11	2
Comerciante	9	2
Serviços Gerais	9	2
Servente	2	-
Costureira	3	1
Vigilante	8	2
Outras	91	20
Desempregado	17	4
TOTAL	454	100

FONTE: SEPLANTEC/CAR - Projeto Tatauí - I.

Por outro lado, a visão não crítica das suas lutas levaram os trabalhadores a se envolver, como dissemos, em suas questões imediatas. Foi esta realidade o recipiente para que os mesmos também se envolvessem com proposta aparentemente democráticas, como o caso do planejamento participativo proposto pelo Estado. Contudo, parece possível perguntar como obter a consciência crítica da realidade, sem se envolver com os elementos dessa mesma realidade, como crescer na prática participativa, sem a prática do dia-a-dia? Desse modo, os

trabalhadores e suas entidades continuarão a experimentar diferentes idéias e propósitos, para, nesse processo, poderem refletir e decidir por seus reais interesses. Neste sentido, esta fase foi o início desse processo.

4.2 - Fase Produtiva da Associação (I); O Projeto Tatauí - I

A fase produtiva da Associação é marcada por uma profunda transformação verificada nos seus propósitos, em função desta passar a proprietária formal do seu principal meio de produção, a terra. Este processo se eleva e alcança seu ápice com o Projeto Tatauí-I.

Durante todo o curso deste trabalho, temos destacado as fortes características reivindicatórias do movimento que deu origem à Associação. Por outro lado, mostramos também que a falta de um melhor discernimento político de direção e do próprio movimento fez com que estes se fizessem em torno de questões imediatas, o que permitiu seu envolvimento com propostas demagógicas, como foi o caso do seu presidente em 1982, anteriormente exposto. Atualmente, com o Projeto Tatauí-I, o Estado busca novamente a Associação, mas não para realizações que circunscrevam ao nível da política partidária, e sim, num contexto muito mais amplo, o de poder viabilizar, através dessa organização de pequenos produtores rurais, os interesses da expansão do capital na área, materializado na irrigação dos 300 ha do Tatauí-I.

4.2.1 - Caracterização Geral da Área do Tatauí-I

Toda a área da Associação é conhecida como Tatauí, conforme sub-divisão interna, as áreas estão assim definidas: Tatauí's I, IV, V, são para exploração coletivizadas agropecuária e irrigação, e Tatauí's II e III para exploração individuais com a agricultura de sequeiro, ver Tabela 12.

TABELA 12 - Divisão das Glebas do Tatauí

GLEBA	ÁREA (ha)	ÁREA DESMATADA	DESTINAÇÃO
Tatauí-I	502	300	Irrigação
Tatauí-II	822	822	Sequeiro
Tatauí-III	1.251	-	Sequeiro
Tatauí-IV	872	-	Caprinocultura
Tatauí-V	150	150	Forragens
Sede Social	7	-	-
TOTAL	3.604	1.272	-

FONTE: SEPLANTEC/CAR, 1985.

O Tatauí localiza-se na margem direita do Rio São Francisco, no Estado da Bahia, município de Juazeiro, distrito do Junco, a 54 Km da sede municipal do sentido Juazeiro-Sento-Sê. Sua área é plana, porém, os solos são raso, pouco férteis e com tendência a salinização. Quanto ao clima é classificado como semi-árido quente, tratando-se de uma das regiões mais secas do Nordeste, chove 400 mm/aa com alta evaporação e com períodos de estiagem prolongados. Os aspectos vegetativos são de caatinga hiperxerófila, formação xerófila

lenhosa e espinhosa, predomina os faveiros, umburanas, umbuzeiros e cactáceos. O estrato herbáceo é muito ralo e de ciclo vegetativo curto.

A Associação Agrícola frente a sua recente condição de uma entidade possuidora de terras, passa a ter, como propósito, transformá-las em produtivas, condição que garante sua própria reprodução. É neste momento que se estabelece, não só os limites entre as fases reivindicatórias e produtivas, como também, tem início na entidade uma nova concepção para seus objetivos, ou seja, não basta que as diferentes áreas do Tatauí produzam e garantam a subsistência simples e pura do seu corpo social, é necessário, inclusive, para justificar a sua condição atual, que a entidade passe a produzir com fins comerciais e que esteja aberta às necessidades do mercado.

A partir daí, o Estado passa a ser, para a entidade, não mais "o inimigo" de tempos passados, mas um seu aliado, em função da realização dos seus propósitos. Com esta perspectiva, a Associação busca o governo e, de forma "conjunta", elaboram o Projeto de Irrigação do Tatauí-I e o Projeto Técnico-Econômico para o Perímetro Irrigado do Tatauí-I, propostas que objetivam nestas áreas uma agricultura instalada em bases modernas.

O perímetro irrigado localiza-se a Oeste da estrada que liga a Vila São Joaquim a Rodovia (BR 210) Juazeiro-Sento Sé. É de relevo praticamente plano e de acesso fácil. A drenagem é facilitada por declives a Leste e Oeste.

Quanto ao aspecto da baixa fertilidade dos solos, está sendo superado com a aplicação e incorporação de 1.500 Kg de calcário dolomítico e 300 Kg de superfosfato simples

por hectare. A salinização dos solos está sendo evitada através da construção de drenos de 50 m e 50 metros e com a profundidade média de 1 metro. O clima e a pluviometria são os mesmos da região e a temperatura média oscila em torno de 18°C.

4.2.2 - Objetivos e Organização da Produção do Tatauí-I

A partir do instante que a Associação precisa cultivar os 300 ha voltados para a irrigação, segundo uma concepção de mercado, a entidade com o Estado passou a construir um novo relacionamento necessário aos seus interesses. Neste contexto "elaboram" e executam os Projetos Tatauí's.

Entre a concepção reivindicatória das lutas iniciais da Associação e sua concepção atual de produção, fica uma enorme distância. O fato da Associação buscar a irrigação do Tatauí-I, levou sua direção a se aproximar, em demasia, das estruturas técnico-burocráticas do governo, a ponto de sua diretoria não questionar os avanços do Estado em questões internas da entidade, como é o caso de propor mudanças nos seus estatutos, como veremos adiante.

Este processo marcou profundamente a vida da Associação, provocando algumas divergências internas. Num recente entrevista de uma de suas lideranças ao autor, esta chegou a afirmar que a Associação deixou de existir e que, em seu lugar, surgiu uma pequena empresa, falsamente dirigida por trabalhadores. A ação do Estado, passando a atuar em conjunto com a Associação, não é um fato do acaso, lembra o autor,

quando nos referíamos no item "Uma nova proposta de intervenção do Estado em Sobradinho", capítulo II, demonstramos a estratégia do Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago, que propunha trabalhar com grupos de pequenos produtores organizados, e, neste sentido, a implantação do Projeto Tatauí-I é sua primeira experiência. Guardando estreita relação com a proposta intervencionista do Estado na área, o Projeto Tatauí-I objetiva:

- "produzir alimentos e excedentes comercializáveis;
- capacitar os produtores para aplicar tecnologias que permitam produzir produtos agrícolas de qualidade ao alcance do consumo popular, preservando os recursos naturais e do CAPITAL⁷⁷ e para que esta proposta se tornasse eficiente, segundo as necessidades do seu próprio modelo de exploração, exige-se:
- "que as estruturas técnicas de produção, de administração, de contabilidade e de comercialização se organizem, de forma mais eficiente, para procurar produzir num ótimo padrão econômico em coerência com os objetivos da Associação";⁷⁸
- ...na medida que os produtores melhorem seus conhecimentos sobre as culturas irrigadas, venham incorporar, no futuro, culturas com maior grau de dificuldade TECNOLÓGICA;
- que os bens de capital sejam mantidos e renovados;
- que a comercialização esteja assegurada".⁷⁹

77- *Projeto Técnico-Econômico para o Perímetro do Tatauí-I, 1985, SEPLANTEC.*

78- *Em lugar de objetivo da Associação, leia-se objetivo da acumulação.*

79- *Bahia, SEPLANTEC, CAR, 1985, op. cit.*

Vemos, pois, que a concepção do Tatauí-I arranca a Associação da sua proposta original, e na medida em que este processo ocorre, é cada vez mais presente no processo de produção da entidade a penetração do capital, através do uso de tecnologias, insumos e implementos.

A decisão do Estado em investir na irrigação com grupos de pequenos produtores organizados define para si uma nova postura diferenciada daquela anteriormente descrita por nós, nos capítulos I e II, quando falávamos da agricultura de subsistência no Nordeste e das próprias alternativas produtivas lançadas para época da relocação. Desse modo, o Estado admite investir num grupo de pequenos produtores, não mais com o sentido paternal ou apenas "social", mas estritamente econômico. Assim, os investimentos realizados no perímetro irrigado, ver Tabela 13, determinam que os custos operacionais do mesmo levam a Associação a trabalhar numa perspectiva de racionalidade econômica. Nesta mesma direção, raciocina Nobre⁸⁰: "é impossível produzir culturas de subsistência num perímetro irrigado, quando os custos do sequeiro são bem menores, acredito mesmo, que seja possível adquirir estes produtos no mercado". Esta observação não passa despercebida no próprio projeto, pois no plano de exploração proposto para os 10 próximos anos, as culturas voltadas à comercialização são cada vez mais contempladas, em detrimento das culturas de auto-alimentação.

80- Gismário Nobre - Engenheiro Agrônomo responsável pela parte técnica e produtiva do perímetro.

TABELA 13 - Custo do Perímetro Irrigado

Etapa de Licitação	611.391.510
Canais e Obras Complementares	558.838.820
Acréscimo de Projeto Original	86.039.229
Canais Terciários	353.084.120
Sistematização do Solo	847.864.120
Sub-Total	2.097.647.798
Eventuais (10%)	209.764.779
Sub-Total	2.307.412.577
Administração (5%)	115.370.620
Total	2.422.783.197
Total ORTN (valor fev/85)	88.067.058

FONTE: CAR, fevereiro, 1985.

Para que a implantação do Projeto Tatauí-I ocorresse sem prejuízo, o que justificaria os investimentos realizados junto a uma categoria de trabalhadores que sempre estiveram à margem da política agrícola e agrária do País, o Estado fez acompanhar do Projeto Técnico-Econômico para o perímetro Tatauí-I, quatro propostas para a organização da produção, e que a Associação deveria referendar uma delas. A escolhida se caracteriza pela exploração comunitária com divisão de trabalhos em grupos.

Os critérios que fizeram a entidade optar por esta proposta, segundo sua direção, e que, posteriormente, foi confirmado por nós, em documentos, foram os seguintes:

- "a existência de um sistema de administração e de auto gestão relativamente simples a ser implantado;
- contabilidade unificada;
- maior possibilidade de realizar um manejo de solos e águas adequada;
- decisões coletivas "do que produzir", fortalecendo a Associação no seu conjunto;
- possibilidades de produzir alimentos básicos para a Associação;
- os grupos não têm um espaço definitivo, pelo contrário, cada ano é definido de acordo com o plano de cultura, o que facilita a rotação e manejo;
- melhor possibilidade de capacitação e assistência técnica;
- economia de escala no emprego de maquinarias, implementos e serviço em geral".⁸¹

Por outro lado, devido a produção está voltada para uma economia de escala, a esta modalidade de organização produtiva, acopla-se alguns critérios para a seleção da mão-de-obra.

- "ser associado e morador permanente no setor;
- ser chefe de família;
- estar fisicamente apto para o trabalho agrícola;
- concordar com as diretrizes da exploração comunitária;
- não ter outra fonte permanente de renda".

81- Bahia, SEPLANTEC, CAR, 1985, op. cit.

Observando os critérios de seleção e dados as condições sociais, tanto da Vila como da própria Associação, estes são ligeiramente discriminatórios. Assim, a racionalidade e econômica do modelo escolhido objetiva exclusivamente o aumento da produção e da produtividade no perímetro, sem considerar a sua função social.

Ainda promovendo efeitos na direção contrária aos interesses dos sócios, o perímetro irrigado só apresenta condições técnicas e produtivas para a exploração agrícola, alocando no máximo 100 (cem) sócios. Considerando que a Associação contempla um corpo de 650 associados, somente $1/6$ destes seriam alocados por ano, e se um perfeito rodízio fosse posto em prática, um mesmo grupo só seria repetido a cada 6 (seis) anos e meio. Como na prática este processo é muito difícil de acontecer, além da própria seleção, vemos que alguns sócios seriam escolhidos mais vezes, em detrimento de outros, o que poderá, num futuro bem próximo, formar no próprio interesse da Associação uma camada de pequenos produtores mais capitalizada, como veremos adiante na discussão do item: "Produção e Comercialização".

A organização da produção no perímetro irrigado, segundo a concepção do modelo de exploração comunitária com divisão de trabalho em grupos, transformou toda a organização produtiva, anteriormente executada nas áreas dos Tatauí's. Assim, para o cultivo no perímetro, o modelo prevê a alocação de 100 (cem) sócios, selecionados entre os 650. Estes serão "responsáveis pela exploração agrícola do Tatauí-I, e com a Associação, por ser esta área coletiva, firmam um contrato de trabalho, percebendo o equivalente a 1 (um) salário

rio mínimo mensal, tendo direito, no final da produção, a 50% (cinquenta por cento) dos lucros líquidos obtidos com a comercialização dos produtos. Em 1985, obtiveram o equivalente a 3 salários mínimos mensais, o que representa uma média considerável, com relação aos diaristas da região que ganham o equivalente a 1 (hum) salário mínimo mensal.

Quanto a mão-de-obra empregada no perímetro, busca-se sua origem nos sócios que trabalham no sequeiro ou nos trabalhadores da Vila, cuja diária está em torno de 1 (um) salário mínimo mensal, sem o recolhimento dos direitos trabalhistas. Assim, a Associação estabelece relações de trabalho de semi-assalariamento com os diaristas, na medida em que os emprega e sonega parte dos seus direitos. Com relação ao irrigante, celebra-se um contrato de risco, no qual o irrigante tem participação em 50% da produção líquida, uma espécie de "meação".

Com relação as outras áreas do Tatauí, estas passam a funcionar como apêndices do perímetro, senão vejamos: o cultivo nas áreas de sequeiro só se realiza segundo normas da entidade, por seus próprios ocupantes ou por seus dependentes, não podendo ser alugada, arrendada ou sofrer qualquer tipo de parceria e, por outro lado, também não devem permanecer improdutivas. Com isto, visa a Associação ter sempre disponível uma reserva de mão-de-obra necessária ao perímetro. Preferivelmente, a Associação utiliza, como diarista no perímetro, um sócio da entidade. Isto lhe traz, aparentemente, duas vantagens. A primeira, na medida que um sócio passa a diarista na irrigação, este adquire conhecimentos que o capacita para ser um futuro irrigante. A segunda, em não pagando os direitos trabalhistas destes, baixa os custos da sua produção,

o que lhe permite colocar, no mercado, produtos abaixo do preço corrente.

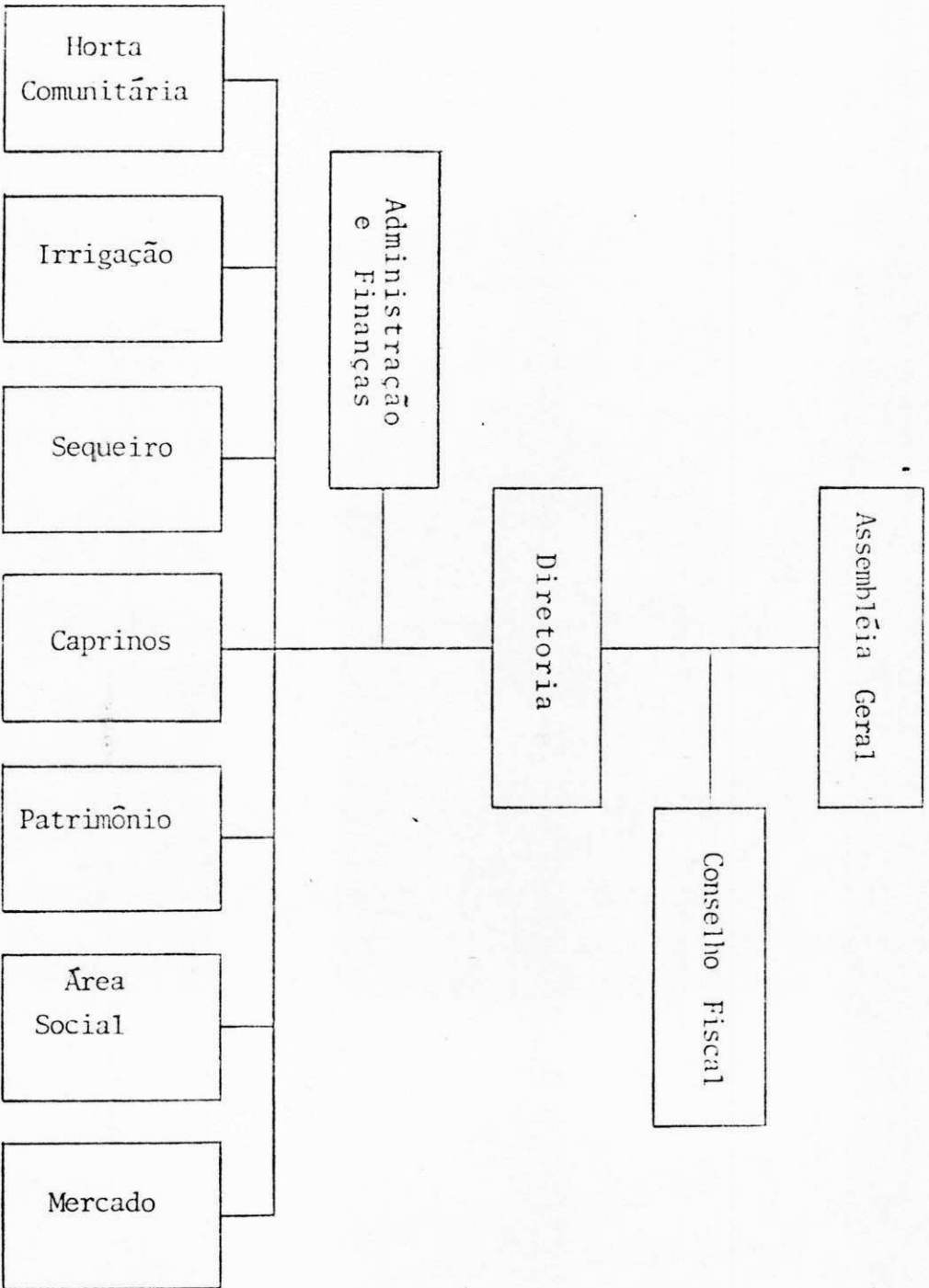
Quanto ao aspecto produtivo, as áreas do sequeiro têm produzido algumas culturas, como feijão, milho, mandioca, batata-doce, etc., que servem de subsistência aos trabalhadores e seus familiares. Esta produção no sequeiro também traz, ao perímetro, a possibilidade de liberar maior parte das suas áreas para o cultivo com culturas tidas como comerciais, a exemplo, do tomate, melão, cebola, etc.

Adaptando este modelo a sua realidade, a Associação tende a estruturar-se numa organização voltada eminentemente para uma produção comercial, e nestas condições, vê-se obrigada a estabelecer, com sua base social, que são os trabalhadores rurais, novos tipos de relacionamento.

4.2.3 - Organização Política e Administrativa da Associação

A partir do momento que a Associação passa à proprietária de terras, e com isto, à condição de produtora agrícola, algumas mudanças são processadas na sua organização política e administrativa (ver quadro 2), como a criação dos setores de administração e finanças e sub-divisões de responsabilidades para os setores produtivos, como sequeiro, horta comunitária, caprinocultura, etc., e setores de saúde e educação. Contudo, essas alterações não representam transformações substanciais no modelo vigente. Porém, quando se trata da implantação do Tatauí-I, ocorreram profundas mudanças (ver quadro 3) nas estruturas, tanto políticas como administrativas da entidade, inclusive com alterações nos seus estatutos (am anexo versões 1 e 2).

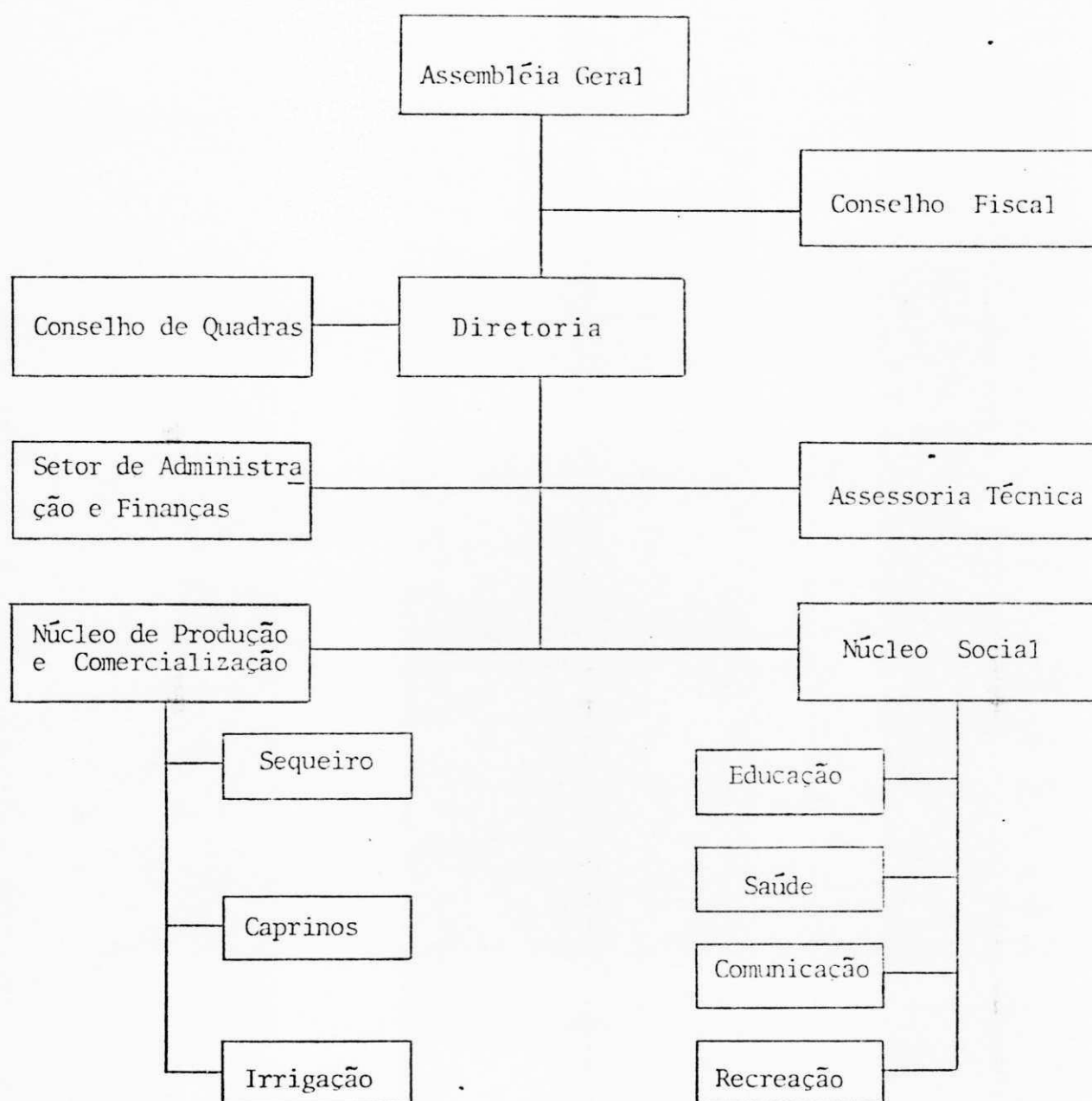
QUADRO 2
Organograma Anterior da Associação Agrícola São Joaquim



Com bases no Projeto Técnico Econômico Tatauí - I

QUADRO 3

Organograma Atual da Associação Agrícola São Joaquim



Extraído do Projeto Tatauí - I.

A Associação que surgiu de movimento amplo da população da Vila São Joaquim tende, na atualidade, a se fechar em si mesma. Este isolamento entre a Vila e a entidade também se nota no seu principal instrumento de ligação: o Conselho de Quadra. Se este, no passado, tinha a função de democratizar discussões, a partir do local de residência dos moradores, hoje é um instrumento que se reúne esporadicamente, e para discutir questões internas à própria entidade. A desmobilização do Conselho de Quadra é por nós entendida como sendo uma preocupação da entidade que se transformou e criou uma nova identidade, em não mais se envolver com a problemática que a gerou, pois sua inserção na sociedade agora dá-se por um novo ângulo.

Quanto às estruturas internas da entidade, todas funcionam como tal. O Conselho Fiscal exerce suas funções de fiscalizador das ações da Diretoria, e esta, de forma democrática, vai assumindo seu papel de gerência. Cria-se uma espécie de casta "burocrática e dirigente" que se coloca isoladamente na sua base, o que propicia progressivamente o crescimento do corpo de funcionários e a diminuição participativa dos sócios nas discussões e decisões da entidade.

Desse modo, a Associação vem se transformando num espaço elitista e de certo poder político no povoado, na medida que se impõe, enquanto uma estrutura organizada e bem relacionada com outros setores e segmentos sociais.

4.2.4 - A Produção e Comercialização no Tatauí-I

Durante o ano de 1984 foi implantado, na área do Tatauí-I, um pequeno projeto irrigado para exploração de culturas de subsistência, como milho, feijão, melancia, abóbora, etc.. Foram plantados apenas 22 ha, que, por falta de assistência técnica, pouco resultado apresentou.

Concomitantemente ao trabalho realizado com a horta-comunitária, projeto acima referido, a Associação buscava, junto ao Estado, condições para a exploração dos 300 ha a serem irrigados. Resultado de todo este esforço, em fevereiro de 1985, estava elaborado e aprovado o Projeto Técnico-Econômico para o perímetro irrigado de Tatauí-I.

Sem perda de tempo, aproveitando apenas os 60 ha liberados pela empresa responsável pela construção civil, em atraso, por sinal, a Associação implantou sua primeira experiência irrigada. Os 60 ha foram sub-divididos com as culturas de tomate, 15 ha; melão e melancia, 5 ha; feijão, 15 ha e milho, 25 ha.

Os saldos obtidos com a colheita das diferentes culturas ficaram acima da média da região, o que proporcionou aos irrigantes, como vimos, uma arrecadação equivalente a 3 salários mínimos. Também foram criados 150 empregos permanentes durante todo o processo.

Quanto à comercialização da produção, esta foi bastante difícil pois, em função da Associação não está preparada para este setor, teve-se que se submeter às exigências da rede de intermediação. Desse modo, o tomate foi entregue a ÇICA-NORTE, que celebrou um contrato antecipado com a Aso

ciação de receber toda a produção conforme preço pré-estabelecido. Na época da entrega do tomate, a CICA recebeu, só que o preço de mercado estava 50% acima daquele estabelecido no contrato. Quanto às metas, os compradores regionais são especialistas em fruto-exportação, assim, comprariam, mediante seleção dos frutos. Essa prática prejudicaria a comercialização do restante, considerada refugo e sem mercado próprio. Preferiu-se entregar toda a produção, em Salvador, a um atacadista, a Cr\$ 1.500 o Kg, e que foi revendido no varejo a Cr\$ 7.500 o Kg. O feijão e milho foram vendidos a modo de intermediação da própria área a preço de mercado.

A partir desse processo estabelecido pelas leis do mercado, resta perguntar: quem realmente ganha com a produção da Associação ?

O leitor deve está lembrado como se estabelece as relações de trabalho no interior da Associação e o tipo de relação que esta estabelece com os diaristas. Vimos que a Associação, ao se integrar ao processo de circulação de mercados, esta se subordina as suas leis, e desse modo, o capital comercial, expresso no intermediário, extrai todo excedente que, aparentemente, ficaria com a entidade. Assim foi com o tomate, com o melão e a melancia, e até com o feijão e o milho. Desta forma, a sonegação dos direitos dos diaristas e o não assalariamento do grande contingente de mão-de-obra que trabalha no perímetro são, na realidade, maneiras que o capital encontra para extrair a mais-valia dos trabalhadores.

O Governo ao intervir na Associação Agrícola São Joaquim, implantou um modelo produtivo para exploração organizada e coletiva da agricultura, através do trabalho de pequenos

produtores. A eficiência desse modelo é atestada pelo governador da Bahia, João Durval Carneiro, e pelo Presidente da República, José Sarney, quando em visita à área, disseram: "é um modelo a ser estendido a novas regiões" (discurso em anexo). Por outro lado, não entendeu o Tatauí-I, como sendo uma atividade isolada do Estado, porque assim procedendo, perderíamos a visão histórica desse processo. Portanto, com o Tatauí, o governo intervém na organização política, social e econômica da entidade, visando a realização de objetivos que, bem antes, foram definidos no Programa de Ocupação Econômica do Oeste da Bahia, instituído pelo Decreto nº 23.271 de 03.04.80, que prever o desenvolvimento e a modernização de toda esta área. No caso da Bahia, o próprio governo reconhece que, na década de 70, o setor industrial cresceu e modernizou-se e que, agora, o setor agropecuário precisa também desenvolver-se em bases modernas, integrando-se ao complexo agro-industrial, "bem ao gosto" das regiões mais desenvolvidas.

Singularmente, o Oeste da Bahia se caracteriza por forças produtivas atrasadas e com bases numa agricultura, como foi visto, de sequeiro e vazante, ambos dependentes exclusivamente das condições impostas pela natureza. Neste momento, resta, ao Estado, criar as condições necessárias para o seu desenvolvimento, e como diz Ianni: "o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo não depende apenas da ação empresarial, mas também da ação governamental, que cria as condições não econômicas indispensáveis à sua organização e reprodução",⁸² é exatamente com esta compreensão que o gover

82- Citado por, SZMECSAUJI, Tomás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil (1950-1975)* - Hucitec-Unicamp - Coleção Econômica e Planejamento.

no elaborou, entre outros projetos, o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago Sobradinho, ao qual se acha parcialmente vinculado o Tatauí-I.

Portanto, é com o Projeto Tatauí-I, que o Estado busca modernizar os processos produtivos desenvolvidos na Associação Agrícola São Joaquim, objetivando integrar sua produção a uma economia de escala e, conseqüentemente, nos interesses do complexo agro-industrial instalado no país.

Observamos que, a partir da capitalização progressiva dos seus diversos setores, a Associação passou a desenvolver, cada vez mais, os laços de sua dependência com o governo, o que empurra a aceitar a assistência técnica e financeira do Estado, tendo, como conseqüências, várias mudanças em sua estrutura econômica e social.

CAPÍTULO V

A ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM E A MUDANÇA SÓCIO- ECONÔMICA E POLÍTICA DA REGIÃO

Pretendemos com o capítulo V, mostrar como a Associação Agrícola São Joaquim consegue influenciar nas mudanças ocorridas em toda a região do lago, salientando, sempre que possível, que este seu papel de agente modernizador se expressa tanto na fase produtiva como na fase reivindicatória. Com relação ao item 4.4, analisa como o relacionamento entre a Associação e o Estado modifica terminantemente todos os conceitos e objetivos originais da entidade.

5.1 - O Papel da Associação na Estruturação da Vila

Iniciando, faremos um breve retrospecto sobre a Vila para reavivar a memória do leitor e facilitar o desenvolvimento articulado do texto. O complexo Hidrelétrico de Sobradinho atraiu, para o local das obras, uma quantidade elevada de trabalhadores, que foram empregados durante o período da sua construção. Esta convergência de trabalhadores, instalados de maneira provisória e concentrada, fez surgir, no interior do município de Juazeiro, na Bahia, o seu maior povoado, hoje conhecido como Vila São Joaquim.

Dada a condição de transitoriedade assumida pelo povoado, visto sua população ser formada basicamente por barreiros, trabalhadores que se deslocam a cada local de execução de um novo projeto, a Vila sentiu-se desestruturada para suportar as exigências desta mesma população, 15 mil habitantes, quase todos desempregados e sem alternativas dignas para sua sobrevivência, quando, sobre si, abateram os reflexos da crise econômica que atinge o Brasil, desde os idos de 1979. Esta nova realidade, em função do retardamento ou cancelamento de diversos projetos da CHESF, veio colocar para a São Joaquim a necessidade desta abandonar o seu lado provisório e, urgentemente, assumir a condição de um povoado em formação. Para os trabalhadores, ex-operários da construção civil e ex-pequenos produtores rurais, expulsos da terra com a formação do reservatório, e que aí fixaram moradia, este fato representou um duro golpe, pois teriam que buscar, como trabalhadores livres ou "lumpen", nesta realidade, as condições necessárias para sua sobrevivência.

Desse modo, para uma parte desta população, mais exatamente 25%, como demonstra o documento abaixo assinado, "O Grito do Povo da Vila São Joaquim na barragem de Sobradinho nº 1" a saída encontrada foi buscar na terra a alternativa para a superação dos seus problemas. Saindo para a prática concreta das conclusões a que chegaram, os trabalhadores fundam a Associação São Joaquim, fato que não retrai o movimento à espera específica do corpo de sócios da entidade, a exemplo do Conselho de Quadra que continua sendo um espaço necessário à ampliação das discussões e das decisões dos trabalhadores. Nesta fase, que denominamos reivindicatória, a Associação desempenha dois papéis fundamentais. O primeiro, o

de ter-se transformado numa coordenação do movimento; e o segundo, enquanto coordenação central e democrática, estimulou a participação, criando as condições para que os trabalhadores, em permanecendo na luta, buscassem a realização dos seus objetivos, o que em parte foi conseguido com a "conquista das terras". Desse modo, a radicação dessa população na Vila, foi extremamente importante para que o poder público voltasse a pensar na região, fato que permite surgir, no povoado, os primeiros sinais de sua "reestruturação".

Com a conquista das terras, os trabalhadores tiveram uma certa desilusão, na medida em que esta não representou a tão esperada melhoria dos seus níveis de vida. É este um momento significativo na história da Associação Agrícola, pois, por um lado, na então categoria de proprietária de terras, teria que buscar as condições para torná-las produtivas, estágio que lhe permitiria uma outra inserção na sociedade. E, por outro, por continuar como canal de organização e de expressão das aspirações dos trabalhadores, vê-se na condição de representá-los. Esta nova realidade vai possibilitar, em função da coexistência de interesses contraditórios no interior da Associação, uma crise em uma identidade. Dado ao "mimetismo", a Associação passa a desempenhar, na Vila, um papel diferente daquele que desempenhara na primeira fase, ou seja, resguarda-se de seus interesses, relegando a um segundo plano a problemática mais geral do povoado. A entidade passa a vincular-se com a São Joaquim como uma organização voltada para a produção e, neste sentido, as suas características reivindicatórias se resumem às questões que se relacionam com o seu próprio desenvolvimento, enquanto tal.

Quanto a reestruturação da Vila, o próprio desenvolvimento da Associação é parte integrante deste processo. Atualmente a entidade possui o maior patrimônio privado do povoado, desenvolve uma agricultura em bases técnicas modernas e busca este mesmo nível para a caprinocultura, garantindo, com esses dois eventos, a subsistência direta de 400 pessoas. Possui uma perspectiva bastante transparente do seu futuro produtivo, quando afirma: "queremos aumentar nos áreas produtivas, mediante pequenas e grandes obras de irrigação, como o "Projeto Esperança do Camponês",⁸³ da Serra da Batateira, criar o distrito agroindustrial de Sobradinho, combater os problemas da comercialização e desenvolver obras sociais. Para atingir estes objetivos, já apresentamos cerca de 20 (vinte) projetos aos organismos do Governo".⁸⁴

De uma maneira indireta, a Associação incentiva, no comércio e mesmo em outras áreas de produção do povoado, um sem número de empregos. Também, por influência da Associação Agrícola, surgiram na Vila outras associações que se vinculam à produção como a Associação dos Trabalhadores da Vila São Joaquim, Associação do Alagadiço, Associação da Chapadinha e outras. Quanto aos aspectos ligados a comercialização, criou-se a ACOPLAC, Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola, que, apesar do nome, engloba a comercialização de outros produtos (anexo 3) e objetiva discutir os problemas colocados por este setor. Na área social, o desempenho da entidade na

83- Projeto Esperança do Camponês é uma proposta da Associação ao Governo para perenização do Riacho Tatauí o que possibilitaria, segundo uma visão, a irrigação de grandes áreas.

84- Discurso da Associação quando da visita do Governador da Bahia e do Presidente da República, ao Projeto Irrigado do Tatauí-I.

Vila não tem sido menos relevante. A partir de um grupo de jovens, formado basicamente por dependentes e mesmo por alguns sócios, vem-se desenvolvendo algumas atividades culturais como, teatro e debates de temas que estão em discussão na conjuntura nacional, por exemplo: as questões da reforma agrária, do Colégio Eleitoral, das eleições diretas, da Constituinte, etc.. Também os jovens vêm sendo uma parcela importante nas discussões e nos encaminhamentos de algumas tarefas referentes a emancipação do povoado. A partir desse movimento, criou-se a Associação dos Estudantes de Sobradinho, importantes veículo para as discussões sobre a questão na Vila. Como fruto de lutas destas entidades, foram instalados em Sobradinho, cursos do 2º grau.

Em um outro campo da educação, a Associação, em convênio com o CECUP, Centro de Educação e Cultura Popular, vem desenvolvendo cursos de alfabetização de adultos, utilizando o método do "Paulo Freire".

Quanto a área de saúde, a entidade vem atuando em duas frentes. A primeira diz respeito à capacitação de um dos seus sócios, junto a UFBA, Universidade do Estado da Bahia, para exercer as funções de atendente rural, isto é, fazer o acompanhamento constante do estado de saúde de todo o corpo social da entidade, além de prestar-lhe os primeiros socorros e orientá-lo como proceder em casos mais graves. A segunda, se refere a instalação de um posto de saúde. Neste sentido, a Associação vem discutindo com o governo a possibilidade da sua construção, ao mesmo tempo que estoca propostas para administrá-lo. A entidade entende que o posto de va subordinar-se administrativamente aos organismos de repre

5.2 - O Papel da Associação na Estrutura da Região

As associações, hoje, se situam na borda do lago Sobradinho, 30 em sua totalidade (ver anexo 4), têm suas origem nos diversos movimentos populares que existiram na região por época do surgimento do lago. Com a reformação do reservatório, vimos que foram relocadas aproximadamente 60.000 (sessenta mil) pessoas para diversos locais, conforme já podemos observar. Para as margens do lago, foram relocadas 20.000 (vinte mil) pessoas. São esses, trabalhadores e seus familiares que formam as bases sociais de todas as associações surgidas.

A ação planejada do Estado para produzir energia nesta região, (des) planejamento⁸⁵ do processo de relocação das populações, fizeram com que os trabalhadores rurais se aglutinassem em torno das ações da Igreja e dos sindicatos, como forma de tornarem públicas suas atuações e, daí, despertar às autoridades para uma ação que os "beneficiassem". Como vimos, muito posteriormente, após outras tentativas de cunho assistencialistas, surgiu o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago Sobradinho, com todas as propriedades por nós descritas.

A dinâmica da economia local obrigou o governo a buscar, nos grupos organizados de trabalhadores, as condições para aproveitar os recursos naturais para a nova realidade, oferecia, a partir do lago, ou seja, a pesca e a agricultura irrigada. Com esse objetivo, e alçado num discurso aberto, o Estado promove, tendo como exemplo a Associação A

85- (des) planejamento - maneira encontrada para demonstrar o improvisado do Estado no processo de relocação da comunidade.

grícola São Joaquim, a proliferação desse tipo de organização. Num primeiro momento essas organizações de trabalhadores, formalizados em associações, desempenham um papel político fundamental, o de aglutinar seus sócios em torno dos seus problemas e com técnica do governo, promovem discussões, identificando algumas causas e soluções imediatas para os mesmos. Esta é uma estratégia colocada em prática pelo Estado que elimina, pelo menos parcialmente, parte do domínio do Poder local sobre os trabalhadores, o que é muito importante para se processarem algumas mudanças voltadas aos interesses dos setores modernos.

Nesta fase do processo de implementação do Programa do governo, a Associação Agrícola São Joaquim, apresentando apenas sua fase reivindicatória, reforçou, nos trabalhadores rurais, a confiança de que, organizados em associações, poderiam resolver seus problemas. Assim, o Estado consegue realizar o seu primeiro objetivo junto a estes, o de fazê-los sentir no poder local, na impotência como força capaz de resolver seus problemas e, desse modo, as associações encarnam esse novo papel .

Num segundo momento, quando surge a necessidade das associações tornarem-se produtivas, toma-se o exemplo da fase produtiva da Associação Agrícola São Joaquim como modelo. Desse modo, o Estado cria, em toda a área, as condições para aí implantar, sem "conflitos" diretos com o poder local, a modernização das suas bases produtivas, Alguns exemplos neste sentido, já se faz notar nos municípios de Pilão Cancado, e Sento-Sê, e noutros, não, devido a forte força nacionalista dos diversos poderes locais, aos quais acham-se parcialmente

respaldados, os governos centrais.

Este processo de modernização da agricultura em toda a região do lago, via associações, tem permitido que estes organismos, independentemente do crescimento econômico dos seus sócios, realizam um certo crescimento em seus capitais fundiários o que, de certo modo, lhes trazem também poder político. Assim, progressivamente, as associações vão dividindo, com o tradicional poder local, o exercício da mediação entre Estado e trabalhadores, isto é, entre o capital e o trabalho. Portanto, o crescimento do poder econômico das associações, aliada a sua liderança junto aos trabalhadores, indica que estas venham a ser o novo poder de mando local.

Para o exercício das suas funções, até certo ponto contraditórias de legitimação e de viabilizar a acumulação, o Estado, ao mesmo tempo que apoia o poder local com seu paternalismo, o destrói quando, através das associações, implanta a modernização da área.

5.3 - A Associação e a Conquista do Seu Espaço na Sociedade Civil

Compreendemos que, tanto as relações de entendimento como as de divergências mantidas entre a Associação Agrícola São Joaquim e outros segmentos da Sociedade Civil, fundamentais para que esta entidade construísse o caminho pelo qual determinou a sua própria identidade. Para discutirmos este processo, tomamos as relações com a Igreja, com os Sindicatos e com o poder local, incluindo os partidos políticos como sendo básicos para sua definição e redefinição.

5.3.1 - Associação e a Igreja

A relação da Igreja com o povo trabalhador da região do Lago de Sobradinho não é de agora. Esta surgiu e foi se construindo, desde os tempos iniciais da execução da hidrelétrica, e foi se intensificando com o aparecimento crescente dos problemas gerados a partir da formação do reservatório. Anteriormente, evidenciamos com o ítem: " surgimento dos Movimentos Sociais", que, dada a fragilidade representativa e aos objetivos das organizações dos trabalhadores na época, a Igreja tornou para a população, devido sua postura e sua opção pela defesa dos interesses dos atingidos com a ação do Estado, o seu principal canal de expressão.

Iniciando o texto, recobramos a importância da Igreja para o surgimento da Associação, logo em seguida, discutiremos o desenvolvimento da relação mantida, entre estas instituições, em suas diversas fases.

Quando escrevemos os capítulos III e, especificamente, IV, fizemos relatos sobre a participação da Igreja nas dinâmicas das lutas e dos movimentos surgidos, tanto na Vila como na Associação. Enfatizamos, especificamente, com relação a Associação Agrícola São Joaquim, que a influência direta e decisiva da Igreja para com a sua formação poder se debitada a um encontro de trabalhadores rurais da borda do lago, realizado em 1981, sob a coordenação desta instituição, no qual foram discutidos os problemas da área. Daí, gerou alguns desdobramentos, entre os quais, a Associação.

Nesta fase, os primeiros passos da entidade são eminentemente reivindicatórios, o que significa o prolonga

mento do movimento, outrora iniciado na Vila. Esta fase, por nós caracterizada por reivindicatória, onde os trabalhadores possuíam o comando de suas lutas e claramente colocavam suas aspirações, foi um momento da entidade fortemente identificada com os propósitos e com a concepção do trabalho desenvolvido pela Igreja junto à população de Sobradinho, ou seja, como diz Celito⁸⁶: "nós estamos, fazendo um esforço no sentido de fazer com que os trabalhadores sejam sujeitos da história e não apendícios e não objetos, que os trabalhadores assumam a sua libertação. E a libertação se dá no plano individual e coletivo do homem, nós sabemos que existem estruturas injustas, que precisam ser modificadas, para que o homem se sinta filho de Deus, seguido, a utopia de Jesus Cristo. O que agente faz é comprar a briga do trabalhador e nós compramos a briga com eles", mais adiante, "o povo tem uma herança que precisa ser respeitada, o povo, por exemplo, tem aquele costume de respeitar a natureza, de admirar a natureza, de plantar o seu pezinho de coco, de feijão, de manga, tem uma vida em relação muito amorosa com a natureza, e nele ainda resta a vontade de plantar de tudo um pouco, para ter o seu meio de sobrevivência. E a gente descobriu que os problemas seriam solucionados, mais facilmente, quando os grupos fossem unidos e organizados".

Nos parece um pouco carregada de romantismo esta compreensão da Igreja. Em primeiro lugar, apoia a luta dos trabalhadores sem aprofundar, com estes, as questões que os levaram a tal situação, isto é, joga no atraso das massas. Na mesma direção, parece compreender os trabalhadores rurais fo

86 - Celito. "Padre leigo", responsável pela Paróquia de Sobradinho, em entrevista ao autor.

ra do desenvolvimento sócio-econômico alcançado pela socie
dade, e isto pode ser comprovado, quando se refere ao amor
do homem à natureza, no trecho acima. Pelo visto, a Igreja
busca trazer o homem rural para uma concepção de um modo de
produção não mercantil, onde os pequenos poderes produzem to
do seu sustento em sua própria unidade produtora.

A partir das conquistas materiais da Associação e
principalmente, quando esta passa à condição de detentora do
seu principal meio de produção (a terra), entre a Igreja e
a entidade, começaram as primeiras divergências. Para a Asso
ciação e para a sua assessoria (o pároco de Sobradinho), o fa
to da Associação possuir terras e distribuí-las com os seus
sócios, como recomendava a igreja, não resolveria os proble
mas básicos dos trabalhadores. A entidade propunha uma ex
ploração mista, parte privada e parte coletiva, e a continua
ção do processo reivindicatório, que buscaria, no Estado, as
condições para torná-las produtivas.

Com o surgimento do Projeto Tatauí-I, há uma pro
funda mudança na organização administrativa e social de enti
dade, a qual já nos referimos, dando completo afastamento da
Igreja aos trabalhos da Associação e, inclusive, a substitui
ção do vigário, que culmina abandonando a vida sacerdotal.

O Projeto Tatauí-I representa, na realidade, a mo
dernização capitalista do processo produtivo da Associação e,
assim, com a chegada do chamado "progresso técnico", inicia
va-se uma nova fase na vida da entidade, a fase produtiva,
que para a igreja, nada mais é do que a intensificação da
ação planejada do Estado na área que, em última instância ,
significativa o aumento da proletarização e da marginaliza

ção dos trabalhadores. Este modo de ver a ação do Estado, fica explícito no documento "Os Gatos E As Onças", onde a igreja afirma: "queremos atingir todos e fazer o bem a todos, en quanto o Estado quer a melhoria de vidas de alguns".

Portanto, as causas do afastamento ocorrido entre Igreja e Associação têm suas origens nos modos como estas entidades encaram a sociedade. A Associação, dado o seu pragmatismo, tenta superar os problemas dos seus sócios, buscando relação que estejam ao seu alcance, enquanto a Igreja busca as soluções para os problemas dos trabalhadores, segunda uma concepção de mundo igualitário, onde o Estado é apenas árbitro da sociedade de classes, isto é, o Estado é o dirigente que permanece acima das classes sociais, com a função de mediar as ações destas.

5.3.2 - A Associação e Sindicato

Mostrando anteriormente que todos os sindicatos Rurais da Região do Lago Sobradinho foram fundados pela FETAG Ba (Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Bahia) em articulação com o poder local de cada município, objetivando estender aos pequenos produtores a assistência médico-odontológica, via FUNRURAL, o que por certo lhes daria alguns dividendos eleitorais.

Caracterizado desde sua origem pelo assistencialismo-clientelista, os Sindicatos não se envolviam com a problemática mais geral do homem do campo. Contudo, com a intervenção do Estado na área, materializada pelo Projeto de de construção da Hidrelétrica de Sobradinho, muitos problemas foram acarretados aos pequenos produtores que perderam sua

principal base de organização produtiva, a vazante; além de serem submetidos, num primeiro momento, a uma indenização de benfeitoria, que deixou muito a desejar, e, num segundo momento, o processo de relocação, que foi, para muitos, um verdadeiro arranjo, coordenado pela CHESF. Estes fatos levaram os agricultores, visto o marasmo sindical, a procurar a Igreja, que presta-lhes uma grande colaboração, orientando-os a se organizarem em grupos para, em conjunto, forçarem os sindicatos a tomarem um novo posicionamento. Pressionados pelos trabalhadores, os sindicatos de toda a região crescem, aumenta o número de sócios, e terminam por contratar um advogado que passa a discutir, com a CHESF, processos de indenização. Desse modo, e, progressivamente, os trabalhadores ruais vão dando um novo perfil a sua organização.

Especificamente em Sobradinho, povoado que surgiu durante a construção da barragem e de população originariamente rural, mas, neste momento, vinculada à construção civil, o sindicato dos trabalhadores rurais de Juazeiro⁸⁷ não se fêz notar. Posteriormente, com o desemprego gerado com a conclusão das obras e pelo não surgimento de uma nova opção para estes trabalhadores. A Igreja reaparece, discutindo, com estas, alternativas que pudessem superar seus problemas. Daí, como vimos, surge a Associação Agrícola São Joaquim como uma entidade reivindicatória que, de modo modo, supre a ausência do sindicato.

Muito posteriormente, quando a Associação se transforma numa organização voltada para a produção, no seu in

87 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro - Por se achar no polo mais desenvolvido desta Região. Juazeiro-Petrolina, este se liga em questões mais de ordem trabalhista, como assinatura de carteira, salários etc. Diferentemente dos demais, onde suas bases, formadas por pequenos produtores agrícolas de subsistência, exigem em outra postura.

terior, surgem novas relações de produção, inclusive, assalariamento. Esta nova fase da Associação, como vimos, vem beneficiar alguns sócios, em detrimento de outros, o que, necessariamente, aprofunda as divergências em uma direção, resultando no afastamento temporário de algumas das suas lideranças⁸⁸ que fundam a Delegacia de Sobradinho.

Desse modo, a instalação de uma representação do Sindicato em Sobradinho surge, dada ao desenvolvimento das forças produtivas na área. A realidade desse processo é claramente notada nas expressões da delegada sindical, "a minha preocupação é a seguinte: os trabalhadores que ficaram dentro da Associação, que virou uma empresa, falsamente governada por trabalhadores, que deixou de ser trabalhador para ser produtor, até que ponto, vai chegar esses trabalhadores, ficaram conscientes, se não estão acompanhando o sindicato? Ele vai ter que discutir o modo deles andar... O sindicato? Continua autêntico".⁸⁹ Vê-se pois, que para o sindicato, a Associação se transformou, deixando de ser uma entidade aglutinadora dos trabalhadores para se transformar numa empresa voltada a uma produção de mercado, o que gera espaços para uma atuação própria do sindicato.

Os demais sindicatos da área (Sento-Sê , Pilão Arcado) têm nas bases sociais, praticamente formadas por pequenos produtores rurais e proprietários de terra (lotes que variam entre 5 e 3 ha), o que faz a pauta reivindicatória desses sindicatos ser diferente daquela apresentada por Juazeiro, e que, por conseguinte, ao se aproximar, em demasia,

88- Zefinha uma das principais lideranças do movimento, em desacordo com a direção da entidade se afasta e funda a Delegacia Sindical de Sobradinho.

89- Delegada Sindical em entrevista ao autor.

das lutas desenvolvidas pelas associações.

A Associação Agrícola São Joaquim tem atuado de forma integrada com estes sindicatos, pois os pequenos produtores, seus associados, estão submetidos a relações de produção ou condições de sobrevivência muito próximas àquelas verificadas em Sobradinho, o que os fazem tomar o caminho da Associação como em exemplo a seguir.

Com relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sento Sê, este sempre esteve articulado politicamente ao poder local (anexo 5), poder dos latifundiários, representado, principalmente, pela família Sento Sê. Esta identificação da direção sindical com os políticos conservadores da área, fez com que as associações de pequenos produtores agrícolas, proprietários de terras, (lotes doados ou transferidos pela CHESF, na época da relocação) não se vinculassem ao sindicato, tornando-se núcleo central da então oposição sindical local. Todo esse processo é integralmente apoiado pela Associação Agrícola São Joaquim.

Na condição atual de uma organização de trabalhadores rurais, voltada à exploração de culturas comerciais adequadas ao mercado, inclusive as agroindústrias, a Associação, ao relacionar-se com os sindicatos da área, tende a se aproximar daqueles cujas bases sociais constituiu-se de pequenos produtores agrícolas e proprietários de terras, e que busca a superação dos seus problemas, através de modelos produtivos que permitam a plena conservação das suas propriedades e garantem a capitalização dos seus meios produtivos.

Por outro lado, divergem dos sindicatos que levados pelo processo de proletarização dos trabalhadores, pau-

tam-se nas lutas dos assalariados rurais, pois enquanto uma entidade proprietária de terras e produzindo sob uma base tecnológica moderna e possuidora de patrimônio relativo (capital agrário), utiliza, razoavelmente, a força do trabalho, materializada no semi-emprego do diarista rural.

5.3.3 - A Associação e Poder Local

A Vila São Joaquim, como vimos, surgiu de um aglomerado de pessoas (trabalhadores e seus familiares) que, para a barragem, foram atraídos pela oferta de emprego. Marcado pela ausência de qualquer assistência, nasceu, em 1972, a Vila, como um povoado provisório, construído sem nenhuma infraestrutura definitiva de apoio a sua população. Com a conclusão das obras, época em que o Brasil enfrentava uma das suas maiores crises econômicas, esta população viu-se obrigada, por força do desemprego reinante, buscar, na terra, a saída e a superação dos seus problemas. Porém, muito antes de organizar-se para este fim, a população de trabalhadores almejava resolver algumas das suas precariedades, depositando seu voto em candidaturas,⁹⁰ historicamente vinculadas às estruturas partidárias de então.

A vinculação deste vereador a uma concepção paternalista de trabalho não levou a Vila ao progresso, fato que obrigou sua população a continuar na busca de alternativas para sua sobrevivência, chegando a formação da Associação Agrícola São Joaquim.

90- Geraldo Silva, na época, vereador pela ARENA.

As possibilidades de explorar economicamente as terras da Associação, com base num sistema irrigado e com divisão do trabalho em grupo, fez com que o Estado implantasse o Projeto Tatauí-I. Projeto este que, apesar de administrado por pequenos produtores, está assentado num modelo tecnológico moderno e voltado para uma produção comercial, que visa o alcance de metas ambiciosas, como a construção de um centro-industrial que beneficie e processe toda a produção, garantido, dessa forma, uma melhor apropriação do produto final por seus próprios protagonistas.

O emprego de tecnologias modernas pela Associação em seus processos produtivos tem garantido o crescimento da produção e da produtividade. A combinação desses fatores tem colocado, à Associação, exigências que devem ser imediatamente superadas como condição para que o seu próprio desenvolvimento seja viabilizado. Assim sendo, em Sobradinho, o poder político local não pode continuar se sustentando em práticas que realinham a um paternalismo-clientelista. É necessário que a Vila busque, com urgência, novas estruturas que estejam à altura da evolução das forças produtivas desenvolvidas atualmente na área.

Dadas a estas condições, a Associação vem se constituindo na principal liderança que busca a emancipação política e administrativa do povoado.

Quanto ao relacionamento da Associação com partidos políticos, estes têm sido bastante protocolares e parciais, posição que, para nós, é também política e que reflete o pragmatismo da entidade.

Regionalmente, o poder local encontra-se estrutura

do a partir da grande propriedade fundiária improdutiva, reprodutora de velhas estruturas agrárias, condição que respalda a sua existência. Esta realidade da política regional em Sobradinho já não responde às exigências colocadas pela necessidade de expansão do capital, que busca, nos pequenos produtores e proprietários de terras organizados em associações, as condições para a sua intensificação na área.

A intervenção do Estado na área, via o pequeno produtor, tem colocado em choque o velho poder. Pois, através da associação organizada deste setor, os trabalhadores têm feito chegar, ao governo central, suas reivindicações, sem a intermediação dos velhos "coronéis". Desse modo, as associações de agricultores têm permitido a crescente desvinculação dos agricultores do poder local, o que lhes dá uma certa independência. Por outro lado, o Estado, ao atender as reivindicações dos trabalhadores, os submete a projetos tipos Tautauí-I, a exemplo do projeto Itapera em Sento Sé e o projeto comunitário de Pilão Arcado, que é por onde este encontra espaço para modernizar paulatinamente a agricultura desta região.

A intensificação desse processo na área não passa despercebida pelos velhos políticos, que têm exigido do governo mudanças nas diretrizes dos projetos, quando a reação não cai sobre os técnicos e sobre os gerentes e diretores-técnicos e das coordenações estaduais dos referidos programas (anexo 6).

Este tipo de reação dos "antigos comandantes", que baseiam seus poderes na propriedade fundiária, é a clara evidencia da perda de suas forças e da consciência de que um novo poder está sendo progressivamente construído, sobre a

coordenação do moderno capital industrial e financeiro e que tem suas bases instaladas na nacionalidade produtiva. E neste contexto, a Associação Agrícola e as demais associações se constituem em um dos instrumentos viabilizadores desta política.

5.4 - A Associação e o Estado

5.4.1 - O Projeto Tatauí-I

Mostramos por diversas passagens deste trabalho que a ação do Estado em Sobradinho não se dá de forma isolada na Região. Muito ao contrário disto, esta se encontra plenamente integrada ao plano de expansão da produção agrícola na Bahia, necessidade colocada pelo processo de acumulação do capital.

Num plano mais geral, o Estado define suas ações para esta Região, desde o início da década 1980, quando elabora e executa o Programa Básico de Ocupação Econômica do Oeste da Bahia, considerando, neste, "o Lago de Sobradinho como sub-área prioritária de ocupação territorial de integração econômica de articulação espacial, com a dinâmica de desenvolvimento do Estado"⁹¹. Especificamente para sua atuação em Sobradinho, o governo fez elaborar o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago, subdividindo-o em dois sub-projetos: o de desenvolvimento da pesca e o da organização da produção agropecuária.

Num primeiro momento, as ações destes projetos são

91- Bahia. Síntese do Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago de Sobradinho, 1981.

estendidos apenas à região do lago. Mais tarde, em função dos movimentos sociais existentes na Vila, o governo expandiu as áreas limites do programa, abrangendo, inclusive, a Associação. Nesta etapa, o Estado tende minimizar as precárias condições de vida da população, repassando para esta, 3.697 ha de terra, incentiva um criatório de cabras, fornece sementes e insumos e custeia a primeira sagra do sequeiro, evitando, com isso, que o movimento crescesse e se transformasse numa "convulsão social". Essas medidas foram caracterizadas pelo Estado como sociais, o que nos leva a concordar com Duqué, quando diz: "certo modelo de desenvolvimento agrícola não recomenda "desperdiçar" terras irrigáveis em favor de pequenos produtores analfabetos: não há fé nas suas capacidades produtivas. Não há vontade política de pôr, à sua disposição, a assistência técnica e o crédito necessário para permitir o desenvolvimento destas capacidades e, sobretudo, não há, para forçar essa vontade política, pressão equivalente a exercida pelo capital em busca de investimentos altamente lucrativos"⁹².

Essas medidas pouco arrefeceram o ímpeto reivindicatório dos trabalhadores; no entanto transformaram a entidade numa organização proprietária de terras. Desse modo, o eixo central do movimento passa a ser a busca das condições para tornar as terras produtivas. Neste sentido, a Associação procurou, nos órgãos do Governo, o apoio necessário para que seu objetivo fosse atingido, e, dadas as possibilidades de exploração de 300 ha, aptos à irrigação, o governo da Bahia, em referendo com a Associação, promoveu e implantou o Projeto Tatauí-I.

92- Duqué, Ghislaine, 1983, pág. 1057, *op. cit.*

Com o Projeto Tatauí-I, o Estado busca, junto a Associação, modernizar o seu processo de produção, integrando-o às necessidades e às exigências do complexo agroindustrial. Isto significa, em última instância, uma profunda transformação nos moldes de produzir dessa organização, que deixa de aspirar o retorno do antigo modelo de subsistência, historicamente construído nas vazantes do Rio São Francisco, para a adoção de um novo modelo que se sustenta numa forte base tecnológica e na exploração do trabalho comunitário em grupo. Confirmando estes propósitos, o ex-Secretário do Planejamento da Bahia afirmou: Tatauí constitui um dos exemplos mais expressivos do que é possível fazer em trabalho de desenvolvimento econômico em bases comunitárias, atuando o poder público de forma descentralizada, com ampla participação da população, emprego de mão-de-obra local e criação de atividades produtivas estáveis e permanentes"... O projeto de irrigação que ora se conclui, envolvendo 300 ha irrigados, constitui o mais novo passo neste trabalho articulado entre o governo do Estado e a Associação Agrícola São Joaquim".⁹³

Além de provocar mudanças na fase produtiva da entidade, o Projeto Tatauí é também responsável por outra transformação importante. Dada a natureza da Associação, esta não passou por um processo de capitalização anterior, que a permitisse implantar o Tatauí-I, independente do apoio do Estado, fato que, até certo ponto, também é reconhecido quando diz: "Ao governo cabe a prestação de assistência técnica

93- Waldeck Vieira Ornelas, Ex-Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia, em um prospecto sobre o Tatauí.

em todos os níveis, até que a Associação possa assumir todos os aspectos da produção".⁹⁴ Esta condição de dependência técnica e financeira da entidade ao Estado tem permitido que este, seja através dos pacotes tecnológicos, seja através de crédito, imponha cada vez mais a sua vontade aos destinos da Associação.

Como consequência direta do efeito da modernização no seu processo produtivo, a Associação tem se envolvido gradativamente com aspectos da racionalidade econômica da sua produção. Este fato tem lhe atribuído mudanças, tanto conceituais como práticas, nos níveis da sua organização social e administrativa, além de transformar as suas características reivindicatórias e de participação. Com isso, o Estado diferentemente da sua ação no passado, tanto no Nordeste como na própria região, consegue, através de modelos produtivos apropriados a pequenos produtores rurais, novas formas que viabilizam sua legitimação, bem como, a continuidade do processo de acumulação de capital.

5.4.2 - Associação e a Evolução do Conceito de Participação

"Foi pensando nessa nossa gente sofrida, carente e desassistida, que nos organizamos para lutar... lutar por uma solução definitiva: a permanência na terra, única forma de garantir a nossa sobrevivência e melhores condições de vida".⁹⁵ Citamos este texto para mostrar que, mesmo na fase

94- Projeto Tatauí, um modelo de trabalho comunitário em terras irrigadas, prospecto de propaganda governamental.

95- Projeto Tatauí - Carta Aberta ao Presidente da República, 1986, Associação Agrícola São Joaquim.

reivindicatória, a Associação não conseguiu refletir, de forma mais profunda, as questões que envolviam o processo de marginalização colocado aos trabalhadores, seus sócios. Mesmo considerando algumas análises esboçadas em documentos, nos quais a Associação deixa transparecer uma leve compreensão desse processo, as suas conclusões não ultrapassam os limites do imediato. Assim, a reivindicação colocada para a obtenção das terras apenas refletia uma concepção pragmática e perigosa desse movimento que a levaria a se envolver, de maneira profunda, numa participação integradora, isto é, onde as reivindicações têm um fim em si mesmas.

Mesmo nessas condições de microparticipação,⁹⁶ os trabalhadores associados passaram a compreender o papel da entidade como um espaço que possibilite a sua integração. Assim, a Associação Agrícola São Joaquim, em sua fase reivindicatória, refletiu as condições sócio-econômicas da sua base social e representou este espaço democrático necessário ao prosseguimento de suas lutas.

A atuação da entidade, em função das suas reivindicações específicas e sem um aprofundamento maior da sua problemática mais geral, condicionou a luta deste povo a se envolver pelos caminhos da política assistencialistas do Estado. Este novo relacionamento da associação com as instituições do poder público, fez com que o paternalismo do governo atendesse algumas de suas reivindicações, inclusive, a concessão das terras.

96- Para uma análise pertinente do tema ver, Juan E. Diaz Bordenave, "O que é Participação", 1985, Brasiliense.

O fato da Associação São Joaquim passar a detentora do seu principal meio de produção, muda as suas características originais. O seu objetivo principal torna a ser a produtividade das suas terras, o que é, finalmente, conseguido com o Projeto Tatauí-I.

As exigências do modelo produtivo, instalado a partir do Tatauí-I, transforma toda a organização sócio-econômica da entidade, e nesta, a participação toma a perspectiva de uma atividade passiva e pacífica, onde os beneficiários do processo apenas referendam as decisões, ou as modificam naquilo que é consentido.

Por outro lado, esta nova concretização da participação suscita, na entidade, uma nova divisão social do trabalho. Impossibilitada de socializar os seus ganhos, a Associação tende a se dividir em duas camadas: uma, como foi visto anteriormente, minoritária e que se beneficia do processo de modernização; enquanto a outra, que constitui a maioria, torna-se uma força de trabalho explorada pela primeira. Este fato fez resurgir, com mais vigor, na entidade, sua face reivindicatória, criando nela uma situação conflitual e permanente. Como representante deste setor marginalizado, que não se beneficia dos resultados do novo processo produtivo, a Associação entra em conflito consigo mesma, instalando no interior de suas funções, uma profunda ambigüidade, quais sejam: ora, buscando as condições para uma participação real, e ora, buscando apenas simbolizar este processo, o que significa sua identificação com setores de interesses do capital moderno.

CONCLUSÃO

As análises da trajetória da Associação Agrícola São Joaquim, discutidas neste trabalho, tanto em sua fase reivindicatória como em sua fase produtiva, representam as estratégias desta organização de trabalhadores rurais frente às condições que lhes são impostas pela intensificação da expansão capitalista nesta área.

A fase reivindicatória é por seu turno um período de resistência que representou o protesto e a mobilização dos trabalhadores livres e desempregados em Sobradinho a uma ação planejada do Estado, executada de forma autoritária, e com a finalidade precípua de produzir energia elétrica, como fator indispensável à continuidade do processo de acumulação do capital no Nordeste.

As consequências drásticas desta ação sobre a área e sobre a população, bem como, as possibilidades de exploração econômica que daí surgiram, obrigou a tecnoburocracia do governo, especialmente seu Staff de planejadores, a rever todos os planos anteriormente definidos. O Estado, ao redefinir algumas das suas ações, tenta, por um lado, responder às exigências dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que busca o respaldo necessário à sua legitimação. Por outro lado, tomado pelos imperativos do desenvolvimento do capital na Bahia, o Governo planeja integrar a agricultura do Estado e, principalmente, a da Região Oeste, a dinâmica do complexo agroindustrial, e para este objetivo, o Lago Sobradinho, dada as suas possibilidades, tanto na pesca como na agricultura, é tido como área de prioridade, chegando mesmo a possuir um

projeto especial para o seu desenvolvimento. Assim, o Estado retorna sua intervenção na área, utilizando o planejamento como instrumento capaz de racionalizar o seu processo produtivo e garantir a reprodução ampliada do capital.

A Associação Agrícola São Joaquim que, neste contexto, até então, representava os interesses dos trabalhadores, convocava-os a um intensivo processo de participação, onde os resultados das decisões eram tidos como produto da reflexão da maioria, e mais, considerando que "as comunidades populares, longe de serem organismos estanques, encontram seu sentido de relacionamento com instituições econômicas, sociais, políticas e culturais que compõem a sociedade",⁹⁷ passa a exercer relações de proximidade com o Governo, buscando, nesta, as condições para a realização dos seus objetivos mais imediatos. Como o movimento da Associação não ultrapassa a barreira das necessidades imediatas dos trabalhadores, suas mobilizações são dirigidas no sentido de uma microparticipação orientada somente para reivindicações específicas".⁹⁸

A partir de uma prática participativa reduzida a objetivos restritos, e que não ampliou a compreensão dos seus protagonistas a um entendimento mais geral da sociedade global, levou a Associação, cada vez mais, a estreitar suas relações com o Estado, e, em contrapartida, devido as necessidades impostas por esse novo relacionamento, a entidade se reestruturar, afastando-se dos seus objetivos originais, dei-

97- Juan Diaz Bordenave, 1985, p. 59

98- Juan Dias Bordenave, 1985, p. 57.

xando-se influenciar progressivamente pelos interesses de desenvimentistas da política dominante.

A implantação do Projeto Tatauí-I representa a síntese desse processo, onde os efeitos intervencionistas do Estado, viabilizados por este Projeto, provocam profundas transformações nos processos produtivos da entidade, além de possibilitá-la receber outros incentivos a fundo perdido (recursos BNDES-FINSOCIAL), que irão garantir a continuidade da sua modernização.

Apesar de todo discurso participativo, expresso pelo Estado em suas propostas de planejamento para esta área, o modelo produtivo Tatauí-I impõe à produção sua racionalidade produtiva e econômica, vinculando-o aos interesses do complexo agroindustrial. Esta realidade vai determinar uma redivisão de funções para os setores produtivos da entidade e que acabam por beneficiar uma pequena minoria dos seus sócios, fato que entra em contradição com os propósitos estabelecidos pela organização que seria o da elevação das rendas familiares, e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de suas vidas.

O rompimento da Associação com a sua velha concepção de modelo produtivo, processada pela implantação do Tatauí-I, e, considerando todas as mudanças ocasionadas por esse processo modernizador, a concepção de planejamento de Paul Baran, citada por Oliveira, 1977, cabe perfeitamente para este contexto, quando diz: "não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento".⁹⁹

99- Para um maior aprofundamento desse tema ver Francisco Oliveira, 1977, p. 24.

Da mesma forma que o Estado tenta materializar suas funções de legitimação e acumulação, abrindo mão aqui e acolá de algumas prerrogativas do processo de expansão do capital, a Associação, ao assumir a sua face produtiva, também assume esta condição, por se achar intermediando os interesses, profundamente contraditórios entre Estado (capital) e pequenos produtores rurais (trabalho).

A nova postura assumida pela Associação Agrícola vai também redefinir a sua concepção de participação, que passa a tomar uma perspectiva onde as decisões, que antes eram tomadas pela maioria, agora é restrita ao seu corpo diretor, quando, em muitas das vezes, esta só faz referendar medidas previamente estabelecidas por processos extra-comunitários. Desse modo, para a entidade, a participação tem uma nova função, passa a ser uma atividade controlada por mecanismos que estão fora do seu alcance, isto é, nas estruturas do Estado. A participação tem neste contexto, uma função de adaptação, nunca de transformação.

Como a Associação se encontra na sociedade compondo um corpo político-social, a entidade quer estabelecer, nesse seu processo de construção, sua identidade, passando a ser, também, uma força política diferenciada da Igreja, do Sindicato, do poder local, etc., com seus próprios interesses.

A interrelação da Associação com os diferentes segmentos da sociedade civil e com o Estado acontece por momentos, ora, determinados por entendimentos, e, ora, determinados, por contradições, o que faz com que a participação seja um processo de permanente conquista.

B I B L I O G R A F I A

- AGUIAR, Gelfa de Maria Costa - O Estado e a Seca: "Intervenção do Estado no Nordeste do Brasil" - 1979/1983 - Editora FIPLAN, João Pessoa, 1985.
- AGUIAR, Geraldo Medeiros - Agricultura no Nordeste: Aprciação e Sugestão de Políticos - Ed. Vozes, Petrópoles, 1985.
- ANCARBA - Serviço de Extensão Rural - Fixação da População na Borda do Reservatório de Sobradinho - Anteprojeto Alternativas de Produção, Convênio CHESF/ANCARBA, Salvador, 1974.
- ANDRADE, Manoel Correia - Agricultura e Capitalismo - Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- ANDRADE, Manoel Correia - Tradição e Mudanças: A Organização do Espaço Rural e Urbano na Área de Irrigação do Sub-médio São Francisco, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1983.
- ANDRADE, Manoel Correia - O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil, Hucitec, São Paulo, 1976.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia & Companhia de Engenharia Rural da Bahia & Comissão Estadual de Planejamento Agrícola da Bahia, Programa de Organização de Produção Agropecuária da Borda do Lago de Sobradinho, Salvador, maio, 1981.

- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia
Programa de Desenvolvimento Rural Integrado no Lago de Sobradinho - Organização e Estrutura Técnica Administrativa, Salvador, julho, 1983.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia & Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - Bases para o Sistema de Acompanhamento, Jurema Valença, Wilton T. Cunha, Rilza Rôla, Salvador, Janeiro, 1984.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia & Comissão Estadual de Planejamento Agrícola da Bahia - Projeto de Desenvolvimento da Pesca no Lago de Sobradinho, vol. II, janeiro, 1981.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia & Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - Programa Especial de Desenvolvimento do Lago de Sobradinho, Projeto de Desenvolvimento da Pesca, Projeto do Censo de Pescadores.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia & Comissão de Desenvolvimento e Ação Regional, Avaliação de Impactos Ambientais Atuais e Potências na Região do Lago de Sobradinho, Salvador, julho, 1983.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia - Centro de Estatística e Informações CEI, Aspectos Demográficos Regionais - VII - Região de Planejamento Sobradinho, vol. I, Salvador, 1984.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC - Centro de Projetos e Estudos, Debates, Salvador, 1985.

- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC - Centro de Projetos e Estudos, Debates, Salvador, 1984.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC - CEI - Centro de Estatística e Informações, Estado da Bahia, Povoados com mais de 50 domicílios, Salvador, 1983.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Coordenação de Ação Regional & Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (BA) - Projeto de Desenvolvimento da Pesca de Sobradinho, Salvador, 1981, 2ª vol. Este trabalho faz parte do Programa Especial de Desenvolvimento do Lago de Sobradinho.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia & Secretaria do Saneamento e Recursos Hídricos & Secretaria da Agricultura, Salvador, março, 1982 (mimeo).
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia & Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - Situação Ambiental do Lago de Sobradinho (Relatório de Impactos Observados), Salvador, dezembro, 1984.
- BAHIA - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia & Centro de Pesquisa do Trópico Semi-Árido - EMBRAPA - CPATSA - Projeto Técnico Econômico para o Perímetro Irrigado do Tatauí-I, Projeto Sobradinho/Associação Agrícola São Joaquim, Salvador, 1985.
- BRASIL/SUDENE - Anais da Reunião de Trabalho Sobre a Política de Desenvolvimento Rural do Nordeste, Recife, SUDENE, 1985, 270 p.

- BAPTISTA, Myriam Veras - Desenvolvimento da Comunidade: Estudo da Integração de Planejamento do Desenvolvimento de Comunidade no Planejamento de Desenvolvimento Global, Editora Cortez e Moraes, 2a. edição, São Paulo, 1978.
- BORDANAVE, Juan E. Diaz - O que é Participação - Editora Brasiliense, 2a. edição, São Paulo, 1985.
- BURSZTYN, Marcel - O Poder dos Donos - Editora Vozes, 1984.
- CADERNO da CEAS nº 94 - 15 anos com as Lutas do Povo - novembro/dezembro, 1984.
- CAMINHAR JUNTOS - Diocese de Juazeiro - Bahia nº 91, maio, 1984.
- CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - Projecto Especial do Lago de Sobradinho, Diagnóstico da Situação das Colônias de Pescadores do Estado da Bahia, Relatório - parte I, Salvador, 1983.
- CASTRO, José Moreira Filho Coêlho, Jorge Baltar e Aguiar, Geraldo Medeiros - Aspectos Gerais da Agropecuária do Nordeste - Recife, SUDENE, 1985, 406 p. il 11 (Projeto Nordeste 3).
- CARVALHO, Horácio Martins de - A Ideologia de Planejamento Participativo - Maceió, maio de 1982.
- CARVALHO, Horácio Martins de - Introdução e Teoria de Plajamento - 2a. edição, Editora Brasiliense, 1978.
- COVRE, Amaro - A Comunidade no Poder - Experiência de Município de Boa Esperança - 1977 a 1980.

- CENSO AGROPECUÁRIO - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Rio de Janeiro: IBGE, 1983, 1984 - 26 v. (Recenseamento Geral do Brasil, 1980, 9: v. 2, t. 3).
- CHESF - Rio de Janeiro & HIDROSERVICE - São Paulo, Projeto Sobradinho, Plano de Reassentamento para a População atingida pelo Reservatório de Sobradinho, São Paulo, 1975, 255 páginas, Plantas, Mapas, Tabelas, Gráficos.
- CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Projeto da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, 1985.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Trabalhador Rural, Brasília, 1981.
- CORADINI, Odacir Luiz e Fredericq Antoinette - Agricultura, Cooperativas e Multinacionais: Produtores, cooperativisismo, empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- COUTINHO, Carlos Nelson - A Dualidade de Poderes: Introdução e teorias marxista de e revolução - Ed. Brasiliense, 1985.
- Curso Agropecuário - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Rio de Janeiro: IBGE, 1983/1984 - 26 vol. (Recenseamento Geral do Brasil, 1980, 9. v. 2, t. 3).
- DIEESE - Uma Metodologia para a Reflexão e a Ação - Texto da Escola Sindical do DIEESE, 1984.
- DIEESE - O Trabalho com Grupos - Texto da Escola de Educação Sindical do DIEESE, 1984.

- DRIN - Brasil - OEA - SUDENE - Notas Sobre a Natureza e Metodologia de Acompanhamento e Avaliação em Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado, John Redwood III e Raul Fiorentino, Document n° C-1, Recife, agosto de 1980.
- DUQUÊ, Ghislaine - A Experiência de Sobradinho: Problemas Fundiários Colocados pelas Grandes Barragens, in Ciência e Cultura, pág. 1.054-1.061, agosto, 1983.
- ECO, Humberto - Como se faz uma Tese: em Ciências Humanas Editorial Presence, Lisboa, Portugal, 1980.
- Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira - Síntese das Transformações por Ana Castro e outros - Brasília, BINAGRI, 1979, 270 p. ilustr. (Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, 7).
- EMATERRA - Metodologia de Extensão Rural para Produtores de Baixa Renda - Salvador, 1978.
- FETAG - BA - Anais do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, Salvador, 1984.
- GURPPI, Luciano - O Conceito de Hegemonia em Gramsci - Editora Graal, 2a. edição, Rio de Janeiro, 1980.
- IICA - Marco de Referência Conceptual para el Desarrollo: Série "Ponencias, Resultados y Recomendaciones de Eventos Técnicos", n° 241, San José, Costa Rica, 1981.
- IANNI, Octávio - Estado de Planejamento Econômico no Brasil (1930/1970) - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

- IANNI, Octávio - Ditadura e Agricultura - Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- JÚNIOR, Caio Prado - História Econômica do Brasil - Editora Brasiliense, 1977.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia - Organizadora São Paulo: Cortel Autores Associados, 1981.
- MARIA, Ire - Cooperativa e Prática Democrática - São Paulo, Cortez, 1985.
- NETO, Jovíniano Soares de Carvalho - Reservatório de Sobradinho: O Mar Virando Sertão ? in Caderno do CEAS nº 30 - março/abril/74, pág. 38.
- NEVES, Delna Pessanha - Lavradores e Pequenos Produtores de Cana - Estudo das Formas de reprodução dos Pequenos Produtores Agrícolas ao Capital, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de - A Economia Brasileira - Crítica à Razão Dualista Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de - A Economia da Dependência Imperfeita - Graal, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de - Elegia para uma Re(li)gião - Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- PORTELLI, Hughes - Gramsci e o Bloco Histórico - Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- PAIVA, Melquíades Pinto - (1950) Grandes Represas do Brasil, Brasília, DF E ITERRA, 1982, 304 p. Ilust.

- PINTO, João Bosco - Metodologia de Pesquisa Ação: Sequência Metodológica e Orientação para Uso - Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria de Educação e Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas - IICA.
- PINTO, João Bosco Guedes - Planejamento Participativo - Desenvolvimento Social e Ação Comunitária: três vertentes um mesmo processo, documento nº A-4, Projeto DRIN, Brasil, OEA, SUDENE, Recife, março de 1981.
- PINTO, João Bosco - Reflexões sobre Desenvolvimento Social e Ação Comunitária - 1981.
- POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - Governo Federal, Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, março, 1983.
- PROJETO NORDESTE - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Apoio as Pequenas Comunidades Rurais - Salvador, dezembro, 1984.
- PROJETO NORDESTE - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Extrato do Segmento de Comercialização para o Seminário de Geração e Difusão de Tecnologia.
- PROJETO NORDESTE - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Extrato do Segmento de Recursos Hídricos para o Seminário de Geração e Difusão de Tecnologia.
- Região de Planejamento - Estado da Bahia - 1981.
- Retrato do Brasil nºs 20 e 35 - Editor Raimundo Rodrigues Pereira - Editora Política, São Paulo, 1984.
- ROCHA, Yara Regina Candelária da - Seca e Sociedade Civil, O Caso de Patos. Dissertação de Mestrado em Sociologia - UFPB - Campus II - Campina Grande - 1984.

- SANDRONE, Paulo - Questão Agrária e Campesinato: a "Funcionalidade" da Pequena Produção Mercantil - Editora Polis Salvador, 1980.
- SESU - Sociedade de Estudos Econômicos, Sociais e Urbanísticos - Plano de Desenvolvimento para a Região do Lago de Sobradinho - outubro, 1979.
- SESU - Sociedade de Estudos Econômicos, Sociais e Urbanísticos - Sugestões para um Programa de Desenvolvimento na Região.
- SILVA, José Graziano - A Modernização Dolorosa e Estrutura Agrária Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil - Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- SILVA, José Graziano - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira - Editora Hucitec - São Paulo, 1978.
- SOARES, Luiz Eduardo - Campesinato: Ideologia e Política - Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- SORJ, Bernardo - Ponpernayer, Malori J., e Coradini, Odacir Luiz - Camponeses e Agroindústrias: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- SUDENE - Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes - Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- SZMRECSANYI, Tomás e Queda, Oriowaldo - Vida Rural e Mudança Social Companhia - Editora Nacional, 3a. edição, São Paulo, 1979.

- SZMRECSANYI, Tomás - O Planejamento da Agroindústria Cana
vieira do Brasil (1930-1975) - Hucitec, UNICAMP, Econo-
mia e Planejamento.

- VELHO, Octávio Guilherme - Sociedade e Agricultura - Ed.
Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

A N E X O S

ÍNDICE DOS ANEXOS

ÍNDICE FOTOGRÁFICO

1. ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO
2. DISCURSOS DAS AUTORIDADES E DOS TRABALHADORES NA ÁREA DO TATAUÍ
3. MATERIAL DA COPLACE
4. RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EXISTENTES NA BORDA DO LAGO
5. MATERIAL SOBRE O SINDICATO DE SENTO SÉ
6. MATERIAL JORNALÍSTICO SOBRE AS DEMISSÕES NA CAR

em. S. Souza

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM

+

ARTIGO 1º - A ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM é constituída co-
mo sociedade civil, sem fins lucrativos e com caráter filantropi-
co, organizada para a prestação de serviços de promoção humana
e social aos moradores da Vila São Joaquim, que participam do P/
Projeto que visa utilizar as terras vizinhas ao Riacho Tatauí, /
para delas extrair os recursos para sua sobrevivência.

ARTIGO 2º - A A.A., localizada na Vila São Joaquim, lugar chama-
do Sobradinho, que se encontra no Km 54 da Rodovia Juazeiro-Santa
Sé, terá sede de administração no Centro Social São Joaquim, à
Rua 05, Quadra S.11, S/n e fóro na cidade de Juazeiro-Bahia.

ARTIGO 3º - A A.A. tem como finalidade CONGREGAR os habitantes /
da Vila São Joaquim em torno de seus problemas fundamentais, (de-
semprego e condição de vida), buscando soluções para os mesmos e
promover o desenvolvimento social e humano dos Associados.

DA ORGANIZAÇÃO

ARTIGO 4º - São membros da A.A. os moradores da Vila São Joaquim
que se ligarem à Associação e sejam aceitos pela Diretoria e o /
Conselho Fiscal, submetidos à aprovação da Assembléia Geral.

ARTIGO 5º - São órgãos da A.A.

1. Assembléia Geral
2. Diretoria
3. Conselho Fiscal

ARTIGO 6º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão e delibe-
ração, será constituída pelos integrantes da Diretoria, do Conse-
lho Fiscal e dos Associados.

ARTIGO 7º - A Assembléia Geral se reunirá obrigatoriamente uma /
(1) vez por mês, por convocação expressa da Diretoria, e, extraor-
dinariamente, por convocação da Diretoria, ou pedido de tres (3)
membros do Conselho Fiscal sempre que se tratar de assuntos rele-
vantes.

§ 1º - A Assembléia Geral Ordinária será feita com a participa- /
ção dos Associados e as decisões serão tomadas por maioria sim-
ples dos membros presentes.

§ 2º - As convocações para Assembléias Extraordinárias serão fei-
tas por meio de convite endereçado aos membros do Conselho Fiscal
no prazo de tres (3) dias.

§ 3º - Nas Assembléias convocadas pela Diretoria é necessária a
presença de tres (3) membros do Conselho Fiscal.

§ 4º - Os pedidos de convocação da Assembléia Geral extraordiná-
ria, quando não partirem da Diretoria, deverão ser encaminhados/
à mesma, que convocará no prazo máximo de cinco (5) dias.

§ 5º - As decisões somente serão válidas desde que aprovadas em
votação por escrutínio secreto ou aclamação da maioria das pes- /
soas presentes na Assembléia.

[Handwritten signature and date]
OPM-18-3457

M. S. Souza

§ 6º - Compete à Assembléia Geral:

- a - Aprovar os trabalhos realizados pela A.A.;
- b - Avaliar a gestão da Diretoria no ano anterior;
- c - Elegor o Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e os Doze (12) Conselheiros (efetivos e suplentes), de acordo com o disposto no regimento Interno.
- d - Deliberar sobre qualquer assunto do interesse da A.A., mediante proposta da Diretoria, do Conselho Fiscal, dos Conselheiros ou a pedido da maioria dos presentes na Assembléia.

DA DIRETORIA

ARTIGO 8º - A Diretoria da Associação Agrícola São Joaquim com por-se-a de um (1) Presidente, um (1) Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro.

ARTIGO 9º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão e leitos em Assembléia Geral pelo voto da maioria absoluta dos membros presentes.

§ 1º - O mandato dos membros da Diretoria será de tres (3) anos.

§ 2º - As normas da eleição serão estabelecidas conforme regimento Interno da entidade.

§ 3º - Em caso da impossibilidade de continuar exercendo os cargos da Diretoria ou Conselho Fiscal, cabe a ambos indicar novas/pessoas para ocupar o respectivo cargo vago. A indicação desta pessoa só terá validade pelo voto de sete (7) membros, incluindo Diretoria e Conselho Fiscal.

§ 4º - A Diretoria e o Conselho Fiscal reunir-se-ão de quinze (15) em (15) dias.

ARTIGO 10 - Compete ao Presidente:

- a - Representar a A.A. em juízo ou fora dele;
- b - Presidir as sessões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- c - Executar e fazer executar as decisões da Assembléia e da Diretoria.

ARTIGO 11º - Compete ao Vice-Presidente:

- a - Substituir o Presidente no caso de sua ausência, impedimento ou renúncia;
- b - Cooperar com o Presidente na execução das resoluções da Assembléia Geral e Diretoria.

ARTIGO 12º - Compete ao 1º e 2º Secretário:

- a - Convocar para Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária/da Associação Agrícola;
- b - Apresentação às reuniões e Assembléias das respectivas ATAS/anteriores;
- c - Encaminhar e executar as decisões e atividades programadas / pela A.A..

ARTIGO 13º - Compete ao 1º e 2º Tesoureiro:

- a - Zelar pelo patrimônio da entidade;
- b - Administrar a contabilidade da Entidade;
- c - Apresentar nas reuniões bimestrais com a Conselho Fiscal, Balanços, prestação de contas e as revisões orçamentárias;
- d - Compete também ao 1º Tesoureiro, juntamente com o Presidente, assinar cheques, abrir ou fechar contas bancárias, realizar empréstimos e outras operações financeiras em nome da Entidade.

ARTIGO 14º - A Diretoria reunir-se-a, em sessão ordinária, uma /

[Handwritten signature and date]
07/12/10 - 2454

(1) vez por mes, e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou, no caso de sua ausência, o Vice-Presidente. X

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 15º - O Conselho Fiscal compor-se-á de Doze (12) membros, eleitos junto com a Diretoria, e terá o mesmo tempo de mandato / referido no ARTIGO 10º, § 1º deste Estatuto.

ARTIGO 16º - Os assuntos não tratados na Assembléia precisam da aprovação do Conselho juntamente com a Diretoria.

ARTIGO 17º - Compete ao Conselho Fiscal:

- Fiscalizar a Contabilidade da Entidade;
- Dar pareceres a respeito de todas as questões levantadas pela Diretoria, Conselho Fiscal e Associados.

DO PATRIMÔNIO

ARTIGO 18º - O Patrimônio da A.A. se constituirá:

- a - De auxílios, legados, doações e subvenções de pessoas físicas ou entidades públicas e privadas;
- b - Empréstimo por tempo determinado;
- c - De contribuições e doações dos Associados;
- d - As rendas de qualquer espécie a ela atribuídas;

§ Único - As rendas da A.A. serão aplicadas integralmente para / os fins estabelecidos neste Estatuto.

ARTIGO 19º - A A.A. terá tempo de duração indeterminado. E poderá ser extinta em qualquer tempo por deliberação da maioria absoluta dos seus membros, em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

§ ÚNICO - Em caso de dissolução o Patrimônio social será doado a uma entidade de fins idênticos, condicionada esta doação à decisão e aprovação da maioria absoluta dos Associados em Assembléia Geral.

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 20º - Os membros da A.A. não poderão, digo, responderão / subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Entidade.

ARTIGO 21º - O presente Estatuto poderá ser reformado em todo ou em parte, pela Assembléia Geral, mediante proposta da Diretoria.

ARTIGO 22º - Os casos omissos e as dúvidas na interpretação deste Estatuto, serão resolvidos pela Diretoria da A.A., e, nas questões mais urgentes, pelo Presidente "ad referendum" da mesma / Diretoria.

ARTIGO 23º - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de hoje, Dez (10) de Fevereiro de Hum Mil Novecentos e Oitente e Dois (1982).

Sobradinho, BA, 10 de Fevereiro de 1 982.

[Handwritten signature]
07/05-18/02/3454

Jose Balbino de Souza

JOSE BALBINO DE SOUZA - Presidente

A N E X O N.º 2

PROPOSTA DE ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM

CAPÍTULO I - Da denominação, sede, duração e objeto.

Art. 1º - A Associação Agrícola São Joaquim, fundada em maio de 1982, com sede na vila São Joaquim-Sobradinho e foro na cidade de Juazeiro-BA, é uma entidade civil, por cota, de duração indeterminada e tem por objetivos:

- I - promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo;
- II - proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da vila São Joaquim-Sobradinho, através da integração de seus moradores;
- III - proporcionar aos seus sócios e dependentes, atividades econômicas através das áreas do Tatauí-I, Tatauí-II, Tatauí-III, Tatauí-IV e Tatauí-V;
- IV - proporcionar aos seus sócios e dependentes atividades culturais, desportivas e assistenciais, diretamente ou através de instituições.

Art. 2º - A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Conselho de Quadra.

- § 1º - O exercício de quaisquer das funções réqueridas para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado.
- § 2º - É vedado o exercício acumulativo de cargos, ressalvado a participação na Assembléia Geral.

CAPÍTULO II - Da Assembléia Geral

- Art. 3º - A Assembléia Geral é o órgão supremo da Associação, constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos.
- § 1º -- A Assembléia Geral reúne-se ordinária ou extraordinariamente, por convocação do Conselho Fiscal e pela Diretoria, ou mediante requerimento de um terço dos associados.
- § 2º - A convocação da Assembléia Geral é feita através de Edital, afixado na sede da Associação e publicada nos veículos de comunicação disponíveis na Comunidade, com antecedência de oito dias.
- § 3º - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se e delibera:
- I - em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados;
 - II - em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número.
- § 4º - A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se e delibera:
- I - em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos associados;
 - II - em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença da maioria absoluta dos associados.

Não havendo esse número mínimo da segunda convocação, será afixada nova data para realização da assem
bléia.

§ 5º - Preside a Assembléia Geral o Presidente da Diretoria da Associação.

§ 6º - A Assembléia Geral reunir-se-à, extraordinariamente, na segunda quinzena do mês de abril, de três em três anos para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, e extraor
dinariamente sempre que as necessidades da Comunidade e
xigirem.

§ 7º - Compete à Assembléia Geral:

I - reexaminar a gestão administrativa, financeira e eco
nômica da Associação;

II - aprovar as bases do orçamento do novo exercício;

III - eleger os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria;

IV - tratar de qualquer outro assunto relacionado com os interesses da Associação e seus associados, execu
tando-se aqueles afetos à Assembléia Geral Extraordi
nária.

§ 8º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

I - reformar o Estatuto da Associação;

II - aprovar o Regimento Interno da Associação;

III - modificar os objetivos da Associação;

IV - incorporar novos fundos ou modificar os já existen
tes;

V - promover a fusão da Associação ou sua incorporação a outra de igual finalidade, ou de grau superior, devi
damente constituída;

- VI - aprovar a admissão de novos associados;
- VII - resolver sobre reclamações dos associados contra a Diretoria;
- VIII - estabelecer cotas obrigatórias para fins determinados;
- IX - decidir sobre os demais assuntos que afetam o interesse da Associação.

CAPÍTULO III - Da Diretoria

- Art. 4º - A Diretoria é o órgão responsável pela direção e administração geral da Associação.
- Art. 5º - A Diretoria da Associação será constituída de 6 membros, um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário, um 1º Tesoureiro e um 2º Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleita.
- Art. 6º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana, por convocação do Presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele.
- Art. 7º - Compete à Diretoria da Associação:
 - I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outros regulamentos aprovados;
 - II - acolher quaisquer reclamações dos associados;
 - III - fixar o valor da contribuição social;
 - IV - executar plano de desenvolvimento da Associação;

- V - aprovar o quadro de pessoal administrativo da Associação;
- VI - exonerar, a pedido ou por motivo relevante, sócios do quadro social;
- VII - encaminhar até 20 de abril, para aprovação da Assembleia Geral, relatório anual das atividades desenvolvidas na Associação;
- VIII - interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos;
- IX - convocar a Assembleia Geral para aprovação ou reformulação do Regimento Interno e Regulamentos da Associação.

Art. 8º - Compete ao Presidente:

- I - representar a Associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - proteger o Patrimônio da Associação;
- III - alienar, mediante prévia anuência da Assembleia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a Associação;
- IV - realizar, mediante aprovação da Assembleia Geral, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- V - receber doações;
- VI - examinar e assinar, com o Tesoureiro, balancetes mensais e balanços;
- VII - movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Tesoureiro;
- VIII - assinar com o Secretário, a correspondência da Associação.

Art. 9º - Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente no caso de sua ausência, impedimento ou renúncia;
- II - cooperar com o Presidente na execução das resoluções da Assembléia Geral e Diretoria.

Art. 10 - Compete ao Secretário:

- I - organizar e dirigir todos os assuntos da Secretaria da Associação;
- II - apresentar às reuniões e Assembléia as respectivas Atas anteriores;
- III - encaminhar e executar as decisões e atividades programadas pela Associação.

Art. 11 - Compete ao Tesoureiro:

- I - responder pela guarda dos valores e títulos da Associação;
- II - assinar com o Presidente balancete mensal, balanços e contratos de empréstimo;
- III - movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Presidente.

CAPÍTULO IV - Do Conselho Fiscalç

Art. 12 - O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros titulares (efetivos) e por 3 (três) suplentes, todos sócios em pleno gozo de seus direitos, eleitos pela Assembléia Geral com um mandato de 3 (três) anos.

Art. 13 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar todo o movimento financeiro da Associação, quer de receita, quer de despesa;
- II - verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo utilizados;
- III - verificar se os extratos de contas bancárias coincidem com o registro a Associação;
- IV - examinar se a contabilidade se processa com a devida pontualidade;
- V - convocar a Assembléia Geral caso surjam motivos graves e urgentes;
- Vi - efetuar outras funções que determina a Assembléia Geral, compatíveis com o Estatuto e o Regimento interno da Associação.

CAPÍTULO V - Do Conselho de Quadra

Art. 14 - O Conselho de Quadra é composto de 12 (doze) representantes de quadra, todos sócios em pleno gozo de seus direitos, eleitos pelo voto dos sócios residentes na quadra.

§ 1º - O Conselho de Quadra elegerá, dentre seus representantes, um Secretário.

Art. 15 - O Conselho de Quadra reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana, por convocação do Secretário do Conselho.

Art. 16 - Compete ao Conselho de Quadra:

- I - propor à Diretoria planos e programas de ação;

- II - propor à Diretoria o valor da contribuição social;
- III - encaminhar à Diretoria proposta para admissão de novos sócios;
- IV - acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e atividades em desenvolvimento na Associação.

CAPÍTULO VI - Dos Sócios

Art. 17 - Serão sócios da Associação todos aqueles que atenderem os seguintes requisitos:

- I - manifestarem seu desejo de vincular-se à Associação, preenchendo a correspondente proposta de inscrição;
- II - tenham seu pedido de inscrição aprovado pela Assembléia Geral;
- III - pagarem a contribuição prevista no art. 18, alínea IV, a partir do mês da inscrição.

Art. 18 - São as seguintes as categorias de sócios:

- I - fundadores: os que se inscreveram no dia da fundação da Associação;
- II - efetivos: os que forem aceitos posteriormente.

CAPÍTULO VII - Os Direitos e Deveres dos Sócios

Art. 19 - Os sócios quites com a Tesouraria da Associação e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto, têm os seguintes direitos:

- I - votar e ser votado nas eleições para membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- II - usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação;
- III - recorrer de qualquer decisão da Diretoria;
- IV - participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação;
- V - oferecer sugestões;
- VI - requerer a convocação da Assembléia Geral em caráter extraordinário.

Art. 20 - Os sócios têm as seguintes obrigações:

- I - cumprir o Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as disposições da Associação;
- II - exercer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- III - colaborar com as iniciativas da Associação;
- IV - pagar a contribuição mensal fixada pela Diretoria até o último dia útil do mês de competência.

Art. 21 - O sócio que, de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto, do Regimento Interno ou normas e regulamentos da Associação fica sujeito às seguintes sanções, a critério da Diretoria:

- I - advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;
- II - suspensão de um a doze meses:
 - a. os reincidentes em infração punida com advertência;
 - b. os que estejam em atraso, há 1 ano ou mais, no pagamento de contribuições sociais:

III - Exclusão:

Os reincidente em infração punida com suspensão.

§ 1º - As punições previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria da Associação, delas cabendo recursos à Assembleia Geral.

§ 2º - A apresentação de recursos não terá efeito suspensivo.

§ 3º - A pena de suspensão não isenta o sócio de suas obrigações.

CAPÍTULO VIII - Das Eleições

Art. 22 - A eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, dar-se-á por votação direta e secreta.

Art. 23 - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

CAPÍTULO IX - Do Patrimônio

Art. 24 - Os recursos da Associação são constituídos de:

I - contribuições pagas pelos sócios;

II - doações e subvenções, públicas ou privadas;

III - produto resultante da venda de bens gerados pelo trabalho dos sócios;

IV - outras receitas.

Art. 25 - O patrimônio da Associação é constituído de valores e bens de qualquer natureza, recebidos ou por ela adquiridos.

Art. 26 - A Associação terá tempo de duração indeterminado.

§ 1º - Em caso de extinção da Associação, seu patrimônio será doado a entidade de idênticos fins e natureza, condicionada esta doação à decisão e aprovação de maioria absoluta dos sócios em Assembléia Geral.

CAPÍTULO X - Disposições Gerais

Art. 27 - O mandato dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal explicará no dia 1º de maio de três em três anos.

Art. 28 - o presente Estatuto poderá ser reformado em todo ou em parte, pela Assembléia Geral, mediante proposta da Diretoria.

Art. 29 - Os casos omissos e as dúvidas na interpretação deste Estatuto, serão resolvidos pela Diretoria da Associação, e, nas questões mais urgentes, pelo Presidente "da referendum" da mesma Diretoria.

Art. 30 - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de _____

Sobradinho-BA, _____ de _____ de 19_____

Discurso do Governador da Bahia, João Durval Carneiro, quando a sua visita ao Projeto Tatauí, em Sobradinho, dia 05/03/86.

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado aqui presentes. Saúdo a todos nas pessoas do Ministro Antonio Carlhos Magalhães e Roberto Santos, da Saúde.

Senhores Parlamentares - Senador Luiz Viana, Deputado Manoel No vaes - Legenda do São Francisco.

Excelentíssimo Senhor Governador do vizinho Estado de Pernambuco, Roberto Magalhães.

Excelentíssimo Prefeito de Juazeiro - Jorge Khoury, demais prefeitos aqui presentes, autoridades outras, Senhores e Senhoras.

Vossa Excelência Presidente José Sarney, retorna hoje ao Médio São Francisco, a mesma região onde anunciou pela primeira vez o Programa Governamental de Irrigação, de 1 milhão de hectares do Nordeste Brasileiro e volta a esta região agora prestigiar com sua presença a inauguração oficial do projeto que de modo objetivo os resultados positivos de novas políticas voltadas para o desenvolvimento e para a justiça social, o Projeto Tatauí.

Em verdade Senhor Presidente este Projeto não dispensa atenção pelo volume de recursos aqui aplicados, pela quantidade de pessoas beneficiadas ou pela diminsão de sua área irrigada. Ele assume relevância toda especial pelo significado que assum como exemplo, como modelo, diria até como símbolo de que estas provas políticas não foram traçadas para ficarem no papel, mas, estão sendo efetivamente emplementadas.

Excelentíssimo Senhor Presidente, pode ser feito com aplicação de recursos do FINSOCIAL, no sentido de gerar emprego e venda, ampliar a produção de alimentos, melhorar as condições de vida de nossas populações carentes. Exemplo também de que os recursos do Projeto Nordeste, do qual Tatauí se integra estão chegando aos pequenos produtores rurais da Bahia, sob a forma de realização e reais benefícios é modelo de trabalho comunitário em terras irri

gadas, modelo ainda de articulação entre ação governamental e a participação ativa e consciênte da comunidade e como exemplo e modelo, Tatauí não é o único. Estamos desenvolvendo projetos similares, aqui mesmo na região do Sobradinho, nas regiões de Ireçê, e do Paraguaçu de Santa Maria da Vitória. Nosso proposito é que projeto como esse se multiplique o máximo possível em todo nosso território, principalmente no sofrido semi-árido.

Esta Vila São Joaquim Senhor Presidente que deverá muito breve alcançar a sua merecida emancipação política e administrativa tornando-se o município de Sobradinho, surgiu de um típico assentamento barrageiro, ela começou a se forma em 1972, implantada pelos trabalhadores da própria região e conseqüentemente outros Estados nordestinos, que para cá vieram buscar serviços e salário nas obras da grande barragem e depois de concluído aqui permaneceram e se ficaram, no empenho de enfrentar e dá solução dos problemas sociais gerados pela construção da barragem e a formação de seu reservatório, criamos o Projeto Experimental de Desenvolvimento da Região do Lago Sobradinho, o seu objetivo no essencial é a busca de alternativas econômicas viáveis para as populações locais, para muitos a atividade pesqueira do próprio lago artificial, para outros seguramente a maioria, a criação de condições para o seu retorno no cultivo da terra, ao trabalho produtivo, na agropecuária. No âmbito mais amplo desse programa, o Projeto Tatauí, exemplo de trabalho articulado entre Governo do Estado e a comunidade, esta representada pela Associação Agrícola São Joaquim, o Governo dá apoio, garantia de posse da terra, crédito, orientação técnica, mas o trabalho de implantação do projeto foi realizado pelos seus próprios beneficiários, pelas comunidades de pequenos produtores. Hoje, aqui Senhor Presidente 650 famílias de pequenos produtores, trabalhadores rurais, assentados numa área de 3.600ha, cada família dispõe de propriedade individual de 5ha que cultiva independentemente, no perímetro irrigado de 300ha a exploração é comunitária.

Tatauí, já está produzindo milho, tomate, melão e melância e, produzirá também feijão, cebola, algodão e mamona, numa extensão de 800 ha de terras inadequadas para cultivo, desenvolve-se a capri

nocultura, aproveitando pastais estaturais com a produção de carne e leite, também se processando de forma coletiva além de fornecer esterco para adubação da área irrigada, estimulando a adubação natural. É bom frisar, sem agrotóxico e numa área mais restrita de 30ha com bastardes artificiais, realizar-se; o criatório do pequeno rebanho bovino que além de outros benefícios permite o emprego de tração animal nos tratos agrícolas. Assim Senhor Presidente, V. Excelência pode observar que aqui no Projeto Tatauí convergem dos grandes programas da Nova República, a irrigação e a reforma agrária. Aqui coexiste a produção individual e a comunitária e para os que hoje felizmente, uma minoria inexpressiva, ainda se alarma com conceito de produção comunitária, devo lembrar que nós não a inventamos, apenas estimulamos e apoiamos uma prática incorporada a tradição historicamente secular de nossa população sertaneja, a prática do trabalho comum, de mutirão, o criatório comunitário nos fundos de pastos do nordeste baiano e por fim aqui se afirma também a estreita articulação entre a ação governamental e a iniciativa e participação da comunidade, executada através do programa de apoio ao pequeno produtor rural integrante do Projeto Nordeste.

Senhor Presidente, desde o início da atual administração estabeleci como primerio e maior prioridade de meu governo o Projeto Especial de Combate a Sêca, realizado em caráter permanente, mediante ações e efeitos também permanentes. A esta altura já temos mais de 3 mil poços profundos perfurados perto de 2 (dois) mil sistemas simplificados de abastecimento d'água para pequenas localidades urbanas e rurais já construídos, sem falar na barragem pequena ou mesmo de médio porte, como é a de São José dos Punhais, este programa ganhará sem dúvida um reforço excepcional como projeto de irrigação do nordeste. De outro lado devo dizer que encaro a questão fundiária, que na Bahia se apresenta por especial gravidade, como questão, tão ou até mesmo mais grave que a própria sêca e por isso tenho declarado e aqui reafirmo perante V. Excelência o meu firme e demedido apoio ao plano nacional de reforma agrária do seu governo.

Os esforços empenhados se aproveitaram e neste potencial econômi-

co da Bahia de melhorar as condições de vida e trabalho e nosso povo tão castigado, principalmente no semi-árido, fizeram de nosso Estado um vasto canteiro de obra. Na programação dessa primeira Visita Presidencial à Bahia, V. Excia. poderia ter escolhido comparecer a inauguração de outros projetos de maior porte, mas a escolhido recaiu sobre Projeto Tatauí, questão pessoalmente encaro está preferência como um gesto altamente simbólico, como uma forma simples mais concreta de reiterar a opção pelo social, opção pelos pobres, a opção pelo Nordeste, proclamada por V. Excia; em histórico pronunciado à Nação, pois Tatauí é a melhor expressão, opção real e objetiva de como a Bahia vêm concretizando esta opção que também é nossa.

Muito obrigado a V. Excelência Senhor Presidente. -

Discurso proferido pelo Presidente da República, José Sarney, quando da sua visita ao Projeto Tatauí, em Sobradinho, dia 05/03/86.

Dr. João Durval, Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Roberto Magalhães, Senhores Ministros de Estado, Senhores Parlamentares, Deputados e Senadores, Senhor Prefeito de Juazeiro, Jorge Khoury, Senhor Prefeito de Petrolina, Augusto Coêlho, Senhor Presidente em Exercício do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, André Antonio Fialho, Senhor Presidente da Associação de Agricultores da Vila São Joaquim, José Balbino, Senhores Vereadores, Senhores Prefeitos de outras localidades, meus senhores e minhas senhoras, brasileiros do Médio São Francisco, brasileiros do Projeto Tatauí da Associação Agrícola São Joaquim.

Logo no início do meu governo, quando o destino me entregou esta tarefa gigantesca de governar o Brasil, eu vim a Petrolina e Juazeiro, para olhar o projeto de irrigação, mas eu disse naquela época eu vinha para me aconselhar com as águas do São Francisco, o rio que nasce perto de uma região muito rica, da região mais próspera do Brasil e homem podendo correr para uma região rica, para o Sul, para a riqueza, ele foi para o nordeste pobre.

São águas que largaram os ricos para se ganhar para as regiões pobres que era as que mais necessitavam e assim eu iria orientar o meu governo com as águas do São Francisco que elas caminhassem para os que mais precisam, para os que mais necessitam, para os mais abandonados, para aqueles que têm mais sede de justiça, há sem dúvida uma pergunta que deve estar em certas áreas dos que aqui está e certamente estará em área do Brasil, porque o Presidente num momento tão difícil do país de decisões tão importantes ele vai para um pequeno e grande projeto lá no Médio São Francisco. E a resposta é um pouco daquilo que disse o Governador João Durval, é um simbolo, eu quiz ir ao Projeto Tatauí para mostrar a vocação do governo de olhar pelos pobres e eu sei que aqui os pobres estão trabalhando, onde num difícil trabalho, projeto de irrigação.

Quiz também marcar que o Projeto de Irrigação de 1 (hum) milhão de hectare do nordeste deve ser direcionado para que ele possa aproveitar ao máximo os recursos que tiver para democratizar os seus

resultados, isto significa, que ele deve marchar para os pequenos projetos destinados aos que mais necessitam nessa região do nordeste.

Este Projeto eu conheço, eu estudei, e impressionado com seus resultados e achando que ele foi um exemplo, marcamos visitá-lo para que ele seja não somente reconhecido como um projeto bem orientado, como também que possa ser um projeto didático a ser seguido nos nossos planos de irrigação.

Chamamos o Ministro de Irrigação e ele veio comigo, para verificar ao lado de um projeto sofisticado um projeto simples e ao mesmo tempo colocar o Ministério de Irrigação numa obra de apoio a projeto dessa natureza capaz de melhor assistir do lavrador que aqui trabalha, que ele possa melhorar a sua produtividade usar tecnologias melhores e ter um maior aproveitamento do seu trabalho.

Como nordestino tenho o dever de olhar prioritariamente por essa região porque conheço as suas dificuldades.

A SUDENE quando assumiu o governo tinha um orçamento de 2 trilhões e 600 milhões do falecido cruzeiro velho, hoje ela dispõe de um orçamento de 34 bilhões de cruzeiros que é a moeda do novo Brasil, de nova mentalidade do trabalho. E ontem dizia ao Superintendente da SUDENE nas diretrizes que ele dava, que ele devia encaminhar o seu trabalho para democratizar a aplicação desses recursos de modo a que eles pudessem atender a maior parte possível da população do nordeste, isto significa os menores e médios para que são aqueles' que foram os mais desassistidos nessa área. Isto não significa abandonar grandes projetos, todos nós somos brasileiros, todos que estão trabalhando devem ser ajudados e pelo governo, mas significa que a prioridade pelo social do governo, ela é uma determinação de uma obstinação.

As reivindicações aqui feitas pelo Presidente da Associação São Joaquim foram ouvidas pelo Governo da Bahia e contará com a ajuda' do Governo Federal de modo a poder solucioná-lo.

Quero por fim dizer aos que aqui trabalham, que o Governo da República, não digo que pela primeira vez, mas que pelo menos na minha vida de político não tinha visto ainda, ter ouvido bem aberto e

uma sensibilidade tão assentada, pelo social e pelos que mais necessitam e o Presidente da República desde do princípio de seu governo têm enfatizado não só através de palavras, mas de gestos que essa é uma prioridade, mas vai para ação. É um governo que têm ouvidos para ouvir as reivindicações dos pobres como as aqui ouvi do Presidente da Associação Agrícola São Joaquim.

Reforma Agrária, quando assumi o governo, nós tínhamos um Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. Logo nos primeiros dias também transformamos este Ministério, Ministerio definitivo chamado Ministerio da Reforma Agrária e a meu estilo não quis ladear a questão colocando o nome do Ministerio só do Desenvolvimento Agrário ou outro nome que pudesse disfarçar aquilo que iria fazer. Disse ao Ministro então Nelson Ribeiro: - vamos colocar nome de Ministerio da Reforma Agrária, para que o país saiba e vamos fazer a reforma agrária, pacífica, ordeira, justa, mas, que será feita.

Da mesma maneira no fim da semana que passou tomando decisão que me parecem decisões ditadas, que são decisões ditadas pela minha consciência, eu tive oportunidade de dizer que tomava essas decisões porque tinha o exemplo da coragem do povo. Tomei a decisão de reforma agrária, porque tinha a decisão de coragem do povo, da justiça da decisão que tomava e tomei agora a decisão de acabar com a inflação e liquidar com a correção monetária e com a especulação porque tinha na minha coragem, a coragem do povo, porque sabia e sei que o Brasil não podia continuar com a mentalidade de especulação, porque ia continuar machando para a miséria para um país que envergonhava todos nós. O Brasil tinha que caminhar para a mentalidade do trabalho, para a mentalidade de um progresso que começa dentro de cada um de nós, para uma mentalidade de responsabilidade e essa mentalidade que nós vamos criar e que vai ser e esta começando se criar no Brasil. O Povo do Brasil inteiro, sabendo que ele é fiscal do Presidente e que o Presidente é o Povo e o Povo o Presidente.

Não é a coragem de um governante que só é válida. Quando ela é coragem respaldada pelo povo, pelas justas reivindicações do povo, quando não têm este respaldo não é coragem é gravata ou esquena de ação, mas, quando é coragem como é essa coragem nossa, nossa e do

povo, não têm recuo, não têm volta atrás só têm caminho e determinação que vão ser feitas.

Nada, nada portanto, fará hoje o Brasil inteiro, nessa demonstra-
extraordinária de unidade que ele se encontra dessa conjunção de
vontade desse novo governo...

DISCURSO DO PREFEITO JORGE KHOURY NO DIA 05.03.86, NO PROJETO TATAUÍ
EM SOBRADINHO - EM SAUDAÇÃO AO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY E COMITIVA.

Exm^o Senhor Presidente da República do Brasil - Doutor José Sarney. DD.1^a Dama de nosso País - D.Marly Sarney.Exm^o Senhor Governador do nosso Estado - Doutor João Durval Carneiro e sua Exm^a Sr^a - Dr^a Ieda Carneiro. Exm^o Sr^o Governador do Estado do Pernambuco - Doutor Roberto Magalhães e sua digníssima esposa. Senhores Ministros aqui presentes - saúdo a todos saudando o Ministro Antonio Carlos Magalhães e o Ministro Roberto Santos. Senhores deputados federais. Saúdo a todos, saudando o representante deste município na Câmara Federal, o deputado Etelvir Dantas. Senhores Secretários de Estado aqui presentes. Senhores deputados estaduais, prefeitos, vereadores - meu caro amigo e responsável maior por esta festa, camponês e lutador à frente deste povo - José Balbino - Presidente da Associação Agrícola São Joaquim.

Saúdo também o nosso eminente representante da Bahia no Senado Federal - senador Luiz Viana Filho.

Meus amigos, a honra de receber pela vez segunda, o Presidente José Sarney no município de Juazeiro, se confunde com a alegria da certeza de ter trilhado o caminho certo, quando apoiamos incondicionalmente, sob a liderança do Governador João Durval, a Aliança Democrática, para restaurar a democracia em nosso País.

Presidente, isto aqui que o Senhor está vendo, são as mudanças que o Governador João Durval já vem realizando em nosso Estado desde o início do seu trabalho. Para aqui vieram os técnicos do governo para aprovar os projetos, para o poder, juntos com esse bravo povo, junto com esses camponeses, construir esta obra. Obra do governo e do povo, mostrando que quando o povo está organizado, ele é capaz de administrar os seus negócios tão bem quanto o governo se capacita para realizar. Por isso governador, eu não tenho dúvidas de que da mesma forma que V.Exa. não faltou com esse povo, esse povo não vai faltar com V.Exa.

A personalidade do Governador João Durval, me permita Presidente, sintetizar e recordar o agradecimento que foi feito pelo saudoso Presidente Tancredo de Almeida Neves, no dia 14 de janeiro de 1985, vésperas das eleições do Colégio Eleitoral e naquela oportunidade, dizia o Presidente Tancredo Neves: - "Durval, obrigado pelo seu apoio firme, amigo e discreto".

É esse Presidente, o nosso Governador. Governador que precisará contar com o apoio de V.Exa. para que nós possamos realizar mais ainda,

as mudanças que a Bahia precisa.

D.Marly, a honra de tê-la entre nós, ultrapassa a sua função de Presidente do Conselho de Administração da LBA e chega a fibra da mulher maranhense, encarnada na figura da 1ª dama do meu País. E já disse: - "que atrás de todo grande homem, existe uma grande mulher" - e o caso aqui se repete. Sei quanto é sacrificada a família de um político. Sei que o chefe da família, quantas horas passa fora de seu lar, mas a senhora teve a fibra de educar o seu filho e transformá-los em homens dignos dessa Nação. Mas, mais do que isso, essa paz e serenidade do seu lar é quem revigora as energias do Presidente Sarney para o embate da luta do dia a dia da sua vida política.

D.Marly, as mudanças aqui também, na área social, já começaram, e a Senhora viu Drª Yeda com o seu plano grandioso de assistência social na Capital do nosso Estado e todo o interior. Neste município, não havia uma só criança que tivesse uma assistência do poder municipal, e hoje são mais de mil crianças assistidas pelo poder público, com o apoio de D.Yeda; esta mulher que vem revolucionando a área social do nosso Estado. E, nesse momento, a primeira dama do nosso município, representando a mulher e a mãe juazeirense, vai lhe ofertar um ramalhete de flores, que representa, não apenas o sorriso das crianças de Juazeiro, mas sobretudo a esperança das crianças da minha terra, no seu futuro, porque têm no Presidente Sarney a certeza de um Brasil melhor.

Meu caro Presidente, tenho que finalizar e aqui neste instante lhe falo como municipalista de primeira hora, como Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que muito me honra, para lhe dizer que o restabelecimento da Plenitude Democrática deste País, passa necessariamente pelo restabelecimento da Autonomia Municipal. Tenho certeza de que com as medidas que V.Exa. vem traçando, nós teremos a municipalização das atividades ministeriais, atingindo os nossos municípios e que os compromissos da Aliança Democrática, serão cumpridos com a efetiva instalação da nova estrutura tributária neste País, como a Assembléia Nacional Constituinte. Como nordestino, Presidente, eu recordo pela história, que D.Pedro II disse que daria sua coroa para acabar a pobreza do nordeste. D. Pedro II, não deu a sua coroa, e nem tampouco acabou a pobreza do nordeste.

V.Exa. disse que daria prioridade ao nordeste, e V.Exa. colocou como sua meta, hum milhão de hectares irrigados no nordeste e criou o Ministério da Irrigação. Nós não haveremos jamais de esquecer. E o destino é tão pródigo com V.Exa. que fez com que aqui estivesse presente, este grande general do São Francisco, o deputado Manoel Movaes, pela 12ª

vez ocupando uma cadeira no congresso nacional e a predestinação do Sr. Presidente é tanta, que vem dar este presente na vespêra do aniversário deste grande político. Este homem que criou a Comissão do Vale do São Francisco e que na constituinte de 46, colocou recursos no orçamento, destinados exclusivamente para o São Francisco.

Este homem que valorizou a Chesf e que trouxe o milagre da energia para o nosso nordeste. Esse homem que construiu as grandes estradas desta região. Este homem, por certo, deve está regozigado nesta hora, porque está vendo que a sua luta não foi em vão. Porque surgiu um Presidente Nordestino e que realmente atendeu as ansiedades de sua juventude. Mas tenho certeza de que ele continua jovem e continuará ao seu lado, lutando pela grandeza desse País, agora e para sempre e enquanto vida ele tiver.

Como juazeirense, Presidente Sarney, agradeço mais do que nunca a sua presença aqui em nosso meio. A emoção de que me sinto tomado é porque sinto que na verdade, V.Exa. está dirigindo o País, para onde o povo quer que ele seja dirigido.

Presidente, e neste instante, em nome do povo da minha terra, em nome dos camponeses que aqui se encontram, eu peço o apoio do Governador João Durval, para solicitar do nosso querido Ministro Vicente Fialho, que será o grande instrumento dessa arrancada do nordeste, que denomine daqui para frente o Projeto Salitre, que consolidará com sua implantação a gricultura irrigada em nosso município e em toda a região de Projeto PRESIDENTE SARNEY.

Muito Obrigado.

RELAÇÕES DE ASSOCIAÇÕES EXISTENTES NA BORDA DO LAGO

MUNICÍPIOS:

A S S O C I A Ç Õ E S

Xique-Xique:	Associação dos Trabalhadores da Vila Santo Andre Associação dos Trabalhadores de Rumo Associação dos Trabalhadores de Marrecas
Sento-Sê:	Associação dos Moradores do Povoado de Quixaba Associação da Comunidade de Brejo de Dentro Associação dos Pescadores e Agric. de Piri Associação dos Moradores de Aldeia Associação dos Moradores de Pascoal/Limoeiro Associação dos Moradores de Andorinhas Associação dos Pescadores de Retiro de Baixo Associação dos Moradores de Itapera Associação dos Trabalhadores de Retiro de Cima Associação dos Moradores de Volta da Serra Associação dos Moradores de Cajuí Associação dos Moradores de Ponta D'Água Associação dos Moradores de Brejo de Fora Associação dos Moradores de Piçarrão Associação dos Moradores de Riacho dos Paes
Remanso:	Associação dos Moradores de Malhadinha Associação dos Moradores de Iguarapé Associação dos Moradores de Marco Associação dos Moradores de L.Grande e C. Meio
Sobradinho:	Associação Novo São Gonçalo Associação dos Trabalhadores da V.S. Joaquim Associação dos Agric. de S.Gonçalo da Serra Associação Agrícola São Joaquim Associação dos Agric. e Pescadores de Algodões Associação do Alagadiço Associação São Bartolomeu Associação dos Moradores de São Sebastião

ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM

PROJETO TATAUÍ - UMA CONQUISTA DO POVO

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE

Exm^o Sr. Presidente da República do Brasil

Dr. JOSÉ SARNEY

O PROJETO TATAUÍ é parte integrante da história da ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM. Sua origem se relaciona com a barragem Sobradinho, que para ser construída foi necessário desocupar uma área de mais de 4.000 km², incluindo vilas e distritos ribeirinhos, além das sedes dos municípios de Pilão Arcado, Sento Sé, Remanso e Casa Nova.

Este processo de desocupação atingiu um total de mais de 12.000 famílias, ou seja, cerca de 70.000 pessoas das quais mais de 70% eram fixadas na zona rural.

Com o fim das obras, somou-se a toda essa população desapropriada um enorme contingente de trabalhadores que na sua maior parte vieram de outros Estados nordestinos em busca de emprego na barragem.

Como consequência das mudanças operadas neste processo, surgiu a Vila São Joaquim. A sua população, que nos primeiros anos era de menos de 6.000 passou em 1979 para quase 19.000 habitantes.

Com o término das obras, esta população viu-se sem alternativas de sobrevivência, visto que, Sobradinho e a região adjacente não possuíam mercado de trabalho que absorvesse a mão-de-obra que tornou-se ociosa.

Numa pesquisa feita pela CAR em 1980 sobre a situação de emprego dos chefes de famílias da Vila São Joaquim, evidenciou-se o seguinte: um terço trabalhava em locais fora do acampamento Sobradinho, denotando a dificuldade de emprego na Vila; 21% eram desempregados; 9% apenas se dedicavam à agricultura; os demais, eram biscateiros, operários, aposentados, pescadores.

O resultado dessa situação de desemprego e sub-emprego se refletiu diretamente no nível de vida dessas famílias.

Dados levantados pelo PROJETO SOBRADINHO em 1982, juntamente com a FUNDAÇÃO SESP, SUCAM, demonstraram que os municípios do Largo Sobradinho, mostram focos elevados de casos de doenças infecto-contagiosa, desidratação, desnutrição, anemias, doenças pestilentas (lepra, peste bubônica e outras), malária, esquistossomose e doenças de chagas, que são enfermidades típicas da miséria e de regiões com precárias condições de vida.

Achamos, Sr. Presidente, que não se pode pensar em desenvolvimento quando a maioria do povo vive desempregada, é analfabeta, passa fome e é doente.

Assim, foi pensando nessa nossa gente sofrida, carente e desassistida, que nos organizamos para lutar. Inicialmente conseguimos junto à Prefeitura de Juazeiro, alguns trabalhos de limpeza de ruas, posteriormente, entramos nas frentes de emergência. Porém, o que nos interessava era lutar por uma solução definitiva: a permanência na terra, única forma de garantir a nossa sobrevivência e melhores condições de vida.

Portanto, no dia 26 de julho de 1981, fizemos uma grande concentração e decidimos fazer um abaixo-assinado para solicitar das autoridades do Estado: terra e condições para plantar.

O PROJETO TATAUÍ, portanto, é a síntese da nossa luta na ASSOCIAÇÃO. Atualmente somos 550 sócios, que somados às nossas famílias abrangem mais ou menos 4.000 pessoas.

Queremos com o PROJETO TATAUÍ, produzir, para melhorar as nossas condições de alimentação, consumo, bem estar e gerar emprego para os moradores da Vila São Joaquim.

Queremos desenvolver um trabalho comunitário de caráter produtivo que seja viável técnico e economicamente.

Queremos nos capacitar para aplicar tecnologias que permitam produzir produtos agrícolas de qualidade ao alcance do consumo popular.

Queremos aumentar as nossas áreas produtivas, mediante pequenas e grandes obras de irrigação, como o "Projeto Esperança do Camponês", da Serra da Batateira, criar o distrito agroindustrial de Sobradinho, combater os problemas da comercialização e desenvolver obras sociais.

Para atingir estes objetivos, já apresentamos cerca de 20 (vinte) projetos aos organismos do Governo, os quais triplicarão o número de empregos na ASSOCIAÇÃO e em outras comunidades, especialmente, para os jovens; melhorarão as condições de vida dos 14.000 habitantes da Vila São Joaquim e das comunidades vizinhas da área rural.

Com a organização, a terra, a irrigação, assistência técnica e o crédito agrícola, conseguimos em menos de um ano, produzir feijão, melancia, melão, milho e tomate, acima de qualquer expectativa nas épocas mais difíceis do ano, criamos 512 empregos e a base do patrimônio líquido por emprego foi inferior a 900 dólares. Um estudo da EMBRAPA/CPATSA sobre as 8.000 maiores empresas do país deu uma base de 34.000 dólares de patrimônio líquido por pessoa empregada, ou seja, Senhor Presidente, empregar gente em TATAUÍ é 34

vezes mais barato que nas grandes cidades, sem considerar os custos das metrópolis em metrô, transporte, policiamento, estádios, educação, etc.

É claro que essa primeira experiência não foi sem dificuldades, principalmente na hora de colocar os nossos produtos no mercado, porém o maior problema que nos angustia é perceber que, apesar dos esforços que temos feito, este projeto atinge apenas 10% da população da nossa Vila. E quanto aos 90% da população restante, Sr. Presidente, o que fazer?

Temos a consciência de que não se trata de uma questão simples de resolver, mas queremos deixar claro que a depender do apoio que tivermos, estamos dispostos a enfrentar esses problemas com muita firmeza.

Com o PROJETO TATAUÍ deu-se a partida. A terra já comprovou que dá; os ex-barrageiros já demonstraram que são agricultores.

Estamos trabalhando com instituições determinadas a apoiar os camponeses, como a Secretaria do Planejamento, principalmente o Diretor da CAR; o Gerente do Projeto Sobradinho; os diretores do BNDES e a Presidência e Chefia Regional da EMBRAPA. É com esses homens que construiremos o Novo Nordeste, é com eles que estamos trabalhando e é com eles que queremos prosseguir.

Senhor Presidente, o Sr. quer mudar o Nordeste, quer irrigar o Nordeste, nós, os camponeses do Nordeste, queremos o mesmo, mas queremos que os benefícios da irrigação gerem prosperidade para nossas famílias, não queremos que os recursos da pátria para irrigar milhões de hectares fique concentrado em poucas mãos como sempre ocorreu no Nordeste.

- Queremos Reforma Agrária e
- Apoio às organizações camponesas.

Pedimos seu apoio e sua confiança nos camponeses do Nordeste.

Sobradinho (BA), 05 de março de 1986.

ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO JOAQUIM

LISTA DE PROJETOS PARA DESENVOLVER A VILA SÃO
JOAQUIM E COMUNIDADES DA ÁREA RURAL

1. Projeto de Irrigação Esperança dos Camponeses.
2. Projeto Produção de Produtos a partir de ervas medicinais.
3. Projeto experimental de captação e armazenamento de água de chuva para produção de feijão e milho em 200 hectares.
4. Racionalização da bacia do ribeirão Cacimba da Pedra e outros cursos d'água, experimentação de culturas em vazantes.
5. Intensificação da produção de caprinos para carne (1.000 hectares).
6. Implantação de uma empresa de produção de leite de vaca para 40 vacas.
7. Implantação de uma empresa de produção de leite de cabra para 200 cabras.
8. Projeto experimental de desenvolvimento de forragens com espécies nativas.
9. Abatedouro de caprinos, planta de defumação de peixes e carnes.
10. Projeto experimental de desenvolvimento de câmaras para comercialização empacotado.
11. Projeto de desenvolvimento de pequena planta experimental para produzir queijo de cabra e vaca, leite fluido para a Vila São Joaquim.
12. Projeto de desenvolvimento de pequena planta experimental para fabricação de farinha de milho (fubá).
13. Projeto de desenvolvimento de pequena planta experimental para a fabricação de farinha de mandioca.
14. Projeto de desenvolvimento de pequena planta experimental para a fabricação de extrato de tomate, doce de frutos e conservas em geral.
15. Projeto de desenvolvimento de pequena planta experimental para a fabricação de compostos.

16. Projeto de desenvolvimento de pequena planta experimental para a fabricação de pequenas máquinas e ferramentas para serem usadas na agricultura.
17. Projeto de desenvolvimento de pequena planta experimental para a fabricação de cascas pré-fabricadas.
18. Projeto de desenvolvimento de um centro de capacitação de crianças, jovens e adultos.
19. Projeto de desenvolvimento de um centro para alfabetização de adultos e crianças.
20. Projeto de desenvolvimento de construção da CASA DA CRIANÇA.
21. Projeto de desenvolvimento de pequena planta experimental para a construção de casa para idosos.
22. Projeto de desenvolvimento para a construção de um posto de saúde do complexo Tatauí I.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso

FUNDADO EM 06 DE MARÇO DE 1971

Insc. CGC 13.692.306/0001

Quadra 4 - REMANSO - BAHIA

Sr. Presidente:

Nós trabalhadores rurais de Remanso, filhos natos da região do S. Francisco, sempre vivemos em perfeita harmonia com a natureza. Antes da chegada da Barragem de Sobradinho, da invasão do chamado Progresso, nós tínhamos terras férteis, plantávamos em ilhas e sempre possuíamos nossa canoa como transporte e locomoção.

As condições de vida dos agricultores na região se encontrava em comparação com a atual, em nível elevado. O rio, as suas terras, ilhas e a profunda relação entre o homem e a natureza, garantiam a sobrevivência, a alimentação, a abundância na mesa de todos os trabalhadores da região. O Homem navegava, o transporte entre as cidades ribeirinhas era garantido; hoje isso tudo desapareceu.

A construção do maior lago artificial do mundo, para geração de progresso em forma de energia elétrica, nos pegou de surpresa, não fomos consultados e ele em nada nos beneficiava. Com a sua concretização a nossa vida se transformou, pois perdemos tudo quanto possuíamos.

A indenização foi injusta; na distribuição das terras, o critério desconhecemos, pois na borda do lago, elas, ou seja, grande parte delas está nas mãos dos latifundiários, sem produzir. A nós agricultores, que produzimos, e garantimos o alimento nas cidades, nos foi tomado tudo: O rio, as terras, as ilhas e a nossa história cultural. O que nos sobrou? -terras de sequeiro sem condições de sobrevivência, sem assistência, na qual até hoje a adaptação é algo difícil.

A política na nossa região funciona nas bases do Clientelismo e favoritismos; os reais direitos dos trabalhadores lhe são negados a todos os degraus da Administração Governamental. Não

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso

FUNDADO EM 06 DE MARÇO DE 1971

Insc. CGC 13.692.306/0001

Quadra 4 - REMANSO - BAHIA

temos escolas adequadas, estradas, saúde e muito menos condições de produção.

Por isso entendemos que a cada dia que passa o governo cresce a dívida histórica que tem com os trabalhadores da região. Entendemos também que está na hora desta situação mudar, o povo está cansado, mas está unido, consciente de que a vida precisa melhorar.

O movimento sindical na nossa região muito tem contribuído com a nossa luta, nós trabalhadores rurais sindicalizados vimos firmes e conscientes exigir do governo federal para a nossa região massacrada e sofrida providências como:

Imediata viabilização da proposta de REFORMA AGRÁRIA, com a justa redistribuição de terras aos pequenos agricultores da região, com plenas condições de sobrevivência ao homem do campo.

Que os projetos oficiais do governo, como os de Irrigação cheguem a nossa região para atender aos pequenos produtores rurais.

Reorientação da política agrícola do país, para que ela seja voltada aos interesses dos pequenos agricultores, à produção de alimentos, ao abastecimento do mercado interno, assegurando crédito, seguro agrícola, juros baixos, preços justos, assistência técnica, garantias de comercialização, etc.

Concluimos que sem o atendimento das nossas justas reivindicações, não será possível o tão sonhado crescimento econômico do nosso país.

CONSTITUINTE LIVRE E SOBERANA!

Remanso, 5 de março de 1986.

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

A população de Sobradinho que atualmente é de quase 20.000 habitantes, vem através desta CARTA ABERTA apresentar seus problemas e pedir vosso apoio para as soluções, que se fazem necessárias conforme frases apresentadas pelas diferentes associações locais:

A LIMPEZA DE NOSSAS RUAS VAI CONTINUAR ?

(Associação Agrícola S. Joaquim)

ESTAMOS ESPERANDO O LEITE E OS LIVROS PROMETIDOS PELO PRESIDENTE

(Associação dos Moradores S. Francisco)

PEIXE E ÁGUA NÃO É PROBLEMA. MATERIAL PARA PESCAR SIM.

(Colônia de pescadores de Sobradinho)

ADIANTA PLANTAR PARA O ATRAVESSADOR COMER? APOIO A COMERCIALIZAÇÃO)

(ACOPLACE)

QUE O PROJETO NORTESTE VENHA PARA O CAMPO.

Associação do Alacadiço)

EDUCAÇÃO É A BASE. ESCOLA TÉCNICA PARA SOBRADINHO É UMA SOLUÇÃO.

(Associação dos Estudantes)

AQUI A LEI É A DO GATILHO. SEGURANÇA SÓ COM CHEGADA DE AUTORIDADES

(Associação da Lagoa Grande)

IRRIGAÇÃO NÃO BASTA. QUEREMOS NOSSA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO.

(ACOPLACE)

SEM ESTRADAS NÃO PODEMOS RETIRAR NOSSA PRODUÇÃO.

(Associação de Correnteza)

PROJETOS PEQUENOS É PROJETO DO POVO. IRRIGAÇÃO CHAPADINHA E ALACADIÇO

(Associação da Chapadilha e Alacadiço)

SEGURANÇA SE FAZ COM RONDA POLICIAL E JUSTIÇA, MAS ESTÁ NOS FALTANDO.

(Associação da Lagoa Grande)

PRECISAMOS GARANTIR O AMANHÃ. FISCALIZAÇÃO PARA A PESCA.

(Colônia de Pescadores de Sobradinho)

QUEREMOS LIBERDADE. NOSSA EMANCIPAÇÃO É A SOLUÇÃO.

(Associação dos moradores da S. Francisco)

TERRA E ÁGUA SÃO RIQUEZAS. A POBREZA ESTÁ NOS METOS FINANCEIROS.

(Associação de Algodões)

MELHOR EDUCAÇÃO PARA SOBRADINHO.

(Associação Agrícola S. Joaquim)

Parabéns pelo novo pacote ECONÔMICO. Acreditamos firmemente no nosso presidente.

OBRIGADO !

Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola

rua São Francisco, Bloco E-6 Sala 12 - Sobradinho - Juazeiro Bahia

COPLACE

DA : Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola - ACOPLACE
AO : Diretor Presidente da CAR/SEPLANTEC

ASSUNTO : Apresenta Proposta para Comercialização pelo Projeto Nordeste.

Sr: Presidente.

Face as grandes necessidades existentes pelo baixo poder aquisitivo dos pequenos Rocios desta Região, e na busca de uma solução que venha atender os anseios de todos aqueles que produzem alimentos para consumo humano, surge como alternativa de um trabalho de base, a conquista por uma Central de Comercialização e Beneficiamento da Produção em Sobradinho.

Com o advento do tão esperado Projeto Nordeste, esta Associação vem através de seus associados solicitar de V.Sa., todo apoio necessário para que esta conceituada Companhia venha encampar esta nobre e necessária iniciativa.

Para tanto estamos apresentando nossas pretensões afim de que junto com sua equipe venha se concretizar este nosso objetivo.

COPLACE

PROJETO DE COMERCIALIZAÇÃO
CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO
DE SOBRADINHO

I. INTRODUÇÃO

Craças ao esforço e dedicação de mais de uma centena de pequenos Roceiros, estabelecidos na Região de Sobradinho, área de abrangência das ações de um dos projetos da CAR/SEPLANTEC, hoje vem se reafirmando como comprovada experiência em termo de organização voltada exclusivamente a um sistema de comercialização centralizada a Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola - também denominada de ACCOPLACE.

Fundada em 20 de dezembro do ano passado, esta Associação tem apresentado um crescimento altamente significativo em termo de adoção de novos associados na participação e ingresso em seu quadro.

Atualmente já ultrapassa de 100 o número de sócios desta entidade sendo crescente em cada semana este número. Isto demonstra a grande necessidade de uma estrutura de apoio a comercialização ainda não detectada pelos grandes projetos executados nesta região.

São mais de 20 associações já criadas através dos trabalhos realizados pelo Projeto Sobradinho, porém todos voltados apenas a produção de alimentos, culminado todo este esforço a beneficiar cada vez mais a cadeia de intermediação do sistema de comercialização existente. Necessário se faz dizer que a expressão do produtor ao consumidor não ocorre de um momento para outro pois os intermediários já existem de longas décadas, e para se chegar até o estágio atual é imprescindível a passagem por várias etapas. Grande tem sido a frustração de algumas organizações de produção que levados pela euforia de suas altas produtividades desconhece os princípios básicos desta ciência, que é a atividade da comercialização; cujos segredos são tão profundos onde técnicas existentes tal qual são necessárias ao preparo de solo, tratos culturais e plantio, cujas teorias só encontram bons resultados quando associadas a uma prática exercida ao

COPLACE

longo dos tempos.

A ACOPLACE tem praticado esta experiência e através de seu sistema semanal de varejo tem obtido ótimos ensinamentos a começar pela competição de preços, qualidade e diversificação dos produtos, tipos e tamanhos de embalagens e volume máximo de oferta a nível de varejo local.

Buscando atingir seu segundo passo, que é o sistema de atacado, a estrutura atual se recente de condição financeira para beneficiamento, classificação e estocagem de produção de seus associados, fatores estes imprescindíveis para o funcionamento deste sistema.

Para tanto esta associação já dispõe da área necessária, um terreno de 5.000 m² bem localizado, servido por acesso de pavimentação, água, luz, rede de telefone e telex e todo um projeto arquitetônico já elaborado inclusive com memorial descritivo do custo da obra.

Assim sendo esperamos contar com o devido apoio Governamental para que esta etapa seja realizada afim de oferecermos aos produtores, ora engajados nesta luta, uma melhor condição pelo reconhecimento e valorização do seu trabalho, frutos de sua participação na oferta de alimentos em nossa região.

2. SITUAÇÃO ANTERIOR

No setor agrícola destaca-se a dificuldade de sobrevivência do trabalhador como produtor autônomo, sobretudo os relativos aos problemas da terra, ausência de recursos para o custeio agrícola, apoio a comercialização e outro, acentuando-se a cada dia na perda dos meios necessários a sua manutenção, obrigando-os a vender sua força de trabalho.

Vivendo humildemente numa economia essencialmente de subsistência com fracas relações com o mercado (ou seja entregando ao intermediário

COPLACE

rio um modesto "excedente" de sua produção que serve apenas para comprar os artigos de primeira necessidade que não pode produzir).

Por outro lado a maneira de manter uma vida isolada, sem um trabalho até então de organização que buscasse a integração da classe na participação das decisões nas demandas de seus problemas traz como agravante o quadro de tensões na vida destes pequenos Rociros.

Com uma família numerosa, morando em casebre de taípa num terreno pouco mais de 5 ha, 60% dispõe de um moto-bomba, movido a óleo diesel com uma tubulação de canos de 4 polegadas que não chega a 300 metros, vive estes pequenos colônos no plantio de milho, feijão de corda, macacheira, batata e algumas fruteiras como mamão, manga e limão, esperando anualmente a cultura da cebola cujo sorho é conseguir algumas economias, caso haja frustração de safras na região do sul do país.

3. SITUAÇÃO ATUAL

Com advento de ter seu próprio espaço para venda de seus produtos deu-se início a uma pequena organização destes produtores objetivando somar todos os esforços afim de evitar a humilhação e falta de pagamento por intermediários inescrupulosos, assim como obter um melhor poder de barganha pela oferta de um maior volume de produtos o que conseqüentemente torna-se mais vantajoso ao atual sistema de mercado.

Um outro ponto de fundamental importância é a pequena infraestrutura necessária ao pequeno produtor, como local de negociação, balança, sacaria, compra de produtos agrícolas em conjunto e frete rotundo, além de informação de mercado bastante atualizada.

Como local sede de negócio foi conseguido através da CHESF um pequeno alojamento onde se instalou nosso escritório cujo aluguel vem sendo pago com um pequeno percentual retido da comercialização.

ACOPLACE

Estando totalmente regularizada em termo oficiais hoje a ACOPLACE possui um sistema de varejão, com feiras semanais onde já se encontram expostas a vendas, isto é, em escala ainda muito pequena, cerca de 50 variedades de produtos hortifrutigranjeiros.

Estas feiras funcionam na Vila São Francisco, em barracas padronizadas cujo "Lay Out" tem recebido muitos elogios por parte da população que as utiliza.

É mantido semanalmente uma tabela de preços cujos valores sempre são mais baixos que qualquer outro mercado da região.

Os recursos iniciais para compra destas barracas vieram através de pequenos empréstimos dos próprios associados, onde mais tarde para sua ampliação recebeu expressiva ajuda deste projeto com o qual mantém um convênio.

Além do mais foram adquiridos através de repasse da Cooperativa Agrícola de Afrânio em Petrolina mais de 10 milhões em sementes de hortaliças hoje totalmente pagas.

Atualmente a ACOPLACE dispõe de um pequeno estoque de sementes, adubos além de um pequeno depósito em caixa, cujo valor é de Cr\$...... 3.000.000, para capital de giro e manutenção de seu pequeno patrimônio.

Surge como necessidade de progresso, um maior espaço físico para estocagem de produtos que já começam a surgir, pelo entusiasmo e estímulo que estes pequenos produtores estão obtendo com os resultados até então auferidos.

Esta estrutura prevê além de um local mais adequado com espaços para estocagem de seus produtos, alão para reuniões e setores de beneficiamento, seleção, classificação e embalagens, possibilitando os sistemas de comercialização no atacado e varejo.

COPLACE

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Participam como associados da ACOPLACE, pequenos produtores de diferentes associações quais sejam: Associação São Joaquim, Chapadinha, Alagadiço, Lagoa Seca, Algodões, moradores da Vila São Francisco, São Luiz de Casa Nova, Colônia dos Pescadores de Sobradinho, além de algumas dezenas de Roceiros e meieiros residentes nas imediações do distrito de Sobradinho.

5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Tem como área de abrangência esta associação os municípios de Juazeiro, parte de Casa Nova e Sento-Sé, cujas pequenas propriedades situam-se nas localidades de Sobradinho, Barra do Tatauí, Sangradouro, Correntoza, São Gonçalo, Salitre, Algodões, Juacema, Massangano, Santana e Santa Rita.

6. PRODUTOS COMERCIALIZADOS

VERDURAS : Abóbora, Alface, Beterraba, Cebola, Cenoura, Couve, Couve-flôr, Cebolinha, Giló, Girimum, Maxixe, Nabo, Quiabo, Repolho, Salsa, Tomate, Pimentão e Pipino.

FRUTAS : Banana, Goiaba, Limão, Laranja, Lima, Mamão, Melão, Melão caxi, Maracujá, Pinha, Uva e Melância.

CEREAIS : Feijão, Farinha, Arroz, Milho e Gingilim.

CARNES : Boi, Carneiro, Bode, Porco, Peixe e Galinha de capoeira.

DIVERSOS : Macacheira, Batata, Inhame, Coco verde, Coco seco, ovos de capoeira, Mel, Queijo de cabra, Carvão, Tapioca e Puba.

Para melhor análise e avaliação do pedido de ajuda e apoio aqui solicitado, apresentamos os seguintes quadros em anexo: Distribuição Geográfica

sociação Comunitária dos Plantadores de Cebola

São Francisco, Bloco E-6 Sala 12 - Sobradinho - Juazeiro-Bahia

COPLACE

fica dos produtores, Fornecimento de Sementes e Fertilizantes, Demons-
trativo Financeiro de Vendas, Memorial Descritivo, e Projeto Arquiteto-
nico da Obra.

COPLACE

7. VIABILIDADE ECONÔMICA

Tratando-se de uma obra de apoio a infra-estrutura de Comercialização voltada a atender os Pequenos Produtores organizados através de uma Associação cujo gerenciamento de seus negócios é executado pelo seus representantes legítimos, fato este que vem diferenciar dos atuais sistemas de mercado até então criados pelo poder público; a exemplo das CEASAS, CESTA DO POVO, COBAL, EBAL, etc, acreditamos ser esta uma das soluções onde realmente venha prevalecer a participação ativa dos produtores como beneficiário no sistema de mercado.

Diante destes fatos seria impraticável se estabelecer uma análise de rendimentos voltados a produção, que viesse justificar a aplicação dos recursos para realização deste Projeto, pois se assim o fosse os dados aqui apresentados seriam puramente hipotéticos. Acontece que estes Pequenos Produtores carecem de toda uma sistemática de apoio a sua produção, onde seriam envolvidos os recursos de ordem técnica e econômica, como regularização fundiária, crédito agrícola, assistência técnica, sementes selecionadas, transporte, estradas vicinais, preços mínimos garantidos etc, sem os quais não se pode estabelecer uma relação entre a área produzida, produtividade e rentabilidade econômica. Sabe-se também que todos estes fatores estão ligados ao setor de produção agrícola, e que quando funcionam ainda dependem de situações climáticas e períodos de entressafra ocasionando instabilidade de preços no mercado. Por estes motivos buscamos tais resultados através de uma experiência piloto onde já contamos com um pequeno sistema de mercado a varejo que vem funcionando a um ano, com feiras semanais onde a prática do comércio têm demonstrado excelentes ensinamentos nesta atividade, e bons resultados.

COPLACE

Esta iniciativa surgiu a partir da necessidade em que os produtores não encontrado os valores mínimos do custo de produção que lhes era oferecido pelos atravessadores, se organizaram através desta Associação e passaram a vender seus produtos diretamente a população consumidora. As diferenças dos preços alcançados provocou um maior estímulo a sua atividade cujos plantios não somente têm alcançado um maior volume de produção como também uma maior diversificação em suas lavouras, consequência da entrega por menores preços, melhor qualidade do produto dado a sua maior agilidade de entrega.

Com a implantação deste Projeto, teremos como resultados positivos os seguintes fatores:

1. Ampliação do nosso quadro de associados;
2. Expansão do mercado com o sistema de vendas em atacado;
3. Criação do sistema diário de vendas tipo SACOLÃO;
4. Menor custo de produção em função do maior volume e poder de aquisição dos insumos agrícolas;
5. Melhor atendimento ao público em função da disponibilidade da área de armazenagem da produção no próprio local de comercialização;
6. Menor custo de administração;
7. Maior autonomia de participação no mercado consumidor;
8. Melhor condição de oferta de serviços aos produtores da região.

Como benefícios diretos ao quadro de Associados, esta estrutura irá permitir uma maior ocupação da mão-de-obra de seus familiares nos diversos setores desta Central de Comercialização e Beneficiamento onde se farão necessários: Classificadores da produção, beneficiadores, embaladores, feitores de embalagem (caixaria) encarregado de manutenção, motoristas, vigilantes, operador de comunicação, vendedores, gerente de vendas e auxiliares.

Os recursos para o custeio da operacionalização e manutenção de ta

DO PLACE

Central de Comercialização serão obtidos do recolhimento de um percentual das vendas dos produtos, já definidos nos estatutos desta Associação, cuja prática já vem sendo exercida a partir da data de sua fundação, onde cada associado contribui com 5% dos valores obtidos nas vendas a varejo e 2% das vendas em atacado.

Esta prática têm comprovado excelente eficiência em suas operações, cujos resultados do atual sistema (varejo) já permite uma arrecadação suficiente as atuais necessidades nesta primeira fase de seu funcionamento.

Com referência a melhoria do ganho obtido pelos produtores após terem se desvinculados da cadeia de intermediação, os percentuais de acréscimos, conforme tabela abaixo, apontam o grande sucesso que esta Associação vem consolidando sua existência, bem como exigindo a concretização desta obra de expansão.

Esperamos contar com o apoio Governamental nos investimentos ora pleiteados de forma tal que nossa participação venha como contrapartida onde já dispomos de uma área de terreno de 7.000m², totalmente cercada, projeto arquitetônico, parte de ajuda na mão-de-obra para construção, e todo material de escritório já adquirido.

Nossas necessidades: Material para construção da obra, maquinárias para carpintaria e beneficiamento dos produtos agrícolas, duas viaturas (um caminhão e uma caminhonete), equipamentos de comunicações (telefone, telex e xerox), cujos orçamentos serão apresentados tão logo haja um pronunciamento favorável ao nosso pleito.

Desta forma esperamos contribuir com a política econômica nacional preconizada pelo atual Governo da Nova República ajudando no combate a inflação, desemprego e maior geração de alimentos que tanto necessita esta nação.

ESTADÍSTICAS DE LA INDUSTRIA RURAL DE

CHILE - 1963 - 1964 - 1965 - 1966 - 1967 - 1968 - 1969 - 1970 - 1971 - 1972 - 1973 - 1974 - 1975 - 1976 - 1977 - 1978 - 1979 - 1980 - 1981 - 1982 - 1983 - 1984 - 1985 - 1986 - 1987 - 1988 - 1989 - 1990 - 1991 - 1992 - 1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025

ANTES DO LAGO

O Sindicato dos trabalhadores rurais de Santo-É foi fundado em 21/03/71, através da iniciativa política predominante a qual instituiu uma diretoria provisória; Presidente: Marcelino Ribeiro; Secretário: Hermógenes Santos da Cruz; Tesoureiro: José dos Santos. Conselho Fiscal - Hermógenes Martins da Cruz, João Evangelista do Brito e Ceuvaldo José Ferreira.

Esta diretoria continuou a sua gestão através de eleição em janeiro de 1972, com duração até 31 de agosto de 1974, devido divergências políticas dentro da própria diretoria, ocorrendo assim uma racha entre os membros, com isso surgiu nova chapa em 31 de agosto de 1975, sendo que uma das correntes não conseguiu registrar outra chapa em tempo hábil.

A chapa registrada foi a seguinte:

Presidente: Hermógenes Santos da Cruz

Secretário: João Aristides de Barros

PÓS-LAGO

Com a releção, a diretoria do Sindicato continuou seu mandato na sede nova, em virtude do cumprimento que regia a lei dando como conclusão ao mandato em 1978.

Já no Santo-É Novo, transcorreu o 3º mandato da diretoria do Sindicato, só mandando assim um dos componentes do Conselho Fiscal, entrando Bernardo dos Santos no lugar ocupado por Joselino Pesqueira - Queremos salientar que a chapa continuou sendo única, apesar de muitas tentativas de inscrições de novas chapas, por não conungarem com o regulamento do Sindicato.

O 3º mandato teve duração de 04/10/78 até 04/10/81.

No período de 13/08/81 até 27/06/82, o Sindicato agravou suas divergências com a igreja, sendo que esta levou o sindicato à justiça por não ter conseguido registrar sua chapa. Neste período o sindicato conseguiu registrar sua chapa para as eleições de 22/07/82 e a Igreja conseguiu uma liminar de suspensão da eleição.

De 23/11/81 a 17/07/82, o sindicato foi dirigido por uma

MES DO LAGO

PODS-LAGO

Desembargador José dos Santos
 Conselho Fiscal:
 Interrogatório realizado em 01/10/83.
 Não houve depoimento escrito.
 Relatório concluído.

O mandado de busca de propriedade levou entrega até
 01/10/83.

Junta Governativa, instituída pelo Delegado do Trabalho.
 Os componentes da Junta foram:
 Raimundo Afonso Ferreira,
 João Almeida do Nascimento
 José Luís Neves de Castro
 O Sindicato Rural tem sede própria no município com um
 total de 3.050 associadas, sendo somente 400 associados a
 ativos.

A nova diretoria foi eleita em 30/05/82 e assumiu em 18/
 07/82, com gestão de 3 anos.

houve novamente indicação da Igreja para inscrição de uma
 comissão eleita, mas o registro não se deu em tempo hábil.
 em virtude que alguns dos componentes da igreja encontram-se
 em fase irregular com o Sindicato. Os trabalhadores que
 compareceram nesta segunda igreja liderados pelo Igreja se opo-
 ziram diante da rejeição da mesa e não houve até a
 P. 1110, mas não conseguiram solucionar o problema, e qual
 era importante político de ambos os lados.

As eleições foram realizadas em três lugares chave: Sede

Limoeiro e Volta da Serra, 191 agricultores associados votaram, sendo que 187 votaram na chapa e 04 em branco.

Na gestão atual foram realizadas 2 reuniões extraordinárias: a 1ª com 80 presentes, assuntos: aumento de mensalidade, assistência odontológica, assistência jurídica. A 2ª reunião com 127 presentes com os mesmos assuntos, pois ainda não tinha se chegado a nenhum consenso. Não foi realizada nenhuma reunião ordinária.

Fora da sede foram realizadas 07 reuniões na seguinte ordem cuja finalidade foi: escolha do representante.

Amaniú, Cajá, Tombador, Vischo dos Taes, Quizaba, Piçarrão e Bazuá.

Existe uma delegacia desativada constituída por 3 membros votados pela comunidade, esta traz os problemas para o presidente do Sindicato, mas no momento está funcionando com um representante.

A diretoria atual é composta dos seguintes membros:

Componentes da Diretoria

Presidente - Arionilton Ferreira da Silva

Secretário - Domingos Ramos Rodrigues

Tesoureira - Albertino José Ferreira

Suplência

Francisco Marques da Silva

Bernardo dos Santos

Bartolomeu dos Santos (Piçarrão)

Conselho Fiscal

Vladelício de Sousa Sobral

Hernógenes Martins da Cruz

José Pereira da Silva

Suplente do Presidente

José Rodrigues Rosa

Manoel Francisco Moraes

José Rodrigues da Silva

Delegados Representativos do Estado para o Conselho de Administração

Arionilton Pereira da Silva

Domingos Ramos Rodrigues

Suplentes

Albertino José Ferreira

Bernardo dos Santos

DETOIS DA BARRAGEM

As açoes em a dirigidas para o combate ao latifundismo agrario, a colonizacao, a reforma agraria, a reforma do ensino, a reforma do trabalho e do salario.

DETOIS DA BARRAGEM

As açoes em a dirigidas para o combate ao latifundismo agrario, a colonizacao, a reforma agraria, a reforma do ensino, a reforma do trabalho e do salario.

DETOIS DA BARRAGEM

Ação na justiça contra a grilagem das terras pelos grandes. Ação na justiça contra a CHESF. Mediação entre trabalhadores para evitar briga nas demarcações dos lotes. Deslocamento até Salvador para contactar com o governo estadual sobre os problemas regionais.

RELACÃO INSTITUCIONAL

Mantinha correspondência mensal com a F. A. S. (Administração dos Trabalhadores Agrícolas) através do recebimento de ofícios e documentos.

Mantinha contato com a Filial Operária através do recebimento mensal de jornal.

Recebe mensalmente jornais e revistas do sistema local de cooperativismo.

Recebe apoio da Prefeitura Municipal através de infra-estrutura.

- extrações de dentes - 1 dentista;
- Assistência Jurídica;
- 110 bolsas para os filhos fornecida pelo I. S. S. (Instituto Especial de Bolsas do Estado) M. T. Ministério do Trabalho;
- Atendimento Médico Sociedade Beneficente, 1 Médico apenas que atende (Sinhão, Colônia e Profeitura) (Vede);
- Clínica de olhos Santa Luzia: 50% da consultas particulares;
- Ótica Teineira: 15% sob o valor dos óculos;
- Ajuda com passagem para deslocamento para atendimento médico em caso de urgência.

DOS ASSOCIADOS

- Crédito - Melhorias condições de juros e prazos de pagamento;
- No sentido de melhorias técnicas, pesquisas, artesanal e comitativas, porção da doação de máquinas agrícolas, tratores, etc;
- Melhoramento das condições de trabalho à medida;
- Assistência jurídica na região;
- Melhorar condições de trabalho e salários em geral nas frentes de serviços, tanto já existentes

DO SIMPLICATO

- Melhorias - Melhoramento de nomeamento pelo governo nos casos de erro, aumento de melhor qualidade. Os problemas que antes perduravam suas sentenças para plebeios de um vislumbre hoje estão enfrentando dificuldades;
- Assistência jurídica na região;
- Melhorar condições de trabalho e salários para os associados nas frentes de emergência;
- Trabalho através de programas especiais.

Assinado

- 1 - Titulação da área da Fazenda Colina em favor dos trabalhadores
- 2 - Área de terras da Pedra Branca com mais de 100 posseiros, o Sindicato conseguiu anular a venda desta área por um loteado para uma empresa do São Paulo, titulando assim a mesma em favor dos posseiros.
- 3 - Indicações como legatário do patrimônio de Isaacal e Lincoeiro.
- 4 - Impedia a invasão de Grileiro em uma área comunitária em Basuí.
- 5 - Indicação da área onde passou a rede de eletrificação rural e urbana.
- 6 - Indicações para o comércio Junco, Volta da Terra, Drojo do Centro, Cajuf, Drojo de Fora e Figarito.

Em abril, já havia denúncia de pressões sobre a CAR

"Por se tratar de um ano eleitoral colocamos para V. Excia. a nossa preocupação em termos de objetivos do Projeto Nordeste serem desvirtuados para atender interesses alheios aos pequenos produtores da região".

Este é o trecho final de um documento, datado de 1º de abril, entregue ao ex-diretor executivo da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional) e ao governador João Durval Carneiro, dando conta da situação do projeto que envolve mais de 170 mil famílias ribeirinhas do rio São Francisco, e relatando episódios que envolvem políticos e deputados ligados ao esquema autoritarista. Esse documento, assinado por mais de 40 sindicatos e entidades, teria sido a gota d'água para a demissão de Miranda.

Outros, o governador João Durval emprenhou o novo diretor da Companhia, o economista Raimundo-Edsardo Blumetti Simões, que val ter conhecimento, através do documento de casos como o do deputado estadual Rivaldo Braga, que no mês de fevereiro passado, levado a escritório regional da CAR/Septentec e tentou agredir fisicamente em dos peritos subordinados a Miranda.

Simões saberá também que existem "contantes pressões do prefeito de Pílo Arcado, Heraldo Mangueira, junto a Septentec e a CAR tentando tirar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município a responsabilidade de executar o Plano de Trabalho Comunitário elaborado pelo próprio sindicato, projeto esse assinado pelo presidente José Sarney".

O documento diz ainda que o prefeito de Remanso, Fernando Braga (irmão do deputado), "inconformado com o repasse dos recursos do Projeto Nordeste diretamente para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e associações do município vem divulgando publicamente que irá demitir todo o corpo técnico do Projeto Sobradinho, substituindo-o por pessoas

de sua confiança que passaria de novo a administrar os recursos atualmente em mãos da comunidade".

JUSTIFICATIVAS

Outros, também, o governador João Durval disse que estava vendo a preocupação do PMDB com relação a demissão de Carlos Miranda, como "interessante". Ele justificou que aquele cargo "é de confiança e a partir do momento em que um cidadão exerce um cargo de confiança, e perde essa confiança, evidentemente que o governador tem direito de afastar uma pessoa".

O ex-diretor ainda não se pronunciou sobre o fato, mas o documento revela uma preocupação com as investidas dos políticos do governo no Projeto Nordeste, muito importante sob o ponto de vista setorial: "Queremos continuar com a nossa linha de trabalho, onde os recursos do Governo Federal e estadual sejam repassados diretamente para as organizações dos pequenos produtores, garantindo, assim, o emprego destes recursos no atendimento de melhores das condições de vida da população carente do Lago do Sobradinho".

"Não aceitamos" — diz ainda o documento — "a manobra como certas políticos da região que tem interferido nas nossas comunidades, seja através do controle dos recursos a nós destinados, seja através de perseguições e ataques do governo que aqui atuam segundo os seus interesses".

A Demissão também entrou na mira do governo. O administrador de projetos, Feneion Souza, foi surpreendido com a sua demissão, enquanto estava à disposição do Tribunal do Juri da Bahia, ocorrência que lhe dá direito a imunidade, ou seja, a estabilidade temporária de emprego. Feneion é declarado candidato do PMDB a deputado estadual e ainda ontem fez seu protesto diante de magistrados no Fórum Rey Barbosa, tendo ampla repercussão na esfera judiciária do Estado.

Umberto diz que governistas já dão provas de desespero

"É o início da campanha de desespero do governo do Estado com requintes de crueldade, perseguições e corrupção eleitoral". Esta é a opinião do deputado Luis Umberto, do PMDB sobre a demissão do diretor executivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional Luis Carlos Miranda. Acrescenta o parlamentar que "os recursos da empresa pertencem ao governo federal e ao Banco Mundial para o apoio aos pequenos produtores e não devem ser desviados para campanha eleitoral".

Segundo Luis Umberto os recursos da CAR só para este ano, Czf 3 bilhões — que vinham sendo transferidos pelas agências financiadoras — BNDES, Sudene, Banco Mundial e Ministério do Planejamento — para as organizações dos pequenos produtores rurais serão agora utilizados pelo governo do Estado em seus objetivos eleitorais. "Esta é a única explicação para as demissões dos componentes técnicos da CAR, substituindo-os por funcionários da estrita confiança do governo, que

assim, poderá manipular tais recursos".

Para ressaltar a importância politico-eleitoral que a CAR poderá ter, lembra o parlamentar que a empresa atua em 163 municípios do semi-árido baiano atendendo ao todo 170 mil famílias de pequenos produtores. Daí o esforço do governo do Estado para afastar os técnicos que não iriam aceitar a utilização política da empresa.

Por sua vez, o deputado Flenion Matos considerou as demissões na CAR um ato arbitrário de perseguição política. "Indaga-se por que até hoje os diretores daquela empresa mereciam a confiança do governo do Estado".

Afastada a hipótese de que o governo seja intencionalmente incapaz, é evidente que ele mantém os técnicos na direção da empresa por que estes eram capazes e competentes. Logo, as demissões não passam de perseguição política e a Bahia não se intimida mais com esse tipo de coisa".

Emiliano: "Clima de terror"

O jornalista Emiliano José, ex-diretor regional do Incria Bahia/Sergipe, disse ontem que a demissão do diretor executivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Carlos Luis de Miranda, e o clima de terror que se implantou no bicho "evidenciam, de um lado, o temor da máquina estatal diante da força da campanha de Waldir Pires no Governo do Estado, e, de outro, o autoritarismo do governador, que costuma administrar de acordo com seus interesses clientelares, e não em consonância com os desejos da comunidade".

Na função que ocupou à frente do Incria, Emiliano disse que testemunhou a competência e a seriedade de Carlos Miranda, "qualidades altas, reconhecidas por toda a comunidade técnica da Bahia". Ele e sua equipe, de acordo com Emiliano, orientaram a ação da CAR de modo totalmente diverso daquele desenvolvido pela tecnocracia dos tempos do autoritarismo.

Ao invés de determinar de cima para baixo como os recursos deviam ser aplicados e ao invés de combater os políticos que se acreditavam detentores dos votos

das regiões onde os projetos seriam implementados "a CAR preferia ouvir a opinião da comunidade, contribuindo acertadamente para a sua organização", afirmou Emiliano.

A atitude do governador João Durval Carneiro, segundo Emiliano, revela um antigo estilo de governar: "trata-se de colocar a máquina do Estado, tal e qual nos tempos da ditadura, a serviço dos exclusivos interesses dos que estão no poder, retirando qualquer possibilidade de a comunidade servir, e de os técnicos poderem atuar de acordo com as reivindicações dessa mesma comunidade".

"O engano do governador" — ainda de acordo com o ex-diretor do Incria Bahia/Sergipe — "é acreditar que o povo não percebe a manobra e a violência". Os trabalhadores rurais, segundo Emiliano, sabem muito bem que o dinheiro que será aplicado nas diversas regiões é proveniente do Governo Federal "e não se deixará manipular pela demagogia do governador do Estado, preocupado apenas em eleger um preposto do ex-governador Antônio Carlos Magalhães ao Governo do Estado".

CAR-SETOR DE DOCUMENTAÇÃO	
A TARDE	<input type="checkbox"/>
COM. DA BA.	<input type="checkbox"/>
FOLHA DE S. PAULO	<input type="checkbox"/>
JORNAL D. PA.	<input type="checkbox"/>
JORNAL DO BRASIL	<input type="checkbox"/>
TRIBUNA DA BA.	<input checked="" type="checkbox"/>
DATA	17/4/86

INFORME ESPECIAL

Caiu um reduto da oposição

Quando o senhor Waldir Pires, usando a caneta de Ministro, demitia e transferia funcionários da Previdência Social para nomear afilhados políticos e atender interesses de seu partido, só recebia aplausos e apoio dos seus correligionários. No momento, entretanto, que o governador João Durval, na sua competência legal, exonera o superintendente da CAR, os deputados do PMDB vão à tribuna da Assembleia Legislativa fazer violentas críticas ao chefe do Poder Executivo, e uma gazeta local, reconhecidamente adversária do Palácio de Ondina, chega a abrir o noticiário em sua primeira página. Porque, afinal, essa preocupação dos peemedebistas com a saída de um integrante do terceiro escalão da administração e que, logicamente, deveria ser o homem de confiança do governador João Durval?

A resposta, como se diz na gíria, está na cara: com a exoneração de Carlos Miranda, o Governador desmonta um forte reduto da oposição, que estava inserido, há anos, na sua equipe de trabalho.

A CAR não fazia, realmente, outra coisa senão trabalhar pelo PMDB, e mais ainda pelos comunistas, como bem sabem os senhores Carlos Marighela e Luis Umberto que, agora, só têm que lamentar a perda de uma máquina de conquistar votos.

Aliás, há muito tempo que a sabedoria das populações ribeirinhas do São Francisco classificavam a CAR como uma melancia, verde por fora e vermelha por dentro, sempre a serviço do PMDB.

Posse na CAR

Em ato presidido pelo secretário do Planejamento, Aroldo Santana, foi empossado ontem no cargo de diretor-executivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o economista Raimundo Eduardo Blumetti Simões, em substituição a Carlos Luis de Miranda, exonerado, a pedido pelo governador João Durval. O novo diretor-executivo da CAR é formado pela Universidade Federal da Bahia em 1973, com cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional na UFBA (1974-75) e em Desenvolvimento Econômico em Paris (1984-85). Em Salvador exerceu atividades no Instituto de Urbanismo e Administração Municipal (IURAM), no Derba, na Prefeitura (Órgão Central do Planejamento e Secretaria de Finanças) e na Conder. Ultimamente, atuava na Propar-Desenbanco.

Radicais esperneiam e comprovam que a CAR ajudava PMDB

A demissão de Carlos Miranda da diretoria executiva da Coordenação de Desenvolvimento e Ação Regional obteve o apoio unânime dos deputados das bancadas governistas ontem na Assembleia, inteiramente solidários com o ato do governador João Durval. Estranhamente a defesa do demitido partiu justamente dos setores mais radicais da oposição, confirmando assim, as acusações de políticos ligados ao governo quanto à instrumentalização política da CAR por seu ex-diretor.

Ao comentar o fato, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Faustino Lima (PFL), foi direto. Ele lembrou ser da livre iniciativa do Chefe do Executivo nos regimes presidencialistas e democráticos a escolha de seus auxiliares diretos. Logo não consegue enxergar qualquer mácula na atitude do governador João Durval, de demitir um seu assessor de confiança — que tinha perdido esta prerrogativa. Faustino foi mais além e afirmou que não entende os objetivos da

oposição ao criticar este ato simples, pois é da própria estrutura dos cargos majoritários o poder de nomear e demitir.

DESMANTELAR

Posição semelhante manifestou o líder do PDS na Casa, Manoel Passos, que apóia abertamente a execução de uma reforma nos quadros dirigentes do órgão — sabidamente possuidores de estreitos laços políticos com partidos de oposição, e que estavam direcionando as ações da CAR num rumo político. Passos advoga o desmantelamento da máquina montada pela oposição neste órgão da Seplantec. Para a maior parte dos deputados do PFL e PDS, o mais claro exemplo da utilização partidária de recursos e instrumentos da Coordenação pode ser mensurado pela defesa extremada feita pelo PMDB de Carlos Miranda — em pronunciamentos e declarações a órgãos de comunicação — e o basta do governador João Durval, segundo esses parlamentares, chegou em boa hora.

CAR-SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

A TARDE	<input type="checkbox"/>
CORREIO DA BA.	<input checked="" type="checkbox"/>
FOLHA DE S. PAULO	<input type="checkbox"/>
JORNAL DA BA.	<input type="checkbox"/>
JORNAL DO BRASIL	<input type="checkbox"/>
TRIBUNA DA BA.	<input type="checkbox"/>
DATA	17, 4, 86

Governador admite novas contratações de pessoal

O governador João Durval afirmou ontem que se o Estado tiver condições será obrigado a fazer contratações de pessoas ainda este ano. Disse que está estudando todas as contratações para reduzir despesas, mas não poderia assegurar que não fará mais nenhuma.

Ele inaugurará dentro de pouco tempo o Hospital Regional de Camaçari, que tem 150 leitos. Para funcionar bem, ele deverá ter um quadro funcional em torno de 450 a 500 servidores. Alí cabe a pergunta: inaugura-se o hospital e ele fica fechado sem servir ao povo?

João Durval voltou a ameaçar os professores da rede estadual que estão em greve há oito dias: "Estou aguardando que a compreensão volte, a ganhar no meio do professorado, que me conhece e sabe que sou um liberal democrata e não gostaria de adotar providências mais enérgicas. Agora, finalmente, como governador, não posso assistir de braços cruzados ao prejuízo dos alunos".

Salientou que lamenta profundamente a incompreensão da Associação dos Professores, alegando que tudo que podia fazer já fez. "Apesar de re-

conhecer que o professor tem uma baixa remuneração, não posso dar mais. Não tenho condições. É preferível pagar menos, mas pagar em dia".

Em resposta às acusações peemedebistas de que demitiu o diretor executivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Luiz Carlos Miranda, para fazer nomeações eleitoreiras, o governador enfatizou que "se o PMDB está tão preocupado é porque esse cidadão, seguramente, estava servindo ao PMDB".

Lembrou a que nunca tinha visto o PMDB preocupado com nomeações ou demissões de pessoas que exercem cargos de confiança no governo estadual. "Afim, o cargo é de confiança, evidentemente que o governador tem direito de afastar essa pessoa".

Ele considerou "irresponsáveis" as acusações de que o Estado está falido, agora que o seu governo vendeu as ações da Petrobrás que possuía. Alegou que o dinheiro arrecadado com a venda das ações será destinado a obras sociais e garantiu que o Estado da Bahia tem uma situação saudável.

Hage denuncia desvio

O deputado Jorge Hage, do PMDB, enviou hoje telex aos ministros do Planejamento, João Sayad, e Interior, Ronaldo Costa Couto, ao presidente Afrânio do BNDES, André Franco Montoro Filho, e à Sudene denunciando o governo João Durval "que resolveu, de maneira aberta, e sem quaisquer escrúpulos ou inibições, colocar os milhões de cruzados do programa de desenvolvimento rural integrado à disposição da campanha dos candidatos à coligação PDS/PFL/PTB".

O deputado, com esta medida, quer obter a "escalada de uso eleitoreiro" dos recursos federais e internacionais. Jorge Hage não tem dúvidas de

que as recentes atitudes do governo João Durval — a venda de 80 por cento das ações da Petrobrás que as empresas estatais detinham e a demissão do diretor executivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, Luiz Carlos Miranda — "visam sobretudo desestabilizar os dois primeiros anos do governo Waldir Pires".

— A chapa da coligação PFL/PDS/PTB já está derrotada por antecipação e, por isto, o governador, João Durval, desesperado, toma atitude inconcebíveis para o cargo que ocupa" — afirmou Hage, ontem, na Assembleia Legislativa.

Toma posse diretor executivo da Car

Em ato presidido pelo secretário do Planejamento, Aroldo Santana, foi empossado ontem no cargo de diretor-executivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (Car) o economista Raimundo Eduardo Blumetti Simões, em substituição a Carlos Luis de Miranda, exonerado a pedido pelo governador João Durval. O novo diretor é formado pela Universidade Federal da Bahia, em 1973, com cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e regional na UFBA (1974/75) e em Desenvolvimento Econômico em Paris (1964/85).

CAR-SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

A TARDE	<input type="checkbox"/>
CORREIO DA BA.	<input type="checkbox"/>
FOLHA DE S. PAULO	<input type="checkbox"/>
JORNAL DA BA.	<input checked="" type="checkbox"/>
JORNAL DO BRASIL	<input type="checkbox"/>
TRIBUNA DA BA.	<input type="checkbox"/>
DATA	17/4/86

Demissões na CAR preocupam produtores

Os pequenos agricultores atendidos pelo Projeto Paraguaçu estão preocupados com as notícias divulgadas pela imprensa sobre a demissão de todo o corpo diretivo da CAR, especialmente o gerente do Projeto Paraguaçu, Luiz Paulo de Almeida Neiva, que tem desenvolvido um trabalho exemplar junto às associações e grupos comunitários integrados ao referido projeto.

Ontem, a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, com sede em Serrinha e sub-sedes em Feira de Santana, Valente, Araci, Ichu e Santa Bárbara, enviou uma carta ao governador João Durval Carneiro informando a preocupação com uma possível solução de continuidade ao trabalho desenvolvido até agora pela CAR.

Na carta, assinada pelo seu presidente Adalberto Hermenegildo Carneiro, a associação afirma que vem desenvolvendo um trabalho junto aos pequenos agricultores dos municípios onde tem sede ou sub-sede e atendendo, atualmente, a cerca de 800 famílias. "Temos contado com o apoio da CAR, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, no desenvolvimento de nossas atividades comu-

nitárias. Esse apoio tem sido muito importante para os nossos associados e para outros agricultores que têm participado de nossas atividades", afirma a carta.

A associação informa ao governador João Durval Carneiro, que uma mudança agora na equipe trará prejuízos para a continuidade dos trabalhos em desenvolvimento. A mesma preocupação demonstra o Grupo Comunitário de Subaé.

POSSE NA CAR

Durante ato presidido pelo secretário do Planejamento, Aroldo Santana, foi empossado ontem no cargo de diretor-executivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o economista Raimundo Eduardo Blumetti Simões, em substituição a Carlos Luis de Miranda, exonerado, a pedido, pelo governador João Durval.

O novo diretor-executivo da CAR é formado pela Universidade Federal da Bahia em 1973, com cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional na UFBA (1974-75) e em Desenvolvimento Econômico em Paris (1984-85).

CAR-SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO

A TARDE



CORREIO DA BA.



FOLHA DE S. PAULO



JORNAL DA BA.



JORNAL DO BRASIL



TRIBUNA DA BA.



DATA 17/4/86

Violência do PMDB não intimidada

O tempo esquentou ontem na Assembleia Legislativa. Tumultos, originários da bancada da oposição, forçaram o presidente da Mesa Diretora, deputado Roberto Cunha, a suspender os trabalhos por duas vezes. No centro da polêmica, o líder do PDS, Manoel Passos, que após ser alvo de pronunciamento agressivo e de caráter estritamente pessoal do peemedebista Luiz Umberto — foi literalmente impedido de concluir sua defesa da tribuna. Passos foi interrompido por duas vezes: primeiro pelo deputado Oscar Marback (PMDB), que insistia em pedir aparte mesmo depois de ter sua solicitação negada, depois, pelo gesto indelicado de Coriolano Sales (PMDB), que provocou o encerramento da sessão ao solicitar verificação de quorum — com um orador na tribuna.

A sucessão de acusações — desprovidas das necessárias provas — e agressões verbais disparadas pelos oposicionistas contra o líder do PDS, foram firmemente rebatidas pelo deputado pefelista Luis Eduardo — que fez uma análise política dos episódios de ontem, e, principalmente, dos desencontros que tem conturbado o desenrolar dos trabalhos da Assembleia este ano. Para ele, a Casa assiste uma subversão de valores, onde a defesa das idéias ficaram em segundo plano, e o ônus da prova passa a ser dos acusados. O parlamentar questionou vivamente a propalada atitude liberal e democrática dos peemedebistas e lembrou que a Casa não comporta este clima: "A população deseja que governo e oposição exponham seus pontos de vista, disse, para finalmente emitir seu julgamento nas urnas em 15 de novembro."

NÍVEL — Embora não se referisse uma única vez à queda da qualidade do nível dos trabalhos na AL neste ano, Luis Eduardo sutilmente centrou o discurso neste ponto — ao defender Manoel Passos, criticar o autoritarismo dos deputados da oposição e ao defender e solidarizar-se com o "ato legítimo do governador João Durval de substituir um seu auxiliar — em quem tinha perdido a confiança". No caso, o ex-diretor da CAR, Carlos Miranda. O debate, que gerou a confusão de ontem, começou quando, da tribuna, o deputado



Deputado Luis Eduardo

Luiz Umberto (PMDB), fez pesadas acusações à administração estadual pela demissão de Miranda. Segundo o parlamentar, este é o primeiro de uma série de atos destinados a transformar a CAR num órgão eleitoral. O linguajar agressivo e o tom pesado do pronunciamento do oposicionista — que chegou a dizer que o Governo está na mira do povo — contrastou com a ironia e elegância verbal do líder do PDS.

Manoel Passos defendeu a atitude do governador João Durval e lembrou que acusações de uso eleitoral da CAR já foram feitas no passado — pelo deputado Jayro Sento Sé, agora correlligionário de Umberto. Ironicamente, o peedebista mexeu na ferida que mais angustia seu adversário: o envolvimento da secretária Regina Celeste Bezerra Afonso de Carvalho com os terroristas do PCBR que tentaram assaltar a agência do Banco do Brasil do Canela, posto da Escola de Enfermagem. Na verdade, Passos assegura ter feito a defesa de Umberto, alegando que não acreditava em seu envolvimento no episódio, onde ele na verdade não passava de



Deputado Manoel Passos

vítima.

Aí começou o tumulto: além de Luiz Umberto, os deputados Coriolano Sales, Luiz Nova e Oscar Marback se exaltaram e passaram a discutir com o orador — sem que a palavra lhes fosse concedida. Quando os xingamentos começaram os trabalhos foram suspensos.

Umberto não soube ou não quis ouvir. Reiniciada a sessão, retornou à tribuna e, em termos até grosseiros, xingou o parlamentar do PDS de reacionário, fanático e fascista, aumentando o tom de suas acusações ao Governo do Estado. Ele pôde concluir o pronunciamento sem problemas, embora fosse aparteado por deputados governistas que discordaram das colocações. O próprio Manoel Passos manteve-se calado.

DOIS PESOS — Em seguida a tribuna foi ocupada por Luis Eduardo, que não contemporizou. Além de defender a demissão de Carlos Miranda — por não ver nada de irregular ou suspeito no ato, em todos os aspectos legítimos — ele passou ao ataque. Lembrou que o discurso dos parlamentares da oposição sistemática-

mente tem dois pesos para a mesma medida. Assim, a demissão de mais de 70 humildes funcionários do Funrural na Bahia, ao final da gestão Waldir Pires na Previdência — em flagrante desrespeito aos compromissos do saudoso presidente Tancredo Neves em favor da manutenção da Aliança Democrática, passa a ser um ato de moralização do serviço público. Já a substituição de um auxiliar direto do Governador é uma perseguição ou maquinação com fins perversos e eleitorais.

Para ele, opiniões deste quilate são difíceis de entender e depõe contra o Legislativo. Irritado, fez questão de deixar claro que a violência o desagradou, mas em absoluto o intimidou. Ele ressaltou que os convênios celebrados pela CAR também beneficiam municípios governados por peemedebistas, aí fez a crítica mais contundente à ação dos deputados do PMDB: "Compreendo a preocupação do deputado Luiz Umberto com a saída de Miranda da CAR — deve ter prejuízo eleitoral —, mas não posso entender a intolerância instalada numa Casa política. Na Assembleia da Bahia não se pode mais expor idéias. Tentou o deputado Manoel Passos fazer isto e a sessão precisou ser suspensa, quando o debate nos parlamentos precisa ser livre e em termos altos. Não podemos aceitar agressões e xingamentos sobre colegas — especialmente quando elivados de citações mentirosas."

O último orador do dia foi o próprio Manoel Passos. De início ele registrou a deslealdade do deputado Luiz Umberto e disse que neste campo certamente o oposicionista sempre venceria os debates. Em seguida ele expôs os motivos que levam Umberto a xingá-lo de ser fascista: defende a livre iniciativa, é contra a ditadura do Estado sobre os indivíduos, defende a propriedade privada e a democracia. "Apesar de tachado de fascista, não direi que o peemedebista é comunista, assegurou, mas quero deixar claro uma coisa, caso eu fosse realmente um fascista assumiria essas convicções e defenderia meus pontos de vista de público. Incubado não seria jamais, como tantos comunistas," concluiu.

Deputado denuncia crise na Car

As demissões efetuadas pelo governo do Estado na direção da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional — CAR — praticamente paralisaram esta importante empresa cujos



projetos que vem executando são fundamentais para os pequenos e médios produtores rurais. Esta afirmativa foi feita ontem pelo deputado Luis Umberto (foto) acrescentando que, com a paralisação da CAR, os prefeitos governistas já estão querendo o dinheiro — Cr\$ 3 bilhões — que seria repassado aos pequenos produtores pelos seus sindicatos e associações.

Segundo Luis Umberto após demitir os técnicos da CAR o governo vem tentando substituí-los por tecnocratas oficiais que teriam por missão repassar o dinheiro do governo federal e do Banco Mundial "para a corrupção eleitoral e o clientelismo. Porém, esta atitude e, sobretudo a demissão do diretor executivo Carlos Miranda, geraram uma profunda crise dentro da empresa immobilizando inclusive as

suas atividades".

A crise que a CAR atravessa se torna mais grave ainda pelo fato, diz o parlamentar, de prejudicar milhares de pequenos produtores rurais. Os tecnocratas do governo não estão conseguindo fazer a empresa funcionar e começa a surgir em todo o interior do Estado uma reação contra os prefeitos e lideranças governistas que querem usar os recursos da empresa para fins eleitoreiros. Por sua vez, as organizações comunitárias, os sindicatos dos trabalhadores rurais, as associações de moradores e as cooperativas querem garantir o repasse dos recursos aos seus filiados.

Essa situação, na opinião de Luis Umberto, "mostra com clareza a face autoritária desse governo. Não há mais espaços na Bahia para esse tipo de comportamento por parte da administração estadual, que através de métodos corruptos e da demissão de técnicos competentes, pretende desviar para a campanha eleitoral do candidato do governo recursos do governo federal e do Banco Mundial que deveriam estimular a produção agrícola do Estado. O povo já mostrou que quer mudanças e que não vai aceitar práticas de tamanha degradação por parte do governo do Estado".

CAR-SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

A TARDE	<input type="checkbox"/>
CORREIO DA BA.	<input type="checkbox"/>
FOLHA DE S. PAULO	<input type="checkbox"/>
JORNAL DA BA.	<input type="checkbox"/>
JORNAL DO BRASIL	<input type="checkbox"/>
TRIBUNA DA BA.	<input checked="" type="checkbox"/>
DATA	24 / 4 / 86

Governador ameaça onda de demissões

O governador João Durval qualificou ontem de "bando de comunistas" os gerentes da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e anunciou que vai exonerar a todos, "para que não usem indevidamente o dinheiro público".

Em resposta ao deputado Francisco Pinto que o acusou de corrupto, João Durval enfatizou que o parlamentar peemedebista é um dos maiores latifundiários de Feira de Santana. "Metade de suas terras está hoje arrendada a Carlos Amorim, que planta cana; a outra metade é improdutivo. É uma ótima área para se fazer reforma agrária. Ele não faz nada. Só acorda ao meio-dia".

Declarou que Chico Pinto, como prefeito de Feira de Santana, entregou Miguel Arraes. Lembrou também que, ao saber da visita de Carlos Prestes à Câmara de Vereadores de Feira, Francisco Pinto ordenou ao seu irmão, Antonio Pinto, então presidente da Câmara, para não comparecer à solenidade de homenagem ao líder comunista.

CAR-SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

A TARDE

CORREIO DA BA.

FOLHA DE S. PAULO

JORNAL DA BA.

JORNAL DO BRASIL

TRIBUNA DA BA.

DATA 1. 6. 86